

Nº de Aluna: 50909

**Superexploração de trabalhadoras negras auxiliares de
geriatria na Área Metropolitana de Lisboa**

Vânia Patrícia Semedo Sanhá

**Dissertação de Mestrado em Antropologia – Temas
Contemporâneos**

Orientador: Professor Doutor José Mapril

Coorientadora: Professora Doutora Cristina Roldão

Novembro 2020

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM ANTROPOLOGIA – TEMAS CONTEMPORÂNEOS REALIZADA SOB A ORIENTAÇÃO
CIENTÍFICA DO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MAPRIL E COORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DA PROFESSORA
DOUTORA CRISTINA ROLDÃO**

AGRADECIMENTOS

Apesar de ser assinada por mim, a seguinte dissertação é fruto de diversos contributos. Contributos teóricos, afetivos e financeiros.

Primeiramente agradecer à professora Cristina Roldão que desde o primeiro momento demonstrou todo o entusiasmo e interesse em orientar esta dissertação e nos momentos mais difíceis me lembrou o motivo pelo qual escolhi este tema e a importância de o terminar. Bem como ao professor José Mapril por todos os esclarecimentos e contributos como pela disponibilidade e entusiasmo em acompanhar-me neste processo.

Agradecer às trabalhadoras entrevistadas por me deixarem ter acesso ao seu espaço pessoal, às suas angústias, felicidades, críticas e perspetivas.

Aos dirigentes das organizações entrevistadas, obrigada por partilharem comigo a memória histórica dos negros e negras em Portugal.

A todos os meus amigos, um obrigado não é suficiente para demonstrar a gratidão que tenho por vos ter na minha vida.

À Sofia, um obrigado por me acompanhar nesta e outras aventuras. Gracieth, Cíntia e Soraia vocês são uma inspiração diária, obrigada.

Agradecer à Ana por ser uma constante, por me desafiar a sair da minha zona de conforto e por ouvir as minhas lamentações sem me permitir desanimar.

Mara, que os teus abraços e risos continuem a dar-me conforto.

Por último, mas a mais importante, agradecer à minha mãe, Dinha. Mulher, Negra, Imigrante, Trabalhadora. A ela dedico esta dissertação.

Vânia Sanhá

Lisboa, 11 de novembro de 2020

SUPEREXPLORAÇÃO DE TRABALHADORAS NEGRAS AUXILIARES DE GERIATRIA NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Vânia Patrícia Semedo Sanhá

RESUMO

Esta investigação é uma proposta para a discussão da posição social e económica de trabalhadoras negras auxiliares de geriatria, argumentando como é que o género, classe e raça se interligam historicamente e intervêm na trajetória profissional e pessoal destas mulheres: qual o impacto nas dinâmicas familiares, nas condições económicas doméstico-familiares e nos problemas de saúde física e mental que resultam das funções que desempenham, como também, os olhares críticos das trabalhadoras e os processos de resistência desencadeados para a sua sobrevivência, são as questões que nortearam esta tese. A abordagem metodológica passou pela realização de um estudo de caso sobre auxiliares de geriatria na Área Metropolitana de Lisboa através de entrevistas semiestruturadas com 6 mulheres negras, entre os 29 e os 52 anos de idade, todas portuguesas e com países de naturalidade diferentes, que desempenham funções no sector.

Esta tese debruça-se sobre a forma como o capitalismo é gerador de exploração e opressão das mulheres no quadro da reprodução social e de capital. As mulheres estão sobre-representadas nos trabalhos mais precários e com as piores remunerações. As mulheres não-brancas tendem a permanecer a força de trabalho mais barata, altamente explorada e violentada, nas profissões mais precárias e trabalhos pouco ou não-qualificados. O envelhecimento populacional tem influenciado o aumento dos serviços de geriatria. A dificuldade em encontrar força de trabalho nacional disposta a desempenhar tarefas tão duras, precárias e mal remuneradas, influenciam a sobre-representação de mão-de-obra imigrante e/ou negra no sector.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Auxiliares de Geriatria e Interseccionalidade

OVER EXPLOITATION OF BLACK WORKERS GERIATRIC ASSISTANTS IN THE METROPOLITAN AREA OF LISBON

Vânia Patrícia Semedo Sanhá

ABSTRACT

This investigation is a proposal for the discussion of the social and economic position of black working women in Portugal, arguing how gender, class and race are historically interconnected and intervene in the professional and personal trajectory of these women: what is the impact on family dynamics, in the domestic-family economic conditions and in the physical and mental health problems that result from the functions they perform as also their critical views and the processes of resistance initiated for their survival, are the questions that guided this thesis. The methodological approach involved conducting a case study on geriatric assistants in the Metropolitan Area of Lisbon through semi-structured interviews with 6 black women, between 29 and 52 years of age, all Portuguese and with different countries of birth, performing functions in the sector.

This thesis looks at how capitalism generates the exploitation and oppression of women in the context of social and capital reproduction. Women are overrepresented in the most precarious jobs and with the lowest pay. Non-white women tend to remain the cheapest, highly exploited and abused labor force, in the most precarious professions and low or unskilled jobs. Population aging has influenced the increase in geriatric services. The difficulty in finding a national workforce willing to perform such hard, precarious and underpaid tasks, influences the over-representation of immigrant and / or black labor in the sector.

Keywords: Black Women, Geriatric Assistants and Intersectionality

ÍNDICE

Introdução.....	1
II. As mulheres negras enquanto sujeito na Antropologia	3
II. Enquadramento Metodológico: Processo de investigação	7
Capítulo 1. Enquadramento Histórico	9
1.1. A política colonialista do Estado português (século XV – século XX)	9
1.1.1. A construção de uma narrativa unitária.....	12
1.1.2. Perpetuações do Colonialismo Português (1980 – 2020)	14
1.2. A presença e resistência africana e negra em Portugal.....	16
1.2.1. As organizações de africanos e afrodescendentes	17
1.2.2. O Movimento Negro e Antirracista em Portugal no século XX	19
1.2.3. O Movimento Associativo Imigrante em Portugal.....	21
1.2.4. O Movimento Antirracista e Negro (2016 – 2020)	24
Capítulo 2. Abordagens Teóricas do Feminismo Negro	27
2.1. “Mulher Negra: o “Outro” do “Outro”	27
2.2. O Movimento Feminista Negro.....	31
2.3. A intersecção de opressões.....	39
Capítulo 3. Envelhecimento da população portuguesa e a Indústria do Cuidado	43
3.1. O Envelhecimento da população: um fenómeno mundial	43
3.2. Impacto do envelhecimento populacional no mercado de trabalho: a mercantilização do cuidado e a dependência da força de trabalho das trabalhadoras imigrantes	48

Capítulo 4. Mulheres negras e o mercado de trabalho em Portugal.....	55
4.1. Racialização da divisão internacional do trabalho	56
4.2. Trabalhadoras negras em Portugal: dados estatísticos	60
Capítulo 5. A superexploração de trabalhadoras negras no sector de geriatria	65
5.1. Caracterização social e profissional das entrevistadas.....	65
5.2. Uma ascensão social defraudada: Retratos Sociais das interlocutoras.....	68
5.2.1. «Não diria exploração, mas é um trabalho muito difícil e deviam... quem trabalha nessa área devia ser bem pago.»: Lurdes, 50 anos (SCML)	69
5.2.2. «Os mapas mais pesados, mais confusões, põe a ti [mulher negra]. Nas brancas, não.»: Bruna, 47 anos (SCML).....	71
5.2.3. «O piso dois é só para umas certas funcionárias: Brasileiras e Africanas»: Joana, 29 anos (Casa Particular)	78
5.2.4. «Mas nós, brasileiras, já temos a fama de putas e ladras, principalmente putas, né?!»: Manuela, 47 anos (SCML)	81
5.2.5. «Porque quando este serviço iniciou em Portugal, nenhuma branca queria trabalhar com idosos porque tinham nojo, não gostavam do serviço e portanto, a Santa Casa as únicas que apareciam como candidatas eram negras (...)»: Maria, 52 anos (IPSS).....	82
5.2.6. «É assim, a primeira vez que morreu um eu chorei, chorei, chorei, chorei, parecia que tinha morrido alguém da minha família.»: Mariana, 39 anos (Empresa Privada)	86
5.3. As mulheres negras como a força de trabalho ideal para a maximização de lucros: a intersecção de classe, raça e género no sector de geriatria	88

5.4. O reforço da racialização no local de trabalho: micro-agressões a trabalhadoras e utentes negros	92
5.5. Um olhar crítico sobre a exploração e opressão: atos de resistência e propostas para uma sociedade mais igualitária	98
Conclusão.....	104
Referências Bibliográficas	108
Anexos	115
I. Guião de Entrevistas a Organizações Políticas.....	115
II. Guião de Entrevistas às Trabalhadoras	116
III. Resumo de comunicação apresentada no AfroEuropeans 2019	119

ABREVIATURAS

ACIME	– Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
ACM	– Alto Comissariado para as Migrações
AML	– Área Metropolitana de Lisboa
CEA	– Centro de Estudos Africanos
CEE	– Comunidade Económica Europeia
CEI	– Casa dos Estudantes do Império
CTI	– Código do Trabalho Indígena
CGTP-IN	– Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
FRELIMO	– Frente de Libertação de Moçambique
GTO Lx	– Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa
INE	– Instituto Estatísticas Nacional
INMUNE	– Instituto da Mulher Negra em Portugal
IPSS	– Instituição Particular de Solidariedade Social
MPLA	– Movimento Popular de Libertação de Angola
NBFO	– <i>National Black Feminist Organization</i>
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAIGC	– Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	– Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIDE	– Polícia Internacional e de Defesa do Estado
SAD	– Serviços de Apoio Domiciliário
SCAL	– Secretariado Coordenador de Associações pela Legalização
SEF	– Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
STAD	– Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas
SOLIM	– Solidariedade Imigrante
UE	– União Europeia
UGT	– União Geral de Trabalhadores;
UMAR	– União de Mulheres Resposta e Alternativa
UPA	– União das Populações de Angola
WHO	– <i>World Health Organization</i>

INTRODUÇÃO

A ditadura salazarista, a retórica lusotropicalista e a constante recusa da existência do racismo institucional e do seu impacto na vida de negros e negras atrasaram a discussão sobre a racialização das mulheres negras em Portugal. Apesar da presença de negros e negras no país remeter desde o século XV, após a Revolução Portuguesa de Abril de 1974 – em que a maioria da população negra era masculina – e com a declaração da independência dos territórios ocupados pelo imperialismo português, as mulheres negras passaram a equiparar a percentagem de homens negros em Portugal.

O envelhecimento da população portuguesa tem obrigado a um aumento da disponibilização de serviços de geriatria e, tal como em muitos países, as políticas do Estado têm vindo a fomentar a privatização e mercantilização do sector de geriatria, fazendo com que o sector seja totalmente dependente da força de trabalho das mulheres imigrantes e negras, tendencialmente mão-de-obra barata e precária.

Esta investigação propõe-se contribuir para o debate da articulação entre classe, género e raça – que em Portugal é ainda muito débil – procurando explicar como é que no sistema capitalista as três categoriais sociais contribuem para a opressão/subalternização das mulheres negras em Portugal, focando-se numa amostra qualitativa de trabalhadoras negras auxiliares de geriatria que desempenhem funções na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

As entrevistas realizadas tiveram como finalidade a resposta às perguntas de partida da investigação. Procurando entender quais as características da relação laboral entre trabalhadoras e as entidades patronais – relativamente a contratação e remuneração –; quais as condições nos locais de trabalho – rotatividade de horários, risco de contração de doenças infectocontagiosas, materiais de trabalho disponibilizados pela entidade patronal, exposição a químicos e se existem possibilidades de progressão na carreira. Para além disso, procurou-se perceber qual o impacto emocional nas trabalhadoras ao lidarem com corpos fragilizados e a morte dos seus utentes. E por fim, compreender, o modo como opera e se concretiza a racialização

no sector de geriatria e as reacções desencadeadas por conta de assédio moral e/ou sexual às trabalhadoras, tanto por parte dos idosos como das entidades patronais.

Para além das entrevistas realizadas às trabalhadoras, pretendeu-se compreender qual o evolução – e os moldes em que se deu – a discussão da posição social e económica de mulheres negras em Portugal, como também, qual o papel que organizações/associações como a FEMAFRO, a INMUNE (Instituto da Mulher Negras em Portugal), SOS Racismo, Plataforma Gueto e a SOLIM (Solidariedade Imigrante) tiveram nesta discussão.

A opção por este objeto de estudo, deve-se à identificação da autora, com o tema e a experiência vivida do racismo, sexismo e precariedade que fustigam as vidas de tantas mulheres negras em Portugal. Com este levantamento pretende-se identificar ferramentas de investigação como também, apresentar ferramentas de investigação a outras mulheres negras, como também, a outros que possam interessar-se pelo tema. Para tal efeito, são utilizados os contributos de várias autoras negras, tanto portuguesas como estrangeiras, com o intuito de mapear a tradição do pensamento antirracista e negro.

Esta investigação divide-se por seis capítulos principais. No **capítulo 1**, desenvolve-se o enquadramento teórico e histórico, até aos dias de hoje, que explicita a presença e resistência de negros e negras ao imperialismo português. Com o **capítulo 2** são apresentadas e desenvolvidas as teorias de feminismo negro, tanto a nível nacional como internacional. O **capítulo 3** é um outro eixo de análise sobre o envelhecimento populacional em Portugal e o desenvolvimento do sector de geriatria em Portugal, e consequentemente a sua dependência da força de trabalho imigrante e negra. O **capítulo 4** pretende, através da análise de dados estatísticos e com uma aproximação por vida do indicador de nacionalidade – uma vez que em Portugal não se faz a recolha de dados étnico-raciais nos Censos – descrever os sectores do mercado de trabalho, em Portugal, dependentes da força de trabalho das mulheres negras e quias as condições de trabalho.

No **capítulo 5**, são descritas e analisadas, as trajetórias migratórias para Portugal – que são também trajetórias sociais e muitas vezes de descensão social e laboral –, as condições de trabalho das interlocutoras e as suas perspetivas relativamente ao seu

posicionamento social enquanto mulheres negras, como também, críticas à mercantilização do cuidado de idosos. Neste capítulo apresentamos também os retratos biográficos de cada uma das entrevistadas. A investigação finaliza com sintetização dos resultados obtidos durante a investigação.

A investigação tem um caráter exploratório, baseada na realização de entrevistas a 6 trabalhadoras e experiências das mulheres negras no sector da geriatria. Nesta investigação é possível alcançar como se dá a racialização e o sexismo, através da superexploração das mulheres negras, que com o seu olhar crítico resistem e lutam pela sua sobrevivência.

II. As mulheres negras enquanto sujeito na Antropologia

Malinowski (1922) afirma que o antropólogo deve recolher e apresentar os resultados da sua investigação de forma neutra. No entanto, é importante notar que todos os cientistas sociais ao conduzirem determinada investigação têm sempre um ponto de partida, ou seja, todo o conhecimento produzido tem um posicionamento social.

Nesta investigação posiciono-me enquanto mulher negra na escrita de uma dissertação sobre mulheres negras. A decisão de elaborar uma investigação que aborde as questões das mulheres negras em Portugal está diretamente relacionada com minha a experiência da própria enquanto mulher negra de classe trabalhadora que pretende contribuir para o conhecimento académico sobre as situações de racismo e machismo que atravessam as experiências das mulheres negras em Portugal. Tal como Collins (2000) e McClaurin (2001) afirmam, esta decisão é um ato político e uma forma de resistência.

A afirmação da identidade enquanto mulher negra é usada como ponto de partida para a construção do trabalho etnográfico. Desta forma, a recolha e análise dos dados é influenciada pelas nossas perspetivas teóricas e posicionamento social e político, não se trata de uma simples descrição de factos, envolve processos de interpretação e compreensão, mas mantendo a objetividade científica (Emerson, 1995;

McClaurin, 2001). Cujo maior garante é a explicação e não ocultação, dessa posição social da autora. Robben (2007) explica que o trabalho de campo não é uma atividade desconexa, feita por um observador objetivo, mas que as experiências subjetivas e individualidade são uma parcela desse trabalho e dos resultados. Para além disso, as múltiplas identidades sociais do etnógrafo podem tornar-se obstáculos, mas também podem ser profícuas no trabalho de campo.

McClaurin (2001) afirma que existe um desconforto na academia em equacionar uma antropologia feminista negra, isto porque a mesma desafia o senso comum de que apenas existe um formato para trabalhar na antropologia. Apesar das mulheres terem sempre participado na academia, só depois dos anos 70 é que a antropologia começou a dar relevância aos estudos de género e de raça. As alterações que ocorreram na antropologia permitiram uma brecha para o desenvolvimento da “Black Feminist Anthropology”. A Antropologia Feminista Negra propõe-se a levantar as questões inerentes às experiências de vida das mulheres negras no mundo. Esta proposta foca-se no estudo do género, a inter-relação entre homem e mulher e o papel do género na estruturação das sociedades e suas estruturas sociais e políticas. Para além disso, é também como uma resposta à marginalização dos negros e negras na antropologia.

Existe um profundo silêncio nas ciências sociais sobre as vidas e experiências das mulheres negras nos EUA, consequência do racismo e sexismo estruturais das ciências sociais (Scott, 1977). Quando não são caracterizadas como mulheres imigrantes, são apenas constituídas como objetos de estudo – sem capacidade para construir e reproduzir conhecimento sobre a sua experiência. Quando mulheres negras académicas trazem para o seu espaço a discussão das problemática das mulheres negras (abordam maioritariamente racismo e género e menos classe), a sua produção intelectual tende a ser deslegitimada (Ribeiro, 2017).

As autoras Sampaio, L., Carvalho, G., Sanhá, V., Vicente, H., Roldão, C., & Caetano, D. (2019, p.62) ao participarem na Conferência AfroEuropeans “In/Visibilidades Negras Contestadas” 2019 relataram a experiência de um grupo de leitura de 6 mulheres negras, na sua maioria da periferia, estudantes-trabalhadoras e académicas, como forma de resistência ao silenciamento do qual as académicas negras e a sua produção intelectual são vítimas na academia portuguesa:

«São poucas as professoras, investigadoras e alunas negras no espaço académico português, assim como, ainda mais rara é a presença no currículo escolar dos seus contributos científicos, das perspetivas do feminismo negro e teorias da interseccionalidade. No espaço académico português, estamos praticamente invisibilizadas enquanto sujeitos de conhecimento, seja nos ainda recentes estudos de género, seja nos estudos das migrações (que continuam a apresentar-nos como outsiders), seja pela quase total ausência de um debate sobre a questão racial.»

Segundo Collins (2000), o conhecimento das mulheres negras tem sido socialmente excluído (deslegitimado) daquele que é o trabalho intelectual nos termos em que está (pre)dominantemente definido, essa produção adquire outros formatos, muitas vezes na margem da ciência, entre eles, a poesia; música e ensaios, porque a mulher negra é alvo de extrema exploração e “guetização” no mercado de trabalho, obrigando-as a despender quase toda a sua energia com a sobrevivência; porque historicamente lhe têm sido recusados direitos políticos e de educação; e porque nas representações coletivas existem estereótipos negativos sobre os “lugares naturalizados” da mulher negra (mammy/mocamba; empregada doméstica; lasciva; mãe-coragem; mãe adolescente; prostituível; etc.) onde não cabe a posição da “intelectual”. Mesmo quando são académicas não têm posições dirigentes em instituições de “validação de conhecimento”. Como refere Collins (2000) quando são académicas vivem uma posição de “outsider-within” que influencia a sua produção de conhecimento. Elas muitas vezes não só produzem conhecimento que está ausente da academia, mas também conhecimento que lá “deveria” estar (justiça), designadamente, o património ou a tradição intelectual das mulheres negras.

Apesar da variedade e extensiva produção académica antropológica, a maior parte da produção é eurocêntrica; são raros os casos de inclusão de escritoras negras nos currículos escolares (McClaurin, 2001). A autora afirma que a antropologia, enquanto disciplina, institucionalizou o silêncio das académicas feministas negras, por vezes mesmo nos currículos feministas. hooks (2018) relata que é bastante normal que se atribuam bolsas a investigadoras brancas para desenvolver trabalho sobre mulheres

negras, mas são raros os casos em que mulheres negras são financiadas para elaborar conhecimento, seja sobre mulheres brancas ou mulheres negras.

Para Collins (2000), a resistência das mulheres negras e pensamento feminista negro na academia passa em grande medida pelo reclamar de um patrimônio e tradição intelectual, que passa por: 1) recuperar e desocultar trabalhos de mulheres negras que estão dispersos, escondidos, reeditá-los, registá-los; 2) descobrir, reinterpretar e analisar as diferentes perspectivas existentes no feminismo negro (por exemplo, tendo em conta o pensamento e a experiência das mulheres negras lésbicas, como fazem Audre Lorde e Alice Dunbar Nelson), complexidade tantas vezes invisibilizada; 3) reinterpretar teoricamente contributos existentes, dando-lhes continuidade e complementaridade; 4) mobilizar conhecimento de mulheres negras que está fora do espaço académico e que se encontra noutras espaços institucionais (literatura, música como os blues e o Hip-Hop, jornalismo, política, etc.). Esse conhecimento tende a não ser considerado intelectual, mas parte da resistência passa exatamente por desafiar essa conceção e essa relação de poder entre formas de conhecimento (ciência vs. senso comum; ciência vs. arte; teoria vs. prática; etc.) e atribuir esse estatuto na medida em que são formas de articulação crítica sobre a realidade social. Muito do pensamento das mulheres negras não é classificado pelas próprias como “feminismo negro”, ele também não surge muitas vezes articulado na lógica de discussão concetual, ele é “crítico” porque está intrinsecamente ligado à luta contra a injustiça. Não se trata da lógica academicista do “conhecimento pelo conhecimento”.

No seguimento de Collins, McClaurin (2001) explica que a “Black Feminist Anthropology” tem como objetivo também contribuir para a melhoria das condições de vidas das mulheres negras que têm vindo a ser oprimidas e exploradas ao longo da história. A elaboração de conhecimento realizado por mulheres negras para mulheres negras e as críticas feitas às ciências sociais pretendem também contribuir para a alteração das ciências sociais como não racistas e não machistas (Scott, 1977).

II. Enquadramento Metodológico: Processo de investigação

O desenvolvimento da investigação dividiu-se em três momentos fundamentais, excluindo a revisão de literatura: as entrevistas às organizações políticas, as entrevistas às trabalhadoras, a recolha e análise de dados estatísticos de fontes secundárias e a fase final de esquematização dos resultados encontrados.

Entre os meses de fevereiro e março de 2019 foram entrevistadas as organizações políticas: INMUNE, GTO Lx, SOS Racismo, Plataforma Gueto, FEMAFRO. Estas entrevistas exploratórias tiveram como propósito a recolha de informação numa perspetiva qualitativa, numa tentativa de esclarecer o nível de discussão da racialização do mercado trabalho e a posição das mulheres negras em Portugal até aos dias de hoje, assim como, o papel desempenhado pelas organizações neste debate. Estas entrevistas iniciais foram importantes para dar conta de eixos importantes de análise e para a construção do guião de entrevistas às trabalhadoras. A facilidade de contacto com as organizações deveu-se ao conhecimento prévio da investigadora por parte das organizações.

Apesar das diversas tentativas de contacto com a organização União de Mulheres Resposta e Alternativa (UMAR) e o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD) não nos foi possível realizar as entrevistas por falta de resposta das mesmas. Estas entrevistas teriam sido importantes para entender o papel desempenhado pelas organizações neste debate e entender os níveis de sindicalização e formas de organização das mulheres negras em Portugal.

Num segundo momento do estudo – entre agosto e setembro de 2019 – tratou-se da recolha de informação sobre a situação social e económica das mulheres negras que desempenhem funções no sector de geriatria na AML. Esta abordagem qualitativa desenvolveu-se através da recolha de informação sobre as histórias pessoais das trabalhadoras – no formato de entrevistas semiestruturadas – tentando encontrar denominadores comuns e perspetivas singulares às suas experiências no sector.

Por corresponder a uma amostra qualitativa, as seis mulheres contactadas foram escolhidas com determinadas características definidas à priori que coincidiam com os

objetivos do estudo. Este contacto foi feito através de uma amostra em bola de neve. Das trabalhadoras contactadas apenas uma negou a sua participação.

Importa ressaltar que todas as entrevistadas autorizaram a gravação e transcrição da entrevista, dando indicações de quando eliminar determinada informação. Para que não fossem vítimas de represálias por parte dos patrões, todas as interlocutoras estão com nomes fictícios.

Apesar do trabalho de campo ser considerado extremamente importante e indispensável na antropologia (Robben e Sluka, 2007), as restrições profissionais da investigadora não lhe permitiram desenvolver observação participante das interlocutoras no seu quotidiano.

Uma das maiores dificuldades encontradas foi a recolha de dados estatísticos referentes à situação social e económica das mulheres negras em Portugal, consequência da recusa de recolha de dados étnico-raciais em Portugal. Numa tentativa de aproximação através da nacionalidade, foram solicitados dados estatísticos ao INE que serviriam para compreender as percentagens de trabalhadoras que estão inscritas como prestadoras de cuidados a idosos, no entanto, os valores cobrados por esses serviços ultrapassavam as possibilidades financeiras da investigadora.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1.1. A política colonialista do Estado português (século XV – século XX)

O tráfico de pessoas escravizadas foi um dos pilares do desenvolvimento do capitalismo mercantil a nível internacional. Países como Inglaterra, Portugal, França, Holanda eram os maiores “exportadores” de mão-de-obra escravizada (Cabral, 2008).

No século XVIII surgem as primeiras ideias abolicionistas em Inglaterra – muito ligadas ao desenvolvimento da Revolução Industrial no país – e com o interesse de diminuir o peso económico e político dos escravocratas, levando à ilegalização do comércio escravocrata, decretada pelo governo de Londres em 1807 (Cabral, 2008; Valentim, 2000). O país inicia um processo de pressão diplomática sobre outros países para a abolição da escravatura e Portugal é um deles, mas o país vai fazendo-o progressiva e muito lentamente.

O decreto abolicionista assinado por Sá Bandeira a 10 de dezembro de 1836 proibia a partir da data da sua publicação, a exportação de mão-de-obra escrava, por terra e por mar, e de todos os territórios portugueses (Capela, 1979). Os avanços económicos e a consolidação do domínio inglês obrigaram Portugal a subordinar-se ao apelo abolicionista inglês. Apesar da abolição da escravatura, a exploração de territórios africanos e seus colonizados continuou através do trabalho forçado nas colónias, de modo a que as exigências públicas e privadas do projeto de construção do “Império Português” continuassem. (Rosas & Rollo, 2010)

Um dos temas mais recorrentes na política colonial durante a I República era o desenvolvimento económico das colónias. Com o objetivo de fomentar o crescimento económicos foram sugeridos quatro pontos considerados indispensáveis para o estabelecimento de Portugal enquanto potência colonialista: a ligação do interior ao litoral através da construção de uma rede ferroviária, para o escoamento de produtos autóctones; o desenvolvimento da agricultura e pecuária; o desmantelamento de obstáculos à criação de riqueza e a fixação de colonos europeus. Até então os fluxos de imigração portuguesa nas colónias tinham sido baixos, mas entre 1911 e 1913 – nos

primeiros anos da Primeira República – os fluxos migratórios intensificam-se, apesar disso mantêm-se sempre aquém das necessidades (Rosas & Rollo, 2010).

Apesar da abolição da escravatura redefiniram-se outras formas coercivas de trabalho. A intensificação do desenvolvimento económico fez também através do aumento da procura de mão-de-obra indígena. Foram, assim, implementadas alterações legislativas que obrigavam os indígenas ao trabalho. A legislação republicana sobre o trabalho indígena inicia-se com o decreto do Governo Provisório de 27 de Maio de 1911, onde se afirmava que o trabalhador indígena tinha a liberdade de escolher a sua profissão, desde que cumprisse com as suas obrigações por um período de seis meses para que não fosse considerado vadio; caso não correspondesse a estas obrigações o trabalho ser-lhe-ia imposto pela autoridade. O Estado aproveitava o facto de não empregar os autóctones para que os mesmos fossem empregues por particulares enquanto serviçais (Monteiro, 2018 ; Rosas & Rollo, 2010).

A necessidade de manutenção e renovação constante de mão-de-obra africana, necessária para a produção agrícola e industrial, proporcionou o estabelecimento do trabalho forçado, como um método punitivo à ociosidade, tida como “característica” dos africanos e método de “civilização”. O trabalho dos africanos apenas era reconhecido a partir do momento em que patrões portugueses e europeus lucrassem (Davidson, 1977). Ou seja, o trabalho por eles realizado no quadro das suas comunidades não era considerado trabalho.

A legalização do trabalho forçado foi justificada através da “missão civilizatória” dos portugueses, tendo-se mantido entre 1911 até meados de 1962. O suposto contacto destas populações com os portugueses, possibilitar-lhes-ia uma aproximação à civilização e produziria alterações nos seus costumes e crenças, uma vez que os povos dos territórios ocupados eram considerados naturalmente preguiçosos e indisciplinados. A construção da retórica civilizacional portuguesa legitimou toda a construção colonial hierarquizada (Cabral, 2008; Davidson, 1977 ; Jerónimo, 2012 ; Monteiro, 2018).

A instituição do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique em 1954 reforçou a “superioridade civilizacional” dos portugueses, em que os cidadãos eram divididos em duas categorias: população não

indígena, neste caso, os portugueses brancos e a população indígena, ou seja, os autóctones. Este estatuto “permitiria” aos indígenas, através da apresentação de diversas competências – entre elas, a dominação da língua portuguesa – a ascensão a uma nova categoria social, neste caso, o de português.

Apesar do Código do Trabalho Indígena (CTI) proibir expressamente a participação das autoridades em processos de recrutamento de privados, as autoridades nacionais subalugavam trabalhadores africanos a empresas e companhias internacionais, lucrando com a exploração dessa mão-de-obra (Monteiro, 2018).

A violência física e psicológica infligida pelos capatazes aos trabalhadores, usando táticas de extorsão e chantagem, eram uma norma no regime do trabalho forçado, uma vez que o trabalho apenas era realizado coercivamente. Desde as condições miseráveis no transporte de “serviçais” para outros territórios coloniais – em que muitos trabalhadores morriam na travessia –, aos largos períodos de trabalho que os serviçais desempenhavam ao contrário daquilo estabelecido no contrato, ao facto de apenas receberem metade dos salários, como também há relatos de usos de grilhetas nos pescoços dos trabalhadores durante o trabalho (Monteiro, 2018). Para além disso, os acidentes de trabalho eram reportados como acidentes durante o descanso e muitas vezes os inválidos eram obrigados a trabalhar:

«Eu fui batido 57 palmatoadas. Mandam formam bicha. Cada cipaio com palmatória na mão. 57 palmatoadas numa mão só, por causa de recusa. Ele disse: vai cultivar algodão. Respondi que não cultivo. E arroz? A mesma coisa: não cultivo. Mandou bater-me. Eu disse: podes bater-me que não hei-de morrer por causa da porrada...» (Fortuna, 1993: 121)

As mulheres também eram obrigadas a trabalhar e os relatos de violações e agressões a mulheres que se recusavam e abandonavam a trabalhar também eram quotidianas (Monteiro, 2018).

Como Pitcher (1993) explica, as tentativas das companhias concessionárias de multiplicar a fabricação provocou, em várias ocasiões, o encorajamento da resistência dos trabalhadores africanos e escassez da mão-de-obra. Os abusos físicos e pressão

conduzidos pelos administradores coloniais não eram acatados passivamente pelos trabalhadores africanos, que instrumentalizavam inúmeras formas de evitar o trabalho de produção algodoeira: trabalhavam noutras plantações (como o açúcar ou café); emigravam, permanente ou temporariamente para trabalhar nas minas da África do Sul ou da Rodésia, ou para as cidades, como também, queimavam sementes ou simplesmente recusavam-se a plantar algodão.

1.1.1. A construção de uma narrativa unitária

A ideia da aptidão dos portugueses para se envolverem com povos africanos remonta desde o século XVIII, mas é apenas no final dos Oitocentos que se consolida¹; este argumento foi instrumentalizado para justificar a ocupação territorial, sendo que as elites crioulas/mestiças eram apresentadas como um exemplo dessa aptidão dos portugueses. Mas será com o “lusotropicalismo” que esta tese ganhará força.

A narrativa lusotropicalista deteve uma grande importância na construção do imaginário da Nação Portuguesa. O conceito de lusotropicalismo criado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), declarando a especial capacidade dos portugueses em se adaptar aos trópicos e de se relacionar com os povos desses territórios, resultando em miscigenação e mesclar de culturas (Castelo, 2013).

Em 1930, António Salazar elabora um decreto que declara uma nova fase da administração imperialista portuguesa: o Acto Colonial. Este decreto reafirma a vocação e direito histórico de Portugal à ocupação colonial (Castelo, 1998). Este momento é uma rutura com a administração republicana tida até então estabelecendo-se que a entre outras exigências, a nacionalização das indústrias, em detrimento do capital estrangeiro e a prioridade do desenvolvimento económico da “metrópole” no invés dos territórios ocupados (Castelo, 1998). Essas alterações produzem um equilíbrio do lucro proveniente das colónias, beneficiando quase que exclusivamente a metrópole.

A vitória contra o imperialismo nazi alemão, na Europa, a crescente crítica à ideologia da pureza racial e a Conferência de Bandung (1955) – que desempenhou um

¹ Teófilo Braga, Oliveira Martins e António Sardinha desenvolveram teorias que apresentavam as capacidades biológicas dos portugueses para a colonização de outros povos (Castelo, 1998).

papel decisivo no fortalecimento da organização e solidariedade entre países colonizados – contribuíram para a consciencialização da emergência da autodeterminação dos povos colonizados.

Confrontado com a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) – em que se proclamava o direito à autodeterminação dos povos colonizados – e as independências de países na Ásia e em África, o Estado Novo viu-se obrigado a instituir a teoria do Lusotropicalista para justificar a sua permanência e exploração dos territórios ocupados. A revogação do Acto Colonial em 1951, apresentada por António de Oliveira Salazar, propõe alterações na Constituição Portuguesa que visam invisibilizar as diferenças entre a “metrópole” e “colónias”: o termo colónias é substituído por “províncias ultramarinas” e a designação do “Império Colonial Português” é excluído, convertendo-se agora em Ultramar. A Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei nº206, de 27 de Junho de 1953) estabelece o novo regime jurídico das províncias ultramarinas. Desta forma, Portugal e os territórios africanos ocupados tornavam-se, retoricamente, numa só nação (Castelo, 1998).

Com o início das lutas pela independência, a necessidade de reforçar a unidade do “povo português” à comunidade internacional intensificou-se. Foi então desencadeado todo um processo de propaganda – em que a academia portuguesa, com Jorge Dias (antropólogo) ou Adriano Moreira (cientista político), teve um papel significativo – que reafirma que apesar da heterogeneidade étnica e a distância geográfica, não havia qualquer diferenciação política, social ou económica entre as colónias e a metrópole.

Ao contrário de outras potências imperialistas europeias, Portugal era um país economicamente débil, muito dependente dos produtos extraídos das colónias e do consumo dos produtos provenientes da metrópole portuguesa por parte das colónias. Por essa razão, a transição para uma administração africana – como aconteceu, por exemplo, na Bélgica e Inglaterra – para Portugal não era uma opção viável, conduzindo à luta armada. A contestação ao imperialismo português inicia-se em fevereiro de 1961 em Angola, seguidos pela Guiné-Bissau e Cabo Verde em janeiro de 1963 e Moçambique em setembro de 1964 (Davidson, 1977).

Durante 13 anos, o Estado português investiu recursos humanos e financeiros para a derrota dos movimentos de libertação. No entanto, a influência dos movimentos de libertação e o impacto da guerra juntos dos militares e suas famílias impulsionaram a Revolução de Abril, o derrube do regime fascista que vigorava desde 1926 e por sua vez o decretar da autodeterminação das antigas colónias portuguesas: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

1.1.2. Perpetuações do Colonialismo Português (1980 – 2020)

A imigração africana para Portugal inicia-se nos anos 60 com a vinda de trabalhadores cabo-verdianos, mas é no final dos anos 80, com a entrada na então Comunidade Económica Europeia (CEE) e integração no Espaço Schengen que se dá o aumento do fluxo de imigrantes de países da Europa do Leste e do Brasil (Fikes, 2008).

Acompanhando o crescimento de imigrantes em Portugal, o Estado português aumenta também o aparato de controlo sobre os mesmos, com a criação de instituições como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)² ou o ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) – atualmente Alto Comissariado para as Migrações (ACM)³. O ACM torna-se a entidade de referência na orientação e mediação entre o Estado e imigrantes no acesso às instituições, como também, na produção de conhecimento sobre a temática da imigração.

O país começa então a ser descrito como “um país de chegadas” com uma grande predisposição para o acolhimento e integração de estrangeiros. Um olhar mais atento e crítico reconhece neste discurso uma transfiguração do discurso lusotropicalista, em que se pode comparar a “integração” dos imigrantes com a “assimilação” dos nativos dos países que Portugal colonizou.

Para Miguel Vale de Almeida (2000), o discurso lusotropicalista, a sua utilização e ramificações não se resumem apenas ao conceito cunhado por Gilberto Freyre, mas

² Para mais informações sobre a institucionalização do SEF, consultar: <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=6>

³Para mais informações sobre a institucionalização e Missão do ACM, consultar: <https://www.acm.gov.pt/pt/acm/missao> e <https://www.acm.gov.pt/pt/-/o-que-fazemos->

também com a incapacidade de Portugal em lidar com temas como: a violência e espoliação subjacente nos “Descobrimentos”, com as comunidades imigrantes no país e a contínua insistência na construção do espaço lusófono para manter o imaginário da outrora grandiosidade portuguesa, como também, a relação económica desigual com os países outrora ocupados. O autor afirma que, o lusotropicalismo permanece no senso comum da sociedade portuguesa, chegando mesmo a ser utilizado pelas instituições do Estado, mesmo com o crescimento de pensamento crítico.

O mito de um Portugal não racista descreve a experiência colonial – que por si só foi uma experiência violenta e racializada – como uma colonização exemplar e suave. O passado colonial continua presente no mundo contemporâneo de várias formas, algumas visíveis e outras mais mascaradas, modelando as políticas e as relações com os imigrantes e seus descendentes, sobretudo os das ex-colónias PALOP e Brasil. Tal como Benoit de L'Estoile (2008) expõe, o legado colonial é e deve ser usado para contextualizar determinados traços do mundo contemporâneo: subdesenvolvimento, intervenções militares, conflitos étnicos, estereótipos racistas, políticas restritivas de imigração, etc., sendo que o reconhecimento desse processo e das suas repercussões para os dias de hoje ainda não foi feito pelo senso comum em Portugal.

Miguel Vale de Almeida (2006) reitera que os imigrantes das antigas colónias ao ocuparem os espaços da “metrópole” continuam a desempenhar funções de “trabalho forçado”, perpetuando-se assim a sua marginalidade. O estatuto de “indígena” modificou-se para o de estrangeiro e agora configura-se através da nacionalidade e das barreiras que são colocadas à sua obtenção – atualmente, filhos de imigrantes, nascidos em Portugal não têm acesso direto à nacionalidade portuguesa – dessa forma, a cidadania é-lhes negada, tal como era o Estatuto do Indigenato. A “integração”, ou seja, “assimilação”, com as barreiras que lhes são colocadas, impossibilita uma quebra do ciclo vicioso de desigualdades e falta de oportunidades e melhoria de condições de vida.

O episódio que sucedeu a 10 de Junho de 2005 na praia de Carcavelos (Cascais), continua a ser descrito, apesar de já ter sido confirmado que tal nunca sucedeu, pelos media e algumas figuras públicas e políticas como o “arrastão”. Supostamente este já se replicou várias vezes desde essa data, em diferentes contextos, mas sempre com os mesmo sujeitos sociais. “Demasiados” jovens negros no mesmo espaço físico. É uma

representação da clara associação de jovens negros e imigrantes com criminalidade, apesar de não haverem dados que confirmem esse pressuposto (Fernandes & Morte, 2011). Na verdade, a grande maioria dos negros e negras trabalha, sendo que os homens normalmente na construção civil – e mais recentemente no sector de Segurança – e as mulheres tendencialmente no sector de limpezas, restauração trabalho doméstico e geriátrico (Fikes, 1998; Pereira, 2010; Peixoto, 2009).

1.2. A presença e resistência africana e negra em Portugal

Apesar do silenciamento histórico, a presença negra em Portugal e a sua influência na cultura “portuguesa” já datam de há mais de cinco séculos. Em Lisboa, 10% da população era africana e escravizada, chegando a existir um bairro maioritariamente habitado por população negra, conhecido como bairro do Mocambo. A forte presença de mão-de-obra africana instalada na capital determinou a conceção de um bairro específico para africanos na periferia da cidade, há semelhança das mourarias. Inspirados nos mocambos na Ilha de São Tomé, que eram lugares de refúgio de escravos fugidos, é autorizada a formalização do bairro (Tinhorão, 1988 ; Lahon, 1999 ; Henriques, 2011).

O Bairro do Mocambo, atualmente bairro da Madragoa, começou a estabelecer-se desde os finais do século XVI. No início maioritariamente povoado por africanos, forros e escravos – força de trabalho essencial para o funcionamento da cidade –, mas a partir do século XVII já conviviam africanos e portugueses, negros e brancos, predominantemente trabalhadores ligados a atividades marítimas. Pouco a pouco, a percentagem de habitantes negros diminuiu, em consequência de medidas proibitivas, implementadas por Marquês de Pombal, de “importação” de escravos africanos para Portugal (Henriques, 2011).

Segundo Didier Lahon (1999), a presença de negros é possível confirmar através dos registos paroquiais (batismos, casamentos, óbitos) produzidos a partir da segunda metade do século XVI. Nos assentos, os indivíduos são pormenorizadamente caracterizados, tornando-se fácil a perceção de qual a sua identidade étnico-racial, entre vários outros detalhes, como a profissão ou o estatuto social.

As mulheres negras das quais é possível recolher informações representam um grupo bastante heterogéneo: tanto de mulheres trabalhadoras e pobres – “Em Lisboa, em meados do século XVI, João Brandão (...) é mais prolixo quanto às mulheres. Ele conta 200 vendedoras de ameixas e favas, 25 caiadeiras, 1.000 negras de canastras que limpam a cidade, 1.500 negras ensaboadeiras, 1.000 negras que andam ao pote e quartas, 4 mouras e negras trapeiras. Mas esquece as regateiras a quem D. Manuel tinha dado direito de vender em praça pública.”; mulheres escravizadas, mulheres forras ou mesmo mulheres pertencentes à elite negra com ligações à administração colonial, como o caso das mulheres membros da corte do Reino do Congo, em Angola. Apesar da heterogeneidade em termos de estatuto social, a grande maioria de mulheres negras eram pobres e altamente exploradas, laboral e sexualmente (Lahon, 1999).

1.2.1. As organizações de africanos e afrodescendentes

Foram formuladas e utilizadas diversas ferramentas que destituíam os africanos da sua pertença histórica e religiosa – mudança de nome, uso obrigatório da língua portuguesa, batismo cristão, entre outras – como também, os mantinham num estatuto social inferior (mesmo apesar da alforria ou de nascerem livres). Apesar disso, os africanos e afrodescendentes organizaram novas normas socioculturais de modo a reconstruir a sua identidade africana, incorporando novos elementos das práticas culturais portuguesas. As confrarias e irmandades negras são um exemplo disso.

Consequência da exclusão social, entre os séculos XV-XIX foram criadas as confrarias e irmandades⁴ de negros ou os mesmos passaram a integrar essas associações de modo a atingir os seus objetivos religiosos, económicos, mas também culturais e

⁴ Em *Religião e Liberdade: Os negros nas Irmandades e Confrarias Portuguesas (séculos XV e XIX)*, o autor explica que, apesar da constante utilização dos termos Confrarias e Irmandades como sinónimos essa utilização não é correcta. Apesar da semelhança nos objetivos de ambas as instituições e proximidade na origem etimológica, «Os Estatutos da Irmandade e confraria de N^a. S^a. do Rosário da Sé de Faro estabelecia uma distinção clara entre os dois conceitos: “Primeiramente se entenda que esta confraria é juntamente irmandade e que confrade pode ser qualquer pessoa cativa ou livre (...). Mas os irmãos (...) havendo de servir não serão cativos, mas livres (...) posto que sejam pretos, nascidos ou criados nestes reinos (...). Os quais irmãos estarão escritos em um livro apartados dos que não são mais que confrades (...) e (...) destes somente se hão de eleger os oficiais para servirem na mesa.»

ultrapassar as barreiras colocadas pela sociedade portuguesa.

A maior parte das Confrarias e Irmandades criadas que tiveram negros como membros, foram estabelecidas sob a égide do Rosário da Nossa Senhora. Isto deveu-se “ao carácter socialmente aberto dos respetivos estatutos, uma exceção num universo de associações com acesso reservado a brancos de sangue limpo: *“sem qualquer raça de pretos, mulatos, judeus ou mouros.”*⁵ Para a fundação e funcionamento das confrarias era obrigatório o reconhecimento da autoridade eclesiástica ou da coroa (Fonseca, 2016).

Existiam confrarias e irmandades designadas de *Homens Pretos ou Pardos* e outras que integravam negros livres e escravizados que apenas tinham o nome de um santo ou invocação mariana, como a *Confraria do Rosário de Lisboa*.

Apesar da permissão de participação de negros nas confrarias e irmandades, desenrolavam-se conflitos – consequência de rivalidades entre brancos e negros ou negros e pardos – relativamente à gestão e liderança das instituições, levando em algumas situações à formação de novas confrarias ou irmandades, passando a existir associações apenas de negros – como por exemplo, a *Irmandade de Jesus Maria José e da Virgem do Rosário e dos Santos Reis Magos*, ambas em Lisboa – e outras só de membros brancos. Muitos dos documentos de instituição e gestão das associações de negros desapareceram por serem manuscritos que não perduraram ao tempo (Lahon, 1999).

As confrarias de âmbito cultural tinham uma maior abertura à participação de mulheres:

«Encontramos referência a mulheres negras, como é o caso de uma mulher negra mestiça, sardineira eleita como rainha numa das confrarias negras de Lisboa sobre a qual existe um registo de 1597, mas sem que se saiba o nome. Em Elvas, em 1657, Isabel de Matos (descrita como “moça baça e solteira”) é admitida como rainha na irmandade negra desse território, e em 1659, uma mulher negra chamada Felónia é eleita rainha da irmandade, juntamente com o

⁵ Fonseca, Jorge (2016)

respetivo rei e os restantes membros da corte.» (Roldão, 2019)

Para além da componente religiosa, as confrarias tinham uma dimensão recreativa/cultural, e é aí, nas eleições dos “Reis do Congo”, que as mulheres negras vão ter maior protagonismo no espaço das confrarias. A nomeação de um rei e uma rainha, membros da confraria, com responsabilidade de desfilar em representação do santo padroeiro começa no século XVII em Vila Viçosa. Os eleitos tinham também uma grande autoridade na comunidade negra (Lahon, 1999).

1.2.2. O Movimento Negro e Antirracista em Portugal no século XX

Apesar da resistência negra em Portugal ter vindo a ser feita desde que as primeiras pessoas escravizadas pisaram em solo nacional, pode-se dizer que entre 1911 e 1933 surge e consolida-se o movimento negro em Portugal. Com uma grande percentagem de africanos, da pequena burguesia das então colónias africanas, a militância e a fundação de organizações em Portugal tinham como objetivo transformar Portugal e contestar a ocupação colonial. Este movimento esteve conectado ligando estas lutas com o movimento negro internacional – em que os Estados Unidos da América ocupavam um papel de liderança – e o movimento pan-africanista.

Segundo Pedro Varela e José Pereira (2019), a “Geração 1911-1933” é considerada pioneira na luta antirracista em Portugal, durante a I República (1910-1926), que se consolidou em paralelo com a intensificação da ocupação e exploração colonialista em África, com as ditas “Campanhas de Pacificação” nos territórios ocupados em África. Este movimento antirracista em Portugal tomou diversos formatos: organizações (entre elas, *Associação dos Estudantes Negros*, 1911; *Junta de Defesa dos Direitos D’Africa*, 1912; *Liga Africana*, 1920; *Partido Nacional Africano*, 1921; *Liga das Mulheres Africanas*, 1929; *Grémio “Ké-Aflikana” dos Africanos*, 1929; *Movimento Nacionalista Africano*, 1931) ou periódicos (*O Negro*, 1911; *A Voz D’Africa*, 1912-1913 e 1926-1930; *Tribuna D’Africa*, 1913 e 1931-1932), entre outros. Entre os seus membros podemos destacar os principais líderes: José de Magalhães (1867-1959, Angola), Presidente da Liga Africana ou João Castro (1887-1955, São Tomé e Príncipe), fundador

da Junta da Defesa dos Direitos de África e Presidente do Partido Nacional Africano. Ambos chegaram a ser deputados da Assembleia da República ambos eleitos pelo círculo de São Tomé e Príncipe.

Cristina Roldão (2019) mostra que, apesar de ser um movimento liderado por homens, é possível mencionar algumas mulheres negras que participaram na construção do movimento; entre elas, Georgina Ribas, Maria Dias d'Alva Teixeira, Maria Nazaré Ascenso, todas militantes da *Liga de Mulheres Africanas*, sector de mulheres do *Partido Nacional Africano* como também do Grémio “Ké-Aflikana” dos Africanos.

A consolidação do fascismo em Portugal (1933-1974) teve um enorme impacto na organização de africanos e afrodescendentes. Durante a ditadura fascista em Portugal, a informação sobre a população negra em Portugal é escassa, mas a criação da *Casa dos Estudantes do Império* e os seus associados foram e continuam a ser um ótimo ponto de referência para descortinar esse período.

O fraco investimento na educação nas então colónias portuguesas, obrigava os estudantes das elites africanas a migrarem para Portugal para continuar os estudos. Em Lisboa no ano de 1944, é fundada a *Casa dos Estudantes do Império* (CEI) em Assembleia Geral das Casas de Angola, Moçambique e Cabo Verde, com aval do então Ministro das Colónias Francisco José Vieira Machado e do comissário nacional da Mocidade Portuguesa, Marcello Caetano; que veio a tornar-se Presidente de Honra da CEI. A idealização da fusão das diversas casas de estudantes africanos pretendia facilitar o controlo dos associados, por parte do Estado, e perpetuar a ideia da “unidade portuguesa” (Castelo, 2010; Mata, 2015).

Apesar de ter como objetivo inicial fortalecer e enaltecer a ideologia ultramarina e o sentimento da “Portugalidade” do “Minho a Timor”, o resultado foi contrário ao planeado. A partir dos anos 50, a CEI torna-se um espaço de contestação e combate anticolonial e antissalazarista, tendo sido uma importante ferramenta para a consolidação da consciência anticolonialista e anti-imperialista em Lisboa. Neste espaço onde se desenvolveram-se os principais movimentos/partidos pela libertação das antigas colónias portuguesas: *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC); *União das Populações de Angola* (UPA); *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA); *Frente de Libertação de Moçambique* (FRELIMO) (Castelo,

2010; Mata, 2015). Depois de 21 anos de contestação à ideologia e à ocupação colonialista, a sede da Casa dos Estudantes do Império, a 6 de setembro de 1965, é invadida e encerrada pela PIDE e todo o seu material apreendido.

A ditadura salazarista e a luta contra a ocupação e racismo colonial atrasaram a discussão sobre a racialização das mulheres negras em Portugal. Antes da Revolução Portuguesa de 1974, a maioria da população negra em Lisboa era masculina, dos quais alguns eram membros da CEI que apesar de ser um dos espaços mais contestatários do imperialismo português demonstrava uma falha na participação de mulheres no projeto, embora algumas participassem, como Orlanda Amarílis, Alda Lara, Orlanda Mendes, Inácia de Oliveira, Vitória de Sousa, entre outras (Mata, 2015). A autora reitera a ausência de autoras nas publicações da CEI, explicando que para além da percentagem de mulheres no ensino ser inferior, resultado de crenças machistas, é também consequência da escassa visibilidade da mulher na “estrutura gerencial da CEI onde nunca uma mulher ocupou a presidência, seja em Lisboa, seja nas delegações de Coimbra ou do Porto” (Mata, 2015, p. 33).

Por contrário, o *Centro de Estudos Africanos* (CEA), fundado em Lisboa em 1951; era um espaço frequentado por nativistas santomenses com o intuito de discutir e construir uma retórica de resistência ao colonialismo português, onde existia um grande envolvimento e predominância de mulheres. Alda Espírito Santo (1926-2010) esteve envolvida na sua criação e Noémia de Sousa (1926-2002) era secretária. A autora declara também a clara necessidade da realização de investigações que debatam a participação das mulheres na CEI e nas lutas de libertação.

1.2.3. O Movimento Associativo Imigrante em Portugal

Na primeira metade da década de 90, estimavam-se entre 25 a 40 mil imigrantes irregulares em Portugal. Resultado da luta e reivindicações de trabalhadores imigrantes, em 1992-93 dá-se a primeira Regularização Extraordinária de imigrantes (Decreto-Lei n.º 212/92)⁶, em que foram apresentados 47.166 pedidos de regularização, mas que

⁶Decreto-Lei n.º 212/92 disponível para consulta em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/212/1992/10/12/p/dre/pt/html>

apenas foram concedidas 39.166 autorizações de residência, sendo que 72,4% foi atribuída a nacionais dos PALOP. Este processo foi monitorizado através do *Secretariado Coordenador de Associações pela Legalização* (SCAL) em que para além de associações imigrantes tinha também a participação das Centrais Sindicais: *Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional* (CGTP-IN) e da *União Geral de Trabalhadores* (UGT) (Malheiros & Baganha, 2001).

No entanto, cerca de 30 a 40 mil imigrantes permaneceram em situação irregular (Carvalho J. , 2009). Um dos dirigentes de uma organização antirracista explica que os 30 mil imigrantes que não foram incluídos no processo de regularização «foram uma bolsa de resistência política», porque pressionaram o poder parlamentar ao criarem a *Comissão para a Regularização Extraordinária dos Imigrantes*. A Comissão era dirigida, exclusivamente, por imigrantes e as suas associações e conseguiu a criação de uma cláusula na lei da imigração (Artigo 88) que permitia a regularização de todos os imigrantes que tinham sido inicialmente excluídos.

Neste contexto, surgem várias associações de imigrantes e mantem-se a pressão política dos imigrantes. O processo de Regularização Extraordinária de 1996-97 (Lei n.º 17/96)⁷ tinha como principal objetivo regularizar todos os imigrantes que não o tinham conseguido em 1992, dando-se prioridade aos imigrantes dos PALOP. Durante cerca de seis meses foram submetidos cerca de 35 mil pedidos, dos quais 95% viram a sua situação legal regularizada pela Administração Interna (Carvalho J. , 2009).

As associações de imigrantes em Portugal desempenharam um papel decisivo neste processo, como espaços de organização e mobilização de trabalhadores imigrantes na luta pelos seus interesses; tendo como principais áreas de intervenção a educação não formal, formação profissional, promoção de atividades culturais, difusão de informações relativas às Leis da Imigração e da Nacionalidade, como ao direito de habitação. Uma das dirigentes entrevistadas explica que o movimento associativo imigrante iniciou-se para colmatar as «necessidades básicas» do quotidiano e que as atuais conquistas foram vitórias da organização dos imigrantes em Portugal:

«Nós não tínhamos água canalizada. Nós não tínhamos saneamento. Eu ainda

⁷ Lei 17/96, disponível para consulta em: <https://data.dre.pt/eli/lei/17/1996/05/24/p/dre/pt/html>

fui buscar água àquelas fontes. As bicas que nós tínhamos lá nos sítios. Então, não é uma história de carochinha; é uma história que é uma realidade. Eu lembro do asfalto e de limpar o sapato todo o dia que eu saia do bairro; era pó no verão e lama no inverno. Quer dizer, isto fazia parte do nosso dia-a-dia; então, isto faz parte de uma luta.»

Segundo Rosana Albuquerque (2010), a 1ª fase do movimento associativo imigrante, nos finais da década de 80, baseava-se em associações informais na Área Metropolitana de Lisboa (AML) que disponibilizavam apoio na instalação dos recém-chegados e em situações de emergência (como habitação ou regularização), visto que não existiam políticas públicas que tivessem estes problemas em conta. Ana Horta (2010) considera que esta fase inicial do movimento teve uma fraca mobilização dos imigrantes, consequência dos recentes fluxos migratórios e fragilidade das associações – resultado da situação irregular e precária de muitos trabalhadores imigrantes – e do não reconhecimento por parte do Estado português das associações.

Na 2ª fase do movimento, na década de 90, deu-se um aumento exponencial da imigração e por sua vez das associações de imigrantes. Essas alterações são também acompanhadas com modificações nas políticas nacionais e europeias relativamente à imigração (reconhecimento formal das associações com o Regime Jurídico das Associações de Imigrantes – Decreto-Lei nº 115/99⁸ –, Acordo Espaço Schengen e Tratado Maastricht), é também dado um salto qualitativo na intervenção política e reivindicativa das associações – pelo direito à legalização e à cidadania portuguesas dos seus descendentes já nascidos em Portugal, como também o direito a habitação condigna.

A 3ª fase, em 1995, caracteriza-se pela criação do *Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas* (ACIME) – Decreto-Lei nº 3-A/96⁹ – a partir deste momento as associações passam a ter um interlocutor direto do Estado a quem apresentar as suas

⁸Decreto-Lei nº 115/99, disponível para consulta em: <https://data.dre.pt/eli/lei/115/1999/08/03/p/dre/pt/html>

⁹Decreto-Lei 3-A/96, disponível para consulta em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/3-a/1996/01/26/p/dre/pt/html>

reivindicações, no entanto, é importante sublinhar que tratando-se de um organismo do Estado os interesses predominantes são os do Estado e não necessariamente dos imigrantes e das suas reivindicações.

Um facto importante a destacar da luta associativo imigrante em Portugal é o papel de liderança desempenhado pelas mulheres negras, sendo possível mencionar nomes como Iolanda Viega (Associação de Mulheres Cabo-verdianas na Diáspora), Carla Marie Jean (Centro Cultural Africano), Alcestina Tolentina (Associação Cabo-verdiana de Lisboa), Olga Santos, Iolanda Fortes (Roldão, 2019). Um dos dirigentes de organizações antirracistas entrevistado reforça três ativistas centrais no movimento associativo imigrante em Portugal:

«Vou te dar três nomes que foram centrais: Alcestina Tolentina, ela foi presidente da Associação de Cabo-Verdianos; Amina Lawal foi presidente da Associação da Mulher Moçambicana; Iolanda Fortes, fundadora da Associação Sanitária. Eram tipas de outro mundo, mesmo. E entre essas três a única que era mesmo uma gaja formada, porque era médica, era a Iolanda Fortes, as outras todas eram, pronto, mulheres operárias, mulheres comuns e fizeram coisas extraordinárias.»

1.2.4. O Movimento Antirracista e Negro (2016 – 2020)

Constatamos então, que a presença de africanos e negros em Portugal é caracterizada por constantes mutações nos formatos de resistência, desde a edificação de bairros, como o Bairro do Mocambo, a criação de Confrarias e Irmandades, os primeiros e importantes passos do movimento negro da “Geração de 1911-1933”, a politização da CEI e o seu impacto para o início das Lutas de Libertação dos territórios ocupados pelo império português, a luta pelo acesso a direitos plenos dos trabalhadores imigrantes. Todos estes momentos de resistência ao colonialismo português impactaram a organização e consolidação do movimento negro e antirracista atual. Surgiram várias associações e realizaram-se várias ações de rua, principalmente em contestação à violência policial racista.

Podemos referenciar diversos momentos, entre eles, a organização e resistência

dos moradores dos bairros 6 de Maio e Santa Filomena, na Amadora, que não sendo abrangidos pelo Programa de Realojamento Especial (PER) se recusaram a abandonar as suas casas, contrariando as diretrizes da Câmara Municipal da Amadora. Em conjunto com o Colectivo Habita e outros ativistas, os moradores organizaram várias ações de protestos, impediram demolições e desalojamentos de moradores e apresentaram uma queixa contra a Câmara Municipal da Amadora à Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2016, foi escrita e publicada uma “Carta Aberta de Organizações Afrodescendentes Portuguesas ao CERD¹⁰” em contestação à recusa do Estado Português em reconhecer as desigualdades sociais económicas que assolam a vida dos africanos e afrodescendentes em Portugal. No artigo “Negro Drama” (2019), os autores demonstram as desigualdades étnico-raciais em Portugal e as diferentes formas como se operacionalizam. Desde as taxas de desemprego mais elevadas na comunidade cabo-verdiana relativamente à população de nacionalidade portuguesa, 28% *versus* 13% respetivamente às maiores taxas de encarceramento para os cidadãos PALOP comparativamente aos cidadãos portugueses, 14,2 em mil *versus* 1,2. Para além disso, a segregação racial no ensino português também se evidencia através das maiores taxas de reprovação de alunos com nacionalidades dos PALOP e o massivo encaminhamento de alunos dos PALOP para vias profissionalizantes, entre 2013 e 2014 cerca de 80% dos alunos dos PALOP encontravam-se em cursos profissionais. Claro que este encaminhamento e as tão elevadas taxas de reprovação diminuem as possibilidades de acesso ao ensino superior, sendo que apenas 16% dos afrodescendentes se encontram no ensino superior, comparativamente com 34% dos alunos portugueses. É importante salientar, que a falta de recolha de dados étnico-raciais apenas permite uma aproximação por via da nacionalidade, fazendo com que se percam vários afrodescendentes nas estatísticas, uma vez que vários têm a nacionalidade portuguesa.

Desde Janeiro de 2019 foram denunciados quatro casos de violência racista em Portugal: agressão policial a uma família negra no Bairro da Jamaica, Seixal (Janeiro de 2019); assassinato de Luís Giovani, um jovem estudante cabo-verdiano em Bragança (Janeiro de 2020); agressão policial a Cláudia Simões (Janeiro 2020); assassinato de Ihor

¹⁰ *Committee on The Elimination of Racial Discrimination* da ONU.

Homenyuk, imigrante ucraniano, por inspetores do Serviço Estrangeiros e Fronteiras (Março de 2020) e mais recentemente o assassinato em praça pública de Bruno Candé por um antigo polícia da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Evaristo Marinho (Julho de 2020).

Todos os casos, com exceção do assassinato de Ihor Homenyuk consequência do Estado de Emergência, levaram a mobilizações de rua. A manifestação espontânea de jovens negros da periferia de Lisboa no dia 21 de janeiro de 2019 foi um ponto de inflação na luta antirracista em Portugal. Apesar de não ser um ato inédito, a manifestação em 1995¹¹ após o assassinato de Alcindo Monteiro por um grupo de Skinheads no Bairro Alto é prova disso, cerca de 200 jovens negros das zonas periféricas de Lisboa organizaram-se através das redes sociais e protestaram contra a violência policial racista¹² subindo a Avenida da Liberdade. Tal como as dirigentes de organizações feministas entrevistadas afirmam, muitos destes jovens nasceram em Portugal, e ao contrário dos seus pais que eram imigrantes e sentiam constantes pressões de possíveis repatriamentos, compreendem que devem ter acesso aos mesmos direitos básicos como todos os outros cidadãos e que a luta pela conquista dos seus direitos pode também ser feita através de manifestações de rua.

O atual ascenso da luta antirracista e consolidação do movimento negro e da organização da juventude negra é fruto direto de toda esta memória histórica. Em todos estes atos de luta e resistência, e apesar da sua condição de tripla opressão, as mulheres negras desempenharam papéis de vanguarda na conquista pelos direitos dos negros e negras em Portugal.

¹¹ «Manifestação contra o Racismo»: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/manifestacao-contra-o-racismo/>

¹² O estudo “Direito, estado e sociedade: uma análise da legislação de combate ao racismo em Portugal” realizado pelo projeto de investigação *COMBAT*, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra confirma que entre 2006 e 2016, foram instaurados 48 processos por denúncia de violência racista por parte das forças de segurança – PSP, GNR, SEF, PJ, Segurança Privada –, desses casos 75% foram arquivados, 15% deles por prescrição.

CAPÍTULO 2. ABORDAGENS TEÓRICAS DO FEMINISMO NEGRO

2.1. “Mulher Negra: o “Outro” do “Outro”¹³

Djamila Ribeiro (2017) explica que, Simone Beauvoir defende que a mulher é definida em relação e através do olhar do homem. Segundo a autora, esta relação hierarquizada contribui diretamente para a contínua submissão das mulheres, o que faz com que a mulher seja constituída como o “Outro”, como um objeto que deve cumprir uma determinada função e sem possibilidade de se libertar desse olhar masculino sobre si.

É apenas na sociedade patriarcal, com propriedade privada e casamento monogâmico que as capacidades de reprodução da mulher são usadas como ferramenta para justificar a sua subordinação aos homens. A alteração do estatuto das mulheres na sociedade é consequência direta das instituições e leis da sociedade de classes e patriarcal. A sociedade de classes é marcada pela desigualdade entre géneros, e esteve presente nos seus três estágios: escravagismo, feudalismo e capitalismo. A sociedade de classes é aptamente caracterizada pela dominação masculina. Esta dominação foi perpetuada e expandida pela propriedade privada, o Estado, a Igreja e a família monogâmica (Engels, 1884; Reed, 1969). Por género, queremos invocar as diferenças sociais que existem entre homens e mulheres.

Constatando a situação e posição social das mulheres negras Ribeiro (2017) cita Grada Kilomba que considera que a mulher negra é “o *Outro do Outro*”. As mulheres negras raramente são reconhecidas como pertencentes ao grupo das mulheres e ao grupo dos negros, fazem parte de um grupo totalmente isolado e que vê a sua identidade constantemente rasurada. O sinónimo de mulheres são as mulheres brancas, e o sinónimo de negros são os homens negros, invisibilizando dessa forma a existência das mulheres negras (Davis, 1983; hooks, 2018; Ribeiro, 2017; Kilomba, 2019).

Apesar do racismo ditar a posição social e económica dos negros nos EUA, a sua junção com o machismo/patriarcado ditavam o destino mais brutal e duro para as

¹³ (Ribeiro, 2017, p. 33)

mulheres negras escravizadas. No desempenho de funções não existia uma diferença assinalável entre homens e mulheres, uma vez que desempenhavam tendencialmente as mesmas funções que os homens. Podemos imaginar que em Portugal e nas colónias a questão não fosse tão diferente.

O estatuto social que é atribuído às mulheres negras entra em choque com o imaginário burguês da mulher maternal, frágil, indefesa, doméstica e economicamente dependente. A maioria das mulheres negras escravizadas trabalhavam fora do lar, maioritariamente no campo, lado a lado com os homens e desempenhavam funções que requeriam grande esforço físico (Davis, 1983; hooks, 2018; Nascimento, 1976; Ribeiro, 2017; Kilomba, 2019). bell hooks (2018) explica que para os escravocratas e eventuais patrões a única forma de justificar este feito das mulheres negras seria, e continua a ser, classificá-las enquanto “criaturas sub-humanas masculinizadas” (hooks, 2018, p. 120).

Para além de serem altamente exploradas no trabalho, uma ferramenta importante para a perpetuação e manutenção da opressão e exploração das mulheres negras durante a escravatura – e até aos dias de hoje mas aplicado através de outros mecanismos – foi a violência aplicada aos seus corpos, fosse através da recusa de direitos reprodutivos – como a esterilização massiva ou através da recusa do direito ao aborto – como também, através da violência sexual (Davis A. , 1983).

Com o fim do tráfico de pessoas escravizadas, os escravocratas nos EUA tiveram de passar a contar com a reprodução “natural” dos escravos. Este fator de rentabilidade económica recaiu sobre o corpo da mulher negra. A reprodução não lhes permitia um estatuto mais seguro – o ideal da maternidade não era extensível à mulher negra – fossem concebidas como máquinas de reprodução de mão-de-obra escravizada (Davis, 1983; hooks, 2018). Em Portugal, os relatos relativamente ao Paço Ducal de Vila Viçosa confirmam a existência de autênticos armazéns de reprodução de mão-de-obra escrava.

A sistemática violação de mulheres negras estabeleceu-se enquanto ferramenta institucionalizada de controlo, repressão e manutenção do sistema escravocrata. Sendo as mulheres negras representadas como prostitutas, devassas, imorais, sem controlo sobre os seus desejos sexuais, as violações perpetuadas contra elas não eram entendidas como abuso, mas sim justificadas através dos desejos sexuais incontroláveis

dos homens que eram alimentados pela devassidão das mulheres negras, o que fazia delas cúmplices e não vítimas (Davis, 1983; hooks, 2018).

Esta violência não ocorreu apenas durante a escravatura. A objetificação, hipersexualização e mercantilização do corpo da mulher negra prolongou-se até aos dias de hoje, sendo que os media e a literatura têm um peso importante para a perpetuação dessa narrativa (Davis, 1983; hooks, 2018). O facto de aparentemente não resistirem aos avanços sexuais dos seus donos, e mais tarde patrões, é sempre entendida como mais uma confirmação da depravação sexual das mulheres negras, sem contextualizar que a contestação a esses avanços colocaria em risco o seu trabalho, e por sua vez, o seu sustento e da sua família, tendo muitas das vezes que escolher entre ser o abuso sexual ou à miséria (Davis, 1983; Gonzalez, 1983; hooks, 2018; Nascimento, 1976).

Os direitos reprodutivos historicamente foram vedados às mulheres negras, mesmo no que diz respeito ao aborto. Apesar das altas taxas de abortos clandestinos, o movimento da luta pelo direito ao aborto dos anos 70 nos EUA, não incluía a participação das mulheres negras, pobres e imigrantes (Davis, 1983; Ribeiro, 2017; hooks, 2018). As mulheres negras, pobres e imigrantes não consideravam o aborto uma liberdade, apenas recorriam por necessidade. Ou seja, as suas condições materiais impossibilitavam-nas de dar condições de vida dignas aos seus filhos, fazendo com que o aborto fosse a única forma viável. Aquele que inicialmente era um movimento pelos direitos reprodutivos das mulheres, eventualmente acabou por ser apropriado por ideologias pequeno-burguesas e racistas, levando a que o direito do aborto passasse a ser visto como um dever moral das mulheres pobres, negras e imigrantes de manter as taxas de natalidade baixas (Davis, 1981; hooks, 2018).

A esterilização massiva de mulheres negras, principalmente mulheres pobres, e muitas das vezes sem o consentimento das próprias, foi um processo que continua a ser levado a cabo por vários países. Djamilia Ribeiro (2017) explica que na década de 80 no Brasil, verificaram-se altas taxas de esterilização forçada de mulheres negras. Em Portugal, o caso de Liliana Melo – mulher negra, pobre e imigrante – é uma amostra da tentativa de controlo, por parte do Estado português, do corpo das mulheres negras. Por ser mãe de sete crianças, e por não ter uma situação financeira estável, foi-lhe imposto a laqueação das trompas, em contrapartida, para que não lhe fossem retirados

os filhos, exigência à qual Liliana sempre recusou acatar. Invocando maus-tratos e instabilidade financeira, em 2012, foram-lhe retiradas as sete crianças, integradas numa instituição de apoio a menores do Estado e mais tarde seis delas foram colocadas em adoção. Depois de um processo demorado – e com queixas ao Tribunal Europeu de Direitos do Homem e consequente condenação do Estado português – em 2016 Liliana voltou a ter os filhos de volta ao seu lar.

Um quarto de século após o fim da escravatura, a grande maioria das mulheres negras permaneceram nos campos e as que conseguiam trabalhar fora dos campos estavam destinadas a trabalhar como domésticas, sendo que em algumas cidades existiam praças, específicas para isso, onde os patrões podiam requisitar os seus serviços à jorna. Apenas uma percentagem ínfima destas mulheres é que conseguia trabalhar noutras áreas que não as expectáveis. Das poucas que conseguiam empregos na indústria, como “lavandarias comerciais, na indústria alimentar e em divisões menos qualificadas da indústria têxtil, como o sector de quebra-luzes, que dependia em grande medida da mão-de-obra de negras” (hooks, 2018, p. 213), os seus salários e condições de trabalho eram sempre os mais precários e inseguros. Apenas com o início da II Guerra Mundial e com a escassez de mão-de-obra para cobrir as demandas de produção, é que o sector da indústria se abriu em maior escala para a presença das trabalhadoras negras, chegando a duplicar a percentagem de trabalhadoras negras no sector (Davis, 1981; hooks, 2018).

Gonzalez (1983) afirma que no Brasil as mulheres negras apenas desempenham funções em áreas onde não tenham de manter contacto com o público, atividades que impliquem a sua “invisibilidade”. Seguindo o seu raciocínio, Carneiro (2013) explica que o requisito da “boa aparência” – o qual as mulheres negras estão privadas de poder cumprir – afeta não só a estética e autoestima das mesmas como prejudica o acesso ao mercado de trabalho. Sendo relegadas para os sectores nos quais não têm contacto direto com o público (Nascimento, 1976). O contexto norte-americano, apesar da especificidade, pode servir de exemplo para caracterizar a posição social e económica que é atribuída às mulheres negras a nível internacional: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta.” (Gonzalez, 1983, p. 226).

hooks (2018) critica as feministas brancas quando, ao discutirem a opressão e exploração das mulheres negras, afirmam que apesar das adversidades as mesmas mantêm-se fortes. A autora explica que para além de romantizarem o sofrimento das mulheres negras, desumanizam-nas, como também, confundem resistência com transformação. São vários os casos de resistência das mulheres negras durante a escravatura – organização de fugas dos campos, homicídio dos escravocratas, suicídio, alfabetização clandestina das próprias e de outras pessoas escravizadas, como indução de abortos para evitar que os filhos nascessem e vivessem na escravatura – como nos tempos contemporâneos (Davis A. , 1983). A ideia da mulher negra enquanto forte, apesar das adversidades, é reforçada através da narrativa da matriarca negra – ideia de que a mulher negra é a que toma as decisões no lar do que decorreria por sua vez numa pretensa emasculação do homem negro.

2.2. O Movimento Feminista Negro

Tal como Djamila Ribeiro (2017) explica, o feminismo negro tem vindo a ser discutido desde os primórdios do movimento feminista. Sojourner Truth (1797 – 1883), ao participar e discursar na *I Convenção pelos Direitos das Mulheres* em 1851 em Akron, Ohio, marca a primeira onda da construção do pensamento e luta do feminismo negro. O seu aclamado discurso “Ain’t I a Woman?” refuta a narrativa da fragilidade da mulher:

«That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. **Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain't I a woman?** Look at me! Look at my arm! I have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain't I a woman? **I could work as much and eat as much as a man - when I could get it - and bear the lash as well! And ain't I a woman?** I have borne thirteen children, and seen most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother's grief, none but Jesus heard me! And ain't I a woman?»¹⁴ (Truth S. , 2019)

¹⁴ Para ler mais sobre a controvérsia relativamente à veracidade do discurso de Sojourner Truth, consultar: <https://www.thesojournertruthproject.com/>

Para além de refutar a ideia da fragilidade da mulher e a sua incompatibilidade com o sufrágio universal, o seu discurso coloca também em cheque as contradições do movimento feminista – onde os interesses de classe das feministas brancas pequeno-burguesas/burguesas e o seu racismo eram latentes¹⁵ – criticando também o imaginário de mulher e mãe, proliferado no movimento, imaginário este que não representava as mulheres negras (Davis, 1981; Crenshaw, 1989; hooks, 1989; Ribeiro, 2017).

Outras mulheres negras como Anna Julia Cooper, Ida B. Wells, Mary Church Terrell e Frances Ellen Watkins Harper, marcaram igualmente as bases fundacionais do feminismo negro nos EUA. São várias as mulheres negras que apesar de não terem desenvolvido trabalho no movimento feminista impactaram-no, tendo desenvolvido trabalho na *The Underground Railroad*, entre elas, Harriet Tubman, Janes Lewis, Frances E.W. Harper, Charlotte Forten, Sarah Remond (Davis, 1981; King, 1988).

São várias as autoras a afirmar que os movimentos antirracistas, tanto o Movimento Abolicionista no século XIX como o movimento do *Civil Rights Movement* no século XX, foram catalisadores para o movimento das libertação das mulheres: primeiro o movimento das Sufragistas e mais tarde a II Onda do Feminismo nos anos 60 e 70. Muitas feministas tiraram conclusões de como funcionam a opressão e exploração de género e quais as táticas para lutar contra ela ao participarem na luta antirracista (King, 1988; Ribeiro, 2017).

Na viragem para o século XX, militantes como Esther Cooper Jackson (Jackson, 2019) e Claudia Jones (Jones, 2017) desenvolvem trabalho em que evidenciam a tripla opressão da mulher negra nos EUA. Apesar de não atribuírem uma designação à opressão específica das mulheres negras, ambas consideram necessário que os movimentos de esquerda, e principalmente os sindicatos, elaborarem um programa que vá de encontro às necessidades específicas das mulheres negras.

A fundação da *National Black Feminist Organization (NBFO)* em 1973, foi consequência direta da falta de debate da opressão específica das mulheres negras, tanto no Movimento de Libertação das Mulheres – onde as contradições de classe e raça

¹⁵ hooks (1989) afirma que mesmo quando as feministas brancas chamavam a atenção para a tripla opressão das mulheres negras, romantizam-na e nunca focavam-se numa discussão profunda dos efeitos que essa opressão tem sobre o quotidiano das mulheres negras.

impossibilitavam a participação das mulheres negras e pobres –, como no Movimento Antirracista (*Civil Rights Movement*, *Black Nationalism* e o *The Black Panther Party*) – onde as ideias sexistas e de inferioridade da mulher não eram combatidas como em outros movimentos de esquerda mais abrangentes (Collective, 1983 ; King, 1988; hooks, 2018).

A formação do *Black Feminism* está lado a lado com o crescimento de movimentos de libertação dos oprimidos e explorados, mas considerando-o o movimento político mais apropriado para combater as simultâneas opressões enfrentadas pelas mulheres negras (Collective, 1983). O *The Combahee River Collective* no seu manifesto de 1977, critica a incapacidade dos vários movimentos sociais em desenvolver trabalho político que tivesse em conta a opressão e exploração específica das mulheres negras. Considerando que as mulheres negras são o único grupo social preocupado em construir um programa que aniquile a sua opressão, o desenvolvimento do seu trabalho político está enraizado nas *identity politics*, ou seja, a construção do seu programa está intrinsecamente ligado com a sua identidade (Collective, 1983).

São várias as autoras feministas negras que contribuíram para a construção do pensamento e da luta pela emancipação das mulheres negras, para além das já mencionadas, entre elas Fannie Lou Hamer, Audre Lorde, Alice Walker, Bonnie Thornton Dill, Barbara Smith, Pauli Murray, Pauline Terrelonge Stone e Pat Parker (King, 1988).

hooks (2018) refere que a história do movimento negro e as propostas dos seus líderes — quase todos homens negros — nos EUA, mostra esse enviesamento. Embora de formas distintas, Frederick Douglas, Marcus Garvey, Booker T. Washington, Elijah Muhammed, Malcolm X, Martin Luther King, Stokely Carmichael, Amiri Baraka, mobilizam o argumento de que o homem branco retirou ao homem negro a possibilidade deste “provir” e “proteger” a sua família, controlar a sua mulher, de desempenhar o “papel masculino” e ocupar lugares de prestígio social emasculando-o nesse processo. Para a autora, estes argumentos não desconstroem o patriarcado e o capitalismo, reproduzem-nos. Para além de reproduzirem o imaginário desumanizante do homem negro “viril”, “forte” e primitivo.

Criticando o movimento antirracista — por se focar unicamente na emancipação do homem negro, onde as atitudes machistas, os discursos da superioridade masculina

eram recorrentes e por serem atribuídos papéis secundários às mulheres negras —, Mary Ann Weathers (Weathers, 1969) vai ao encontro com a crítica de bell hooks, afirmando que sem o apoio dos homens negros à emancipação das mulheres negras, o movimento antirracista estagnaria impossibilitando a consolidação de um processo revolucionário.

O machismo no movimento antirracista é uma realidade que as dirigentes de organizações antirracistas e feministas confirmam também acontecer no contexto português: consideram que há machismo no movimento antirracista em Portugal, apesar de alguns ativistas negros reconhecerem que têm atitudes machistas e explica que há a necessidade de discutir as questões específicas das mulheres negras no movimento antirracista para que sejam feitas mudanças estruturais. Explicam que na maior parte das organizações, tanto no movimento associativo imigrante como no movimento antirracista, as mulheres negras eram a vanguarda, mas estas não veem o seu papel reconhecido. Afirmam também que o movimento antirracista / negro ainda tem passos importantes para dar que terão importância na consolidação do feminismo negro. À crítica que o feminismo negro fratura a luta antirracista, uma das dirigentes entrevistadas responde evocando bell hooks:

«Os homens falam muito nisso, não é?! Vou dizer, homens negros adoram falar sobre isto, não é?! Que separa o movimento negro. adoram, adoram fazer isto tipo de comentários! Mas isso é o típico... Mas há um capítulo sobre o feminismo negro na bell hooks que é muito interessante em que ela critica o Malcolm, Martin Luther King, esse capítulo é fantástico. E eu acho que é um reflexo disto, e quando tu olhas esse reflexo, pronto. Tudo aquilo que sair dali com crítica, tu relembras esse capítulo e pronto, segues a tua vida em frente.»

Sueli Carneiro (2003), fundadora e atual diretora do ***Geledés: Instituto da Mulher Negra*** no Brasil, afirma que o Brasil sempre foi um ponto de referência dos movimentos sociais, principalmente do movimento feminista a nível internacional. No seguimento das críticas apresentadas pelas feministas negras nos EUA, a ativista explica que o movimento feminista no Brasil teve diversos avanços ao longo dos anos, principalmente depois da década de 80, mas que se mantinha um silêncio na discussão sobre a opressão

específica das mulheres negras. A expressão “enegrecendo o feminismo”, demonstra a evolução do envolvimento das mulheres negras no movimento feminista:

«**Enegrecendo o feminismo** é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil.» (Carneiro, 2003, p. 118)

Djamila Ribeiro (2017), contrariando as ideias que afirmam que o feminismo negro tende a criar divisões no movimento, seja no feminista, no antirracista ou até operário, explica que o mesmo não pretende hierarquizar opressões, apenas tem como objetivo a construção de uma nova sociedade.

Duas das dirigentes entrevistadas relatam as dificuldades, enquanto feministas e negras, em colaborar com feministas brancas em Portugal. Ambas explicam que as reivindicações do movimento feminista branco em Portugal não incluem pautas antirracistas e que, principalmente, não abordam a opressão específica das mulheres negras:

«Eu não consigo sentar-me à mesa e falar com feministas de determinada organização, quando nunca fizeram a luta do serviço doméstico. (...) Porque não vou falar de serviço doméstico, de quem faz a divisão de tarefas...Isto é ridículo. Eu não quero falar sobre isto! Como é que eu vou falar sobre isto, quando há tantas famílias monoparentais? A minha família era monoparental! Divisão de tarefas com quem?! Estamos a ver a realidade de mulheres, quantos imigrantes têm pai a fazer o reagrupamento familiar? Não é fácil! Quantos e quantas

viveram apenas com o pai dentro de casa e só depois é que veio a mulher? (...)
Esta é a realidade do movimento negro. Era a minha realidade. Só as famílias estruturadas que tenham pai e mãe e filhos lá dentro é que são bons?! Tudo o resto é mau?! E é assim que todas as assistentes sociais falam, é assim que todos falam. Epá, não dá! A minha demanda não pode ser só a luta pela divisão de tarefas.»

Para a dirigente, o movimento feminista deveria ter como uma das principais reivindicações direitos laborais para as trabalhadoras domésticas, demanda esta que incluiria uma grande percentagem de mulheres negras. Outra dirigente entrevistada explica que apesar das feministas brancas se intitularem muitas vezes de interseccionais, as mulheres negras têm grande dificuldade em participar nesses espaços por serem espaços de grande violência, onde não há empatia pela questão da mulher negra, mas sim uma tentativa de «(...)racismo *explaining*. Eu sou negra, eu sei o que sofro todos os dias». Considera que há uma falta de convergência entre os movimentos, que o feminismo branco mainstream tem de fazer trabalho antirracista, começando por ler literatura de feministas negras.

Em “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (1984), Lélia Gonzalez expõe, no seu discurso coloquial, dois dos grandes problemas que assolam o Brasil — o racismo e o sexismo — e a forma como impactam particularmente o quotidiano e experiências das mulheres negras no país: «Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.» A autora explica que o mito da democracia racial é expresso, em toda a sua força, nos festejos do carnaval:

«O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação.

Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la.» (Gonzalez, 1983, p. 228)

Os festejos do Carnaval são o epítome da objetificação e sexualização do corpo das mulheres negras — momento em que a mulher negra se torna visível e explicitamente desejável — e uma demonstração clara da violência a que estão sujeitas nos bastidores do quotidiano.

Apesar de Portugal não ter o mesmo arquivo histórico, comparativamente aos EUA e ao Brasil, nos últimos anos a construção e consolidação do movimento negro e por conseguinte do feminismo negro, em Portugal, as mulheres negras têm vindo a ganhar uma crescente visibilidade e relevância. Tendo como bases de construção o movimento associativo imigrante que começou a consolidar-se a partir da década de 90, e que apesar de não se proclamar um movimento feminista ou antirracista explicitamente, levantou as reivindicações das mulheres e homens negros que vivem e trabalham em Portugal.

A emergência de vários coletivos feministas negros ou liderados por mulheres negras também são um reflexo da necessidade de expor as condições de vida das mulheres negras em Portugal, muitas das quais já nasceram no país alterando-se o sentimento de necessidade de silenciamento da exploração e opressão por estarem num país que não é o seu. Podemos mencionar coletivos como: o grupo de mulheres da Plataforma Gueto, a FEMAFRO (Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes em Portugal), INMUNE (Instituto da Mulher Negra em Portugal), Roda das Pretas, Afrolis (Associação Cultural), DJASS: Associação de Afrodescendentes ou o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa (GTOLX).

Um dos dirigentes de organizações antirracistas considera que, apesar das dificuldades futuras, o movimento feminista negro tem vindo a evoluir e a consolidar-se:

«(...) só o facto de ter havido duas organizações, mesmo independente do seu posicionamento ideológico, o nascimento da FEMAFRO, o nascimento da

INMUNE, o movimento das domésticas e o teatro feito pelas mulheres com o Chullage nos bairros... o facto de nós termos no espaço público seja académico seja mediático figuras negras femininas e até com alguma projeção significa que este processo está a evoluir, está a caminhar.»

A fundação da FEMAFRO em Portugal em 2016 e do INMUNE em 2018 são exemplo disso. Ambas as organizações focam-se e desenvolvem trabalho sobre a situação das mulheres negras em Portugal, através da realização de encontros/atividades políticas e académicas, sessões de formação em escolas e encontros de cariz cultural.

A uma das organizações feminista negra tem como objetivos a “defesa e promoção de direitos das mulheres negras, africanas e afrodescendentes em Portugal, buscando a eliminação de todas as formas de discriminação étnico-racial e de género, com base nos princípios éticos da igualdade, justiça social e laboral, promoção da qualidade de vida e respeito dos direitos humanos.” Segundo a dirigente entrevistada, a invisibilidade das mulheres negras em Portugal e as perceções que a sociedade tem das mesmas, é uma questão necessária de combater. Por esse motivo, a sua organização considera necessária a elaboração de recomendações de políticas públicas e de *lobbying* a vários níveis políticos, para melhorar não só a vida das mulheres negras como de todos os negros em Portugal.

Outra das organizações feminista negra intitula-se como uma entidade feminista interseccional. As desigualdades, necessidades e violências a que mulheres negras estão sujeitas não são as mesmas pelas quais as mulheres brancas passam, sendo que as mulheres negras sofrem racismo, machismo e são as mais exploradas no sistema capitalista:

«Mesmo por causa disso, porque a nossa história não tem nada a ver com a história das mulheres ocidentais. Nós, as mulheres negras, nós somos descendentes de mulheres que são imigrantes, descendentes de mulheres que foram colonizadas e as mulheres colonizadas foram descendentes de mulheres escravizadas. Nós, as mulheres negras, temos em nós toda esta história da

escravatura, da colonização, da imigração e por aí fora, que nos remete para ambientes e espaços de múltiplas violências.»

A dirigente explica também que apesar do género, as desigualdades de classe também permitem que as mulheres brancas possam explorar as mulheres negras, neste caso como patroas das trabalhadoras domésticas ou como gestoras de instituições onde a maioria da mão-de-obra é negra.

Das várias feministas negras aqui mencionadas, a ideia principal de que levantam é a insuficiência de discussão das problemáticas das mulheres negras e daí a necessidade da criação de um movimento que levantasse e discutisse essas questões, com o objetivo de construção de uma sociedade mais igualitária.

2.3. A intersecção de opressões

Apesar de ser Kimberlé Crenshaw quem cunha o conceito de “interseccionalidade”, a temática da “tripla opressão” das mulheres negras – e falta de debate das mesmas no movimento feminista e antirracista – já vinha a ser levantada por outras académicas e feministas negras.

O manifesto do Combahee River Collective de 1977, levanta a negligência da experiência da mulher negra no debate do movimento feminista e a necessidade de interligar as questões de raça, classe, género e sexualidade para derrubar as relações de poder e dominação:

«The most general statement of our politics at the present time would be that we are actively committed to struggling against racial, sexual, heterosexual, and class oppression, **and see as our particular task the development of integrated analysis and practice based upon the fact that the major systems of oppression are interlocking.** The synthesis of these oppressions creates the conditions of our lives. As Black women we see Black feminism as the logical political movement to combat the manifold and simultaneous oppressions that all women of color face.» (Collective, 1983, p. 1)

Kimberlé Crenshaw (1989) concebe o conceito de interseccionalidade para dar conta da discriminação específica das mulheres negras, utilizando a analogia do trânsito e do cruzamento de estradas. Cada estrada representa uma discriminação específica e o cruzamento é o local onde as mulheres negras se encontram. Em caso de acidente, não se percebe a partir de que direção é isto foi provocado.

O conceito dá conta da interação entre gênero, raça, classe e outras categorias diferenciadoras na vida dos indivíduos, como práticas sociais, conjunturas institucionais, a ideologias culturais e os resultados dessas interações com o poder; tendo uma maior preocupação em entender/estudar a marginalização das mulheres pobres e negras no feminismo branco ocidental (Davis K. , 2008).

Crenshaw (1989), partindo da análise de casos judiciais, afirma que tanto as teorias como políticas tendem a olhar unidimensionalmente a discriminação. Neste contexto, a experiência das mulheres negras é eliminada, limitando-se às vivências de sectores dominantes dentro dos grupos oprimidos, seja na questão do gênero (na discriminação de gênero: as mulheres brancas) como na questão racial (na discriminação racial: os homens negros). Os movimentos negros e feministas quando falam da experiência do seu grupo social como um todo, normalmente estão a universalizar a experiência do homem negro e da mulher branca, respetivamente: “Not only are women of color in fact overlooked, but their exclusion is reinforced when white women speak for and as women.” (Crenshaw, 1989).

Na análise de casos judiciais iniciados por mulheres negras que mobilizam a questão da interseccionalidade como denúncia de discriminação, as instituições tendem a desconsiderar as experiências destas mulheres e a impedir a emergência da criação de uma nova categoria de desprivilégio.

Para além do não reconhecimento da especificidade da experiência da mulher negra, esta também não tem centralidade em qualquer um dos dois movimentos. Implicando também um subdesenvolvimento da teoria e da práxis dos movimentos negros e feministas. Por outro lado, quando as mulheres negras falam da sua experiência nunca se considera que possa ser representativo de todo o grupo social, há como que uma desvalorização da “hibridez” que trazem (não correspondem ao ideal tipo da discriminação racial nem da discriminação de gênero), isto sem contar com as

críticas que lhe são dirigidas por supostamente colocar em causa “a unidade do movimento”. Como consequência destas questões, as mulheres negras são colocadas numa situação de isolamento, vendo-se obrigadas a lutar por si mesmas ou tendo de enfrentar o dilema de escolher um dos dois lados.

Alternativamente ao conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, Collins (2000) propõe o conceito de “matriz de dominação” que elucida como é que a intersecção das opressões foi sendo historicamente organizada, como é que se vão alterando ao longo do tempo e como é que as instituições contribuem para a sua perpetuação:

«In contrast, **the matrix of domination** refers to how these intersecting oppressions are actually organized. Regardless of the particular intersections involved, structural, disciplinary, hegemonic, and interpersonal domains of power reappear across quite different forms of oppression.»

«The term matrix of domination describes this overall social organization within which intersecting oppressions originate, develop, and are contained. In the United States, such domination has occurred through schools, housing, employment, government, and other **social institutions that regulate the actual patterns of intersecting oppressions** that Black women encounter. Just as intersecting oppressions take on **historically specific forms that change** in response to human actions—racial segregation persists, but not in the forms that it took in prior historical eras—**so the shape of domination itself changes.**»

As the particular form assumed by intersecting oppressions in one social location, any matrix of domination can be seen as an **historically specific organization of power** in which social groups are embedded and which they aim to influence.» (Collins, “The Social Construction of Black Feminist Thought”, 2000, p. 18 e 228)

Quer Collins (2000), quer Crenshaw (1989), deixam contributos importantes para pensar a interligação entre diferentes relações de poder que atravessam as vidas das mulheres negras, mas fazem-nos sobretudo, para as questões de género e de raça.

Fazem-no de forma distinta: enquanto Crenshaw (1989) se orienta para o reconhecimento e delimitação de uma categoria (a mulher negra) e de eixos de discriminação (intersecção); Collins (2000) dá maior relevo aos processos constitutivos da tradição teórica do feminismo negro e no seu conceito de “matriz de dominação” dá maior relevo quer ao funcionamento das instituições como à dimensão histórica.

A classe social, mas também a orientação sexual, isto é, as relações capitalistas e as relações heteronormativas, tendem a estar pouco desenvolvidas nos contributos destas autoras. As mulheres brancas surgem aparentemente como um grupo homogéneo e tendencialmente de classe média. Por outro lado, as mulheres negras surgem como implicitamente sendo todas da classe trabalhadora, isto é particularmente paradoxal no caso do trabalho de Collins (2000) que debruçando-se sobre a “elite escolarizada” negra não discute a partir daí as contradições de classe entre as próprias mulheres negras. Também as concepções de género tendem a surgir numa lógica binária, não havendo lugar para pensar a posição específica, por exemplo, das mulheres negras trans, e integrar esse contributo na própria perspectiva “interseccional”.

Kathy Davis (2008), considera que a interseccionalidade um é dos contributos mais importantes para os estudos feministas e antropológicos. Apesar de ser associado a maior parte das vezes como pertencente ao Feminismo Negro dos EUA, outros sectores da academia (Teoria Pós-Colonial, Estudos da Diáspora, Estudos Queer, *Black Studies*) consideram uma boa forma de contrariar o pensamento binário da filosofia e ciência do Ocidente, fazendo que com estudos sobre questões das mulheres e outros grupos sociais oprimidos e explorados tenham em conta todas as diferenças.

Concluindo, a interseccionalidade não só expandiu a leitura das experiências das mulheres negras no campo das ciências sociais, como também, influenciou o movimento feminista e o movimento negro. A invisibilização das experiências subalternização e de exploração sexual e laboral das mulheres negras, tanto pelo movimento negro como pelo movimento feminista, pressionou mulheres e ativistas negras a criarem um movimento em que a sua opressão fosse discutida e trabalhada. Apesar do Feminismo Negro estar mais consolidado nos Estados Unidos da América e no Brasil, em Portugal começam a surgir várias organizações lideradas por feministas negras em que as condições laborais e sociais das mulheres negras são o ponto principal.

CAPÍTULO 3. ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA E A INDÚSTRIA DO CUIDADO

3.1. O Envelhecimento da população: um fenómeno mundial

O envelhecimento da população é uma realidade a nível mundial. Entre 1960 e 2019, a percentagem de população mundial com mais de 65 anos aumentou de 150 milhões (4,7%) para cerca de 700 milhões (9,09%) e as projeções preveem um aumento para 16% em 2050, ou seja, 1,5 mil milhões de idosos. Presume-se que as regiões com as maiores percentagens serão no norte do continente africano, no continente asiático e na América Latina e Caraíbas (World Health Organization, 2015; United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020; The World Bank, 2020)

O envelhecimento da população, juntamente com o crescimento populacional, urbanização e migrações internacionais, é uma das tendências que caracteriza a população mundial atualmente (United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020, p. 1). O ritmo do envelhecimento da população tem sido maior no continente asiático, na América Latina e Caraíbas. A percentagem de população com mais de 65 anos de idade duplicou no continente asiático – aumentando de 6% para 11%, entre 1990 e 2019 – e na América Latina, aumentou de 5% para 9% durante o mesmo período. A percentagem de mulheres com idades superior aos 65 anos é de cerca de 384 milhões, enquanto o número de homens idosos é de cerca de 313 milhões (The World Bank, 2020; United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020).

Relativamente aos países da União Europeia, a percentagem de pessoas com mais de 65 anos é de cerca de 20%, com países como a Itália (22,8%), Grécia (22%), Finlândia e Portugal (21,8%) entre os países com maiores percentagens de população envelhecida (Eurostat, 2020).

Para além do envelhecimento da população total, o envelhecimento da população idosa é outro fenómeno importante, dado ao aumento da esperança média de vida. A nível mundial, o número de pessoas com mais de 80 anos quase de triplicou

entre 54 milhões (1990) a 143 milhões (2019), fazendo deste o segmento com maior crescimento na população envelhecida. As projeções preveem um aumento significativo para 426 milhões em 2050, em regiões como o Leste e Sudeste Asiático e Norte e Ocidente Africano (Deguili, 2016; United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020).

Atualmente, a nível mundial, a Esperança Média de Vida encontra-se nos 72 anos, comparativamente aos expectáveis 52 anos em 1960. Estatisticamente é expectável que as mulheres tenham mais anos de vida (cerca de 74 anos) comparativamente com os homens (cerca de 70 anos) (The World Bank, 2020). Atualmente, é expectável que uma pessoa com mais de 65 anos tenha mais 17 anos de vida, entre 2045 e 2050 é expectável um aumento para 19 anos de vida (United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020).

Para além destes indicadores, ciências demográficas utilizam também o índice de dependência de idosos para medir os fenómenos de envelhecimento da população. O índice de dependência de idosos é o número de pessoas maiores de 65 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, este indicador permite compreender o nível de dependência social e económica dos idosos (PORDATA, 2020; United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020).

Entre 1960 e 2019 a percentagem de dependência de idosos aumentou de 8,5% para 13,9%, a nível mundial (The World Bank, 2020). Em 2019, o índice de dependência foi mais elevado na Europa e América do Norte (30 pessoas com mais de 65 anos para 100 pessoas em idade ativa), Austrália e Nova Zelândia (27 pessoas com mais de 65 anos para 100 pessoas em idade ativa) (United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020). No que concerne aos países da União Europeia, a percentagem de dependência atingiu os 31,4 % (Eurostat, 2020).

O envelhecimento da população é resultado de diversos fatores: investimento na saúde pública, avanços na medicina e desenvolvimento social e económico, o que por sua vez contribuiu para o controlo de doenças, prevenção e redução de mortes prematuras. Estes avanços impactaram a descida tanto das taxas de mortalidade e fertilidade, como também o aumento da Esperança Média de Vida desenvolvendo-se uma alteração demográfica de população mais jovem para população mais velha,

conceito este cunhado de transição demográfica (Deguili, 2016; (United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020).

A transição demográfica iniciou-se no século XIX na Europa com a diminuição da taxa de mortalidade, o que levou a um aumento exponencial de população no século XX. No final do século XIX até metade do século XX alguns países como os Estados Unidos da América, Argentina e Uruguai e o continente europeu começaram a sentir uma descida dos níveis de fertilidade como também os de mortalidade. A transição demográfica esteve ligada com a diminuição das doenças infecciosas-contagiosas (vacinas e medicina preventiva), melhor nutrição, medidas de saúde pública, melhor higiene pessoal, aumentos salariais, diminuição da mortalidade (principalmente mortalidade infantil) (Deguili, 2016; United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020).

O aumento da esperança média de vida está ligada à diminuição de doenças crónicas e degenerativas, como doenças cardíacas e cancro, o que diminuiu a mortalidade na população envelhecida (Deguili, 2016; (United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division, 2020; World Health Organization, 2015). A taxa de fertilidade começou a cair na Europa em 1870 e manteve-se até 1920 mas teve uma paragem depois da II Guerra Mundial com o *Baby Boom* (1940 - 1960), após esse período de crescimento a taxa de fertilidade começou a cair novamente (Deguili, 2016).

A nível mundial, as taxas de fertilidade diminuíram de 4,9% (1960) para 2,4% (2018) (The World Bank, 2020). O declínio das taxas de fertilidade está relacionado com a mudança de uma sociedade baseada na agricultura para uma sociedade industrial, o avanço das tecnologias e de disponibilização de informação relativamente a medidas de contraceção (em 2017 cerca de 59% das mulheres, a nível mundial, usavam contraceptivos), a alteração dos modelos familiares, os custos da educação de crianças e o aumento de participação de mulheres no mercado de trabalho (Deguili, 2016).

No que toca a Portugal, a tendência de envelhecimento da população tem-se vindo a acentuar nos últimos 40 anos. Em 2018, foi o terceiro país da União Europeia (EU) com maior percentagem de pessoas com mais de 65 anos, correspondente a 21,5%, sendo que em 2018, cerca de 2,9% da população portuguesa tinha mais de 85 anos

(Eurostat, 2020; Oliveira & Gomes, 2019). Os dados disponibilizados pelo Eurostat (2020), confirmam que em 2019 cerca de 21,8% da população tinha mais de 65 anos.

O processo de envelhecimento populacional em Portugal justifica-se através das seguintes causas: declínio das percentagens de fecundidade, diminuição das taxas de mortalidade dos grupos etários nos primeiros anos de vida, aumento do Índice de Longevidade¹⁶ – resultado da diminuição das taxas de mortalidade, levando ao aumento da esperança média de vida e aumento de pessoas com idades mais avançadas – e o aumento das taxas de emigrações, que não sendo contrabalançadas com maiores taxas de imigração influenciam também o envelhecimento da população, porque quem emigra está tendencialmente em idade ativa (Carvalho I. M., 2014; Oliveira & Gomes, 2019; São José & Wall, 2006).

A esperança média de vida em Portugal atualmente encontra-se nos 80,9 anos de idade, comparativamente com média de 67,1 anos de 1970. Entre 1961 e 2019, o Índice de Longevidade em Portugal aumentou consideravelmente de 33,6% para 48,5%, respetivamente (PORDATA, 2020)

O envelhecimento da população é analisado através de vários indicadores, entre eles, o Índice de Envelhecimento¹⁷, Índice de Dependência Total¹⁸, Índice de

¹⁶ Definição de **Índice de Longevidade**: «Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida como o quociente entre o número de pessoas com 80 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos).» Disponível para consulta em: <https://www.pordata.pt/Glossario>

¹⁷ Definição de **Índice de Envelhecimento**: «Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).» Disponível para consulta em: <https://www.pordata.pt/Glossario>

¹⁸ Definição de **Índice de Dependência Total**: « Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos). Disponível para consulta em: <https://www.pordata.pt/Glossario>

Dependência de Jovens¹⁹, Índice de Dependência de Idosos²⁰ e Índice de Longevidade (Carvalho I. M., 2014). Comparativamente com 1960 (27,5%), o índice de envelhecimento em Portugal no ano de 2019 encontrava-se nos 161,3%, um aumento considerável. Podemos também confirmar que o índice de dependência de idosos também aumentou entre 1960 e 2019, passando de 12,7% para 34,2%, respetivamente (PORDATA, 2020). Em 2018, Portugal ocupou a quarta posição entre os países com maiores índices de dependência de idosos – com cerca de 33 de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa -, logo atrás da Itália (35,2), a Finlândia (34,2) e a Grécia (34,1) (Oliveira & Gomes, 2019).

De acordo com as Projeções do INE (2020) até 2080 o número de pessoas com mais de 65 anos passará de 2,2 para 3,0 milhões. O índice de envelhecimento duplicará em 2080, com a diminuição da população jovem e aumento da população idosa, passando de 159 para 300 idosos para cada 100 jovem.

Apesar dos fluxos migratórios para Portugal terem contribuído para a atenuar o envelhecimento populacional (Oliveira & Gomes, 2019), com os dados disponibilizados podemos confirmar estatisticamente que o envelhecimento da população portuguesa, juntamente com outros países, tem sido um processo célere e com perspectivas de aumento, o que significa uma necessidade crescente de serviços de geriatria e de profissionais nessa área.

¹⁹ Definição de **Índice de Dependência de Jovens**: «Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).» Disponível para consulta em: <https://www.pordata.pt/Glossario>

²⁰ Definição de **Índice de Dependência de Idosos**: «Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).» Disponível para consulta em: <https://www.pordata.pt/Glossario>

3.2. Impacto do envelhecimento populacional no mercado de trabalho: a mercantilização do cuidado e a dependência da força de trabalho das trabalhadoras imigrantes

O aumento da esperança de vida e conseqüentemente o envelhecimento da população são uma realidade em vários países, o que levanta várias questões de como melhor cuidar idosos e dos gastos que esses cuidados implicam (Lutz, Sanderson , & Scherbov , 2008; Ekeh, Bongaarts, & Mberu, 2012; Baldassar, Wilding, Bocconi, & Merla, 2017; Deguili, 2016). No entanto, o aumento da esperança de vida não se traduz em mais anos com uma vida de qualidade, tendencialmente o aumento do idade traz consigo o declínio das capacidades cognitivas e físicas, e por sua vez, aumenta a percentagem de idosos dependentes do provimento de diversos tipos de cuidados (World Health Organization, 2015; Deguili, 2016).

As populações idosas, mesmo quando saudáveis, precisam de apoio para realizar as suas atividades e necessidades diárias, consequência de limitações físicas e cognitivas, fazendo com que o cuidado fornecido por instituições ou familiares seja essencial para muitos idosos. Cuban (2013) explica que a geriatria trata da prestação de apoio e assistência a pessoas idosas, convalescentes ou deficientes que consiste no apoio à realização da higiene pessoal, apoio na locomoção, apoio emocional, confecção e apoio na ingestão de alimentação, gestão e administração de medicação e, se necessário, realização de limpezas ao espaço físico onde se encontra/habita o idoso. Este último cuidado pode ser prestado através de agências, casas particulares, lares de idosos e centros dias.

Desde os anos 70, com o aumento de políticas neoliberais, que os estados têm investido na transferência dos cuidados dos idosos nos hospitais e instituições públicas para cuidadores mais baratos para diminuir os gastos estatais, fazendo com que esse encargo recaísse sobre as famílias, principalmente sobre as mulheres (Brennan, Cass, Himmelweit, & Szebehely, 2012; Deguili, 2016). Com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, maior desconstrução do significado de família nuclear e extensa e aumento de famílias monoparentais desenvolve-se um “défice de cuidado” (Hooren, 2014; Deguili, 2016).

Cada vez mais os serviços de geriatria têm sido empurrados para fora dos hospitais e instituições do estado e colocados sobre a responsabilidade de cuidadores privados, informais e trabalhadores, que na sua maior parte são mulheres (Aronson & Neysmith, 1996). Com a crise económica de 2008, acentuou-se a contração no gasto público com cuidado de idosos e aumentou o investimento na privatização de serviços, o que tem vindo a influenciar a mercantilização do cuidado e dos serviços prestados (Brennan, Cass, Himmelweit, & Szebehely, 2012 ; Hooren, 2014).

A política pública do *“aging in place”* – aposta no envelhecimento dos idosos nas suas casas e comunidades locais, independentemente de fatores sociais como rendimentos, idade e mobilidade. Por um lado permite um menor isolamento dos idosos e realização do desejo de se manterem nas suas comunidades, mas contribuiu para a diminuição de investimento nos custos do cuidado dos idosos (Baldassar, Wilding, Boccani, & Merla, 2017).

A reestruturação do sector da geriatria foi moldada pelo aumento da dominância do mercado. Os processos de mercantilização estão a desenvolver-se tanto no provimento familiar/informal, como no provimento residencial dos serviços de geriatria. A emergência de serviços privados de geriatria é uma tendência em vários países, desde empresas privadas a Organizações Não Governamentais (ONG’s) a trabalhadores independentes (Shutes & Chiatti , 2012).

A abordagem adotada relativamente ao sector de cuidado, difere entre os vários países da Europa: no Norte da Europa os serviços de geriatria são públicos e gratuitos e com boas condições de trabalho, comparativamente com os países do Sul da Europa que apostam em serviços de cuidado baseado no mercado: privados, IPSS ou empresas. Outros países do Sul da Europa são categorizados com um modelo mais familiar do cuidado, com elevados níveis de trabalho informal não pago desempenhado por familiares (principalmente mulheres) juntamente com baixos níveis de disponibilização de serviços de geriatria, com grande recorrência a pagamento de subsídios e/ou pensões enquanto suplementos para cobrir os gastos e encargos das famílias. Os governos que apostam nessa política afirmam que a entrega desses valores aos cidadãos garante que através da competitividade a qualidade e os preços dos serviços sejam melhores (Brennan, Cass, Himmelweit, & Szebehely, 2012; Deguili, 2016; Shutes & Chiatti , 2012).

Os processos de mercantilização transformaram o sector de geriatria, aumentando a contratação de força de trabalho no privado, negligenciando o público. Shutes e Chiatti (2012: 395) relatam a privatização dos serviços no Reino Unido:

«The number of local authority jobs in residential care reduced by a third in England between 1999 and 2009 (from 66,971 to 45,110), and in home care services reduced by a half (from 73,963 to 36,160) (Eborall et al., 2010). Nearly half (49 percent) of people working in direct care jobs are now employed in the private sector (547,300 workers), while 23 percent are in the non-profit sector and 14 percent in the public sector»

Esta mudança faz com que se consolide uma dualização do sector: por um lado, trabalhadoras profissionalizadas do sector público – que apesar dos salários serem baixos – têm melhores condições de trabalho e maiores taxas de sindicalização, e por outro, trabalhadoras pouco qualificadas que recebem salários muito baixos e com condições de trabalho precárias. Como exemplo, entre 2000 e 2008, em Itália, a percentagem de trabalhadoras funcionárias públicas estagnou enquanto que o sector privado aumentou: «almost 270,000 workers were employed in this sector in 2006, an increase of 26.6 percent compared with 2000» (Shutes e Chiatti (2012: 395).

Esta política de privatização faz com que a saúde e o cuidado se tornem um bem pronto a ser comprado e consumido, obrigando as famílias a procurar no mercado de trabalho informal serviços de geriatria ou uma questão de caridade. A contínua mercantilização do cuidado, diminuiu a pressão sobre as famílias no que toca à prestação de cuidados no quotidiano, no entanto, o preço de acesso a serviços de geriatria aumenta (Cuban, 2013; Deguili, 2016; Hooren, 2014).

Tanto no cuidado de crianças, como no serviço de geriatria a idosos, a distribuição de subsídios ou pensões faz com que as famílias deixem de providenciar cuidado e passem a ser consumidoras, e, potencialmente, patroas definindo também preços e a qualidade do cuidado providenciado, facilitando assim a contratação de trabalhadoras imigrantes, à partida mão-de-obra mais barata. O pagamento de pensões pelo Estado aumenta a percentagem de idosos e famílias a contratarem diretamente

trabalhadoras do sector de geriatria, permitindo assim uma estagnação nos salários, uma vez que eles passam a ser estabelecidos pelas famílias. Ao distribuir o dinheiro e não criar regras na forma como o mesmo é gasto, o Estado torna-se cúmplice na criação e consolidação da precarização e flexibilização dos direitos laborais das trabalhadoras que recebem salários muito baixos e têm várias horas de trabalho (Deguili, 2016; Shutes & Chiatti, 2012). Isto é, ao não tornar os cuidados de geriatria um direito universal e gratuito, o Estado precarizou o trabalho no sector para além das consequências para os idosos.

Apesar do pagamento de subsídios, os valores atribuídos muitas vezes são baixos fazendo com que as famílias optem por contratar trabalhadores imigrantes com salários baixos e condições de trabalho precárias e informais. Por exemplo, em Itália cerca de 10% dos idosos recebem um subsídio e 25% vive com um cuidador formal, normalmente trabalhadoras imigrantes (Brennan, Cass, Himmelweit, & Szebehely, 2012; Deguili, 2016; Hooren, 2014).

Anteriormente fora do mercado, a mercantilização do sector do cuidado tende a crescer. O pagamento por serviços de cuidado a idosos, tanto em instituições como nas suas residências, é um dos sectores em maior crescimento a nível global (Romero, Preston, & Giles, 2014). Ao contrário de outros serviços, a geriatria não pode ser enviada para outros países, mas os seus trabalhadores movimentam-se entre países. Este sector, em muitos países, é dependente de trabalhadores imigrantes. A participação de imigrantes no sector do cuidado tem vindo a aumentar na última década, comparativamente com a sua participação em outros sectores do mercado de trabalho (Cangiano, 2014).

O sector do cuidado é também dependente do trabalho feminino. Como forma de resolver a falta de mão de obra nacional, o setor passa a ser dominado por trabalhadoras imigrante visto que as trabalhadoras imigrantes tendem a ser empurradas a aceitar trabalhos mais precários; em Inglaterra os imigrantes são cerca de 19% da força de trabalho no sector de geriatria (Cuban, 2013: 9). O crescimento do sector dos serviços, e, por conseguinte, da geriatria, coincide com o aumento das migrações laborais nos anos 90 (Cuban, 2013).

Com a globalização e desindustrialização de diversos países europeus, a indústria foi substituída pelos serviços, sector que é muito ocupado por mulheres – por ser considerado um trabalho de mulher – e porque os salários são tão baixos. Consequentemente muitos destes trabalhos são desempenhados por trabalhadoras imigrantes. A feminização da migração não é apenas quantitativa (em número absoluto e relativo de mulheres) mas também qualitativa. Nestes novos processos migratórios, as mulheres tendencialmente já não migram por processos de reagrupamento familiar, seguindo os seus companheiros, mas sim de forma independente, muitas vezes sozinhas e deixando a família no país de origem (Deguili, 2016). A concentração de mulheres imigrantes nos considerados “países desenvolvidos” e a tendência para desempenhar funções nos sectores mais desqualificados do mercado do trabalho, consolidou a divisão internacional do trabalho reprodutivo (Deguili, 2016; Romero, Preston, & Giles, 2014).

Com a divisão internacional do trabalho, a forma como o mercado de trabalho é organizado alterou-se. Os sectores do mercado trabalho tornaram-se cada vez mais segmentados. Esta transformação fez com que o trabalho do cuidado tenha vindo a ser “terciarizado” e que as mulheres do “Global South” tenham mantido a reprodução social. A divisão internacional do trabalho reproduziu uma cadeia hierarquizada do cuidado baseada no género, nacionalidade, classe, etnicidade e raça (Romero, Preston e Giles, 2014).

A contratação de mulheres imigrantes em diversos sectores é um dos motivos que justifica a feminização da migração. Como exemplo, muitos patrões entrevistados por Cangiano (2014) no Reino Unido, confirmam que as dificuldades em contratar mão-de-obra nacional são a razão pela qual recorrem à contratação de trabalhadoras imigrantes. A mercantilização do sector é um dos motivos pelos quais as trabalhadoras nacionais se recusam a ser contratadas (Cangiano,2014).

A maior participação de mulheres imigrantes é também consequência das medidas de austeridade impostas pelo FMI e Banco Mundial nos seus países de origem. Com a implementação de medidas de austeridade, os serviços sociais são os mais impactados, obrigando as mulheres uma maior ginástica relativamente aos orçamentos familiares e, por sua vez, imigrarem em busca de melhores condições de vida. Para além disso, os processos migratórios são também resultado de decisões políticas e

económicas, suportadas pela ideologia neoliberal para resolver as faltas de mão-de-obra em determinados países e setores económicos (Degiuli, 2016). Shutes e Chiatti (2012) explicam que a contratação de trabalhadoras imigrantes, tanto em Itália como no Reino Unido, é também resultado de políticas migratórias, que estão estruturadas de forma desigual, contribuindo para a autoridade do patrão. O estatuto “ilegal” de um imigrante é uma condicionante para que apenas tenha acesso a trabalhos mal pagos e sem direitos laborais. Por outro lado, as medidas de legalização dos imigrantes podem significar que sejam totalmente dependentes de determinado patrão obrigando-o a manter-se nessa profissão:

«‘I’m stuck, even if I want to move ... if I move to another employer that might affect my status after four years, to apply for leave to remain or for citizenship. So I just stick with the employer’ (senior care worker, employed on a work permit by a private residential care home, England)» (Shutes e Chiatti, 2012: 400)

O facto de haver restrições impostas aos imigrantes pouco qualificados de acesso ao mercado de trabalho público, também contribuem para a expansão do sector privado. Por exemplo, as restrições no processo de recrutamento para o Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, impostas aos trabalhadores não-comunitários (Shutes e Chiatti, 2012).

No caso de Portugal, consequência do envelhecimento populacional e dos níveis de dependência dos idosos, também se tem vindo a constatar um aumento de idosos que carecem de cuidados para a sua sobrevivência quotidiana. Uma vez que cada vez menos famílias têm a possibilidade de conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, principalmente pelo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e não alteração da relação dos homens com as práticas de cuidado, as famílias e os idosos têm-se visto obrigados a recorrer cada vez mais a serviços de geriatria, sendo que a procura continua a exceder a oferta (São José & Wall, 2006; Santana, Dias, Souza, & Rocha, 2007).

Nos anos 80, numa parceria entre Estado e IPSS iniciou-se o ascenso de serviços de geriatria levando a um aumento da disponibilização de serviços de apoio domiciliário,

centros dias e lares (Wall & Nunes, 2010). Atualmente os serviços disponibilizados para apoio a idosos são: Acolhimento Familiar, Centro de Convívio, Centro de Dia, Centro de Noite, Residência, Lar e Serviço de Apoio Domiciliário, sendo que a maior parte do investimento feito pelo Estado Português concentrou-se nos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), Lares de Idosos e Centros Dia (Carvalho I. M., 2014). Em 2004, cerca de 3,5% de idosos estavam em Centros Dia, 3,8% recebiam SAD, e 3,7% estavam em lares de idosos (Wall & Nunes, 2010, p. 399).

Tal como em muitos outros países europeus, a feminização das migrações em Portugal está relacionada com a emergência da segmentação de sectores do mercado de trabalho, tal como é o caso do sector de geriatria. Apesar das mulheres portuguesas continuarem a ser a maioria no sector de geriatria, tem-se vindo a presenciar um aumento de mulheres imigrantes dos PALOP, Brasil e Ucrânia (Peixoto, 2009; Wall & Nunes, 2010).

As investigações de Peixoto (2009) e de Wall e Nunes (2010) sugerem que o sector do trabalho doméstico e geriatria é uma das áreas onde as mulheres imigrantes mais conseguem encontrar trabalho. Apesar de não ser possível confirmar que as trabalhadoras imigrantes estão a substituir as trabalhadoras portuguesas, tendo em conta as altas taxas de informalidade do sector – especialmente para trabalhadoras imigrantes – é expectável que a presença de trabalhadoras imigrantes seja elevada.

CAPÍTULO 4. MULHERES NEGRAS E O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

As mulheres negras tendem a ser entendidas e contextualizadas como imigrantes (Baptista, 2011; Miranda, 2009; Ramalho e Trovão, 2010), mesmo quando não o são. A ocultação da questão racial por via da tónica na questão migratória – que por sua vez tende a olhar para os imigrantes enquanto grupo homogéneo, sem considerar e analisar a situação específica das mulheres imigrantes – é, em parte, consequência do financiamento destes estudos por parte de instituições do Estado, que continua a não reconhecer a importância da recolha de dados étnico-raciais e a análise das condições de vida, de trabalho, estudo e saúde dos negros, negras, ciganos e ciganas em Portugal. O estudo da imigração tende a ser feito no prisma da avaliação da “integração” dos imigrantes ou, embora muito menos, dos descendentes e imigrantes já nascidos em Portugal.

A falta de recolha e análise de dados étnico-raciais, juntamente com o facto de muitas mulheres negras já terem nascido em Portugal, e terem a nacionalidade portuguesa, como também as que imigraram e se naturalizaram, faz com que as mulheres negras percam-se nas estatísticas (Pereira, 2010). Dados recolhidos por Oliveira & Gomes (2019, p. 285) confirmam que em 2018 cerca das 68% atribuições de nacionalidade foram concedidas a cidadãos dos PALOP e Brasil.

Apesar da falta de dados étnico-raciais que comprovem as condições laborais das mulheres negras em Portugal – permitindo-nos apenas uma aproximação estatística através de nacionalidade – propomo-nos trazer para a discussão que determinados sectores, entre eles, as limpezas industriais, o trabalho doméstico, a restauração e mais recentemente o sector de geriatria/cuidado de idosos, são trabalhos para os quais a maioria das trabalhadoras negras em Portugal são direcionadas, confirmando assim a racialização de determinados sectores do mercado de trabalho. Sectores estes, que são dos mais precários (muitas vezes sem contratos ou com falsos recibos verdes), mal remunerados (a subcontratação tem sido um mecanismo usado por empresas e até por instituições públicas, em que a empresa de limpeza coleta grande parte do vencimento ou situações em que apesar de cumprir com os oito horas diárias –, em alguns casos

ultrapassando-as – o salário não chega ao Salário Mínimo Nacional) e em que essas trabalhadoras estão constantemente expostas a assédios morais e/ou sexuais.

4.1. Racialização da divisão internacional do trabalho

A chegada de mulheres africanas transformou totalmente a divisão social do trabalho em Portugal, sobretudo nas áreas metropolitanas onde a concentração de trabalhadores é maior. Alguns sectores do mercado de trabalho que antes eram ocupados por mulheres portuguesas migrantes internas, passaram a ser desempenhados por mulheres negras. Consolidou-se uma evidente demarcação racial de sectores como o trabalho doméstico e as limpezas industriais, sendo que é quase um destino “obrigatório” para as mulheres negras em Portugal, em algumas situações, independentemente da qualificação académica e experiência profissional.

A antropóloga Kesha Fikes (1998) defende que existe uma clara racialização do trabalho doméstico em Portugal, afirmando também que o estabelecimento da hegemonia portuguesa dependeu das associações de senso comum e coloniais entre “domesticidade” e feminilidade negra. Por exemplo, a constante e violenta vigilância policial e civil imposta às vendedoras cabo-verdianas de peixe em Lisboa, obriga-as a procurar trabalho nos poucos sectores do mercado de trabalho disponíveis para imigrantes negras: o trabalho de limpeza, em casas particulares ou em empresas de limpezas, independentemente do seu estatuto legal, educação académica ou formação/experiência profissional. Esta racialização foi essencial, no passado colonial e no presente neocolonial, para a delimitação das classes sociais e principalmente para a construção identitária burguesa e pequeno-burguesa branca.

Para Catarina e Oso (2000), comparando entre Portugal e Espanha, o processo de etnização dos serviços de reprodução social, como o trabalho doméstico e as limpezas industriais é evidente. A tradicional divisão social do trabalho entre o espaço público, desempenhado pelos homens, e o espaço privado, desempenhado pelas mulheres, deu uma reviravolta com a entrada das mulheres para o mercado de trabalho. A nova divisão social do trabalho recria também a segmentação por etnia, ou seja, são

os/as imigrantes e/ou negros e negras a desempenhar os serviços reprodutivos mais desvalorizados socialmente.

As autoras explicam que em Lisboa, o acesso ao mercado de trabalho é repleto de preconceitos raciais e étnicos: algumas patroas não contractam trabalhadoras por as mesmas serem moradoras de bairros sociais e periféricos; o tratamento paternalista a que as trabalhadoras domésticas estão sujeitas reforçando as relações de poder e classe entre patroa e trabalhadora; o preconceito relativamente ao alegado odor específico das trabalhadoras africanas e o facto de algumas patroas afirmarem que contractavam trabalhadoras africanas por as considerarem mais dóceis e submissas e que aceitam trabalhos mal pagos e com condições de trabalho precárias:

«Una patrona portuguesa se quejaba de los retrasos repetidos de las empleadas portuguesas y de su falta de humildad. Consideraba que «las negras son más dóciles, ellas, por lo menos, no piensan que van a venir a mandar a tu casa». Esta mujer se declaraba estar muy satisfecha con su empleada de origen africana, que dirigiéndose a su patrona repetía en tono tranquilizador «yo voy a ocuparme de usted como si usted fuese mi madre» (Catarino & Oso, 2000, p. 199).

As relações de dominação de raça e classe nas empresas de limpezas também se reproduzem através do facto das encarregadas tenderem a ser portuguesas e brancas. Alguns clientes, principalmente em situações de contacto com o público, rejeitam a contratação de trabalhadoras negras, referindo muitas vezes que as trabalhadoras têm um mau odor. Desta forma, em comparação com as trabalhadoras brancas, as trabalhadoras negras são relegadas para tarefas invisíveis, sem contacto com clientes/público. As trabalhadoras negras ocupam as tarefas mais sujas, duras e perigosas, enquanto as trabalhadoras brancas muitas das vezes escapam a desempenhar essas tarefas (Catarino e Oso, 2000).

Na mesma linha teórica, Albuquerque (2005) afirma que a posição socioeconómica das mulheres imigrantes e “minorias étnicas” é resultado da interligação entre classe, género e etnicidade – ou o que nós consideramos raça, no sentido de construção histórica e política. Esses fatores, e a combinação deles,

determinam qual a posição do indivíduo na estrutura social. A autora expõe também que o trabalho doméstico e os serviços de limpeza estão racializados e influenciam o espaço concedido às mulheres negras para participar nos mesmos.

João Peixoto (2009), por sua vez, afirma que a etnização de determinados sectores está também interligada com a feminização de sectores como as limpezas e a geriatria, onde a presença de mulheres imigrantes e negras é notável.

Sónia Pereira (2010) relata que os trabalhadores africanos se mantêm nos sectores mais precários do mercado de trabalho e com baixas possibilidades de mobilidade social. As mulheres africanas ocupam maioritariamente as limpezas industriais e o serviço doméstico – sectores altamente feminizados – enquanto que os homens africanos tendem a trabalhar na construção civil. A pertença étnico-racial é um condicionante no mercado de trabalho, empurrando os trabalhadores para determinados sectores, ou seja, menos qualificados, mais precários e com piores condições de trabalho. A mão de obra das pessoas negras é desvalorizada, permitindo aos patrões maiores percentagens de lucro.

Patrícia Baptista (2011) corrobora as teses apresentadas, afirmando que existe uma clara “etnoestratificação do mercado de trabalho”, em que a relação entre trabalho doméstico e imigração têm vindo a estreitar-se, consequência de uma incontestável divisão internacional do trabalho e que, diríamos nós, é também uma divisão racial do trabalho.

A exploração a que as trabalhadoras negras estão expostas não se cinge apenas a questões laborais. Um dos dirigentes antirracista relata-nos a história de uma trabalhadora:

«Então ela encontrou-se comigo e disse-me assim: "Eu não consigo renovar [os meus documentos]. Não é porque não tenha contrato de trabalho nenhum, ou que não tenha descontos para a segurança social, o meu patrão é que não quer renovar o contrato. Ele tem o meu passaporte retido e não me entrega o passaporte e continua a me ameaçar. Porque ele sabe que se eu renovar os meus documentos vou sair dali porque eu estou a sofrer ali". Eu perguntei: "Mas está a sofrer do quê?" Ela disse-me assim: "O meu patrão faz-me assédio sexual todos

os dias no trabalho". Eu disse: "Mas como?" Ela disse-me assim: "O meu patrão quando tira o café encosta a chávena no meu rabo ou no meu peito, todos os dias, e ele disse-me para não me preocupar porque as negras não têm marcas. E depois disse-me que se eu não quiser sofrer assim tanto eu posso ir ali em cima, porque ele tem uma casa de alterne onde lá tem mulheres a trabalhar."»

Para além da precariedade laboral a que estão sujeitas, a violência sexual a que estão expostas também é uma realidade nos seus locais de trabalho.

Como uma das dirigentes entrevistadas explica, o sistema capitalista impõe uma posição social às mulheres negras: a base da pirâmide. Fazendo com que desempenhem funções nas áreas do mercado de trabalho mais desvalorizadas, que requerem muito esforço físico – restauração, limpezas em hotéis, etc. –, com uma grande carga horária e com baixos níveis de remuneração, que não é exigido de igual forma às mulheres brancas. Uma das dirigentes entrevistada explica que as trabalhadoras domésticas negras têm condições de trabalho precárias, com faltas de pagamento de salários e muitas vezes com horários de trabalho que não cumprem os requisitos da lei, consequência da sua condição enquanto mulher, negra e de classe trabalhadora.

Para uma das dirigentes entrevista, a mudança da Lei de contratação de Serviço Doméstico²¹, que considera estar desatualizada e que desprotege as várias trabalhadoras, é uma das principais questões das mulheres negras em Portugal. A dirigente afirma também que as trabalhadoras negras do sector de geriatria são expostas a altos níveis de exploração e precarização, uma vez que as empresas sabem que será muito fácil contratar novas trabalhadoras precárias:

«Situações de muita exploração, de mulheres como empregadas internas, mas que na realidade estão a tomar conta de idosos acamados. E isto acontece muito no atendimento e com salários muito baixos. Salários de 600/650 euros. Que eu acho que é demasiado, quer dizer, é uma exploração autêntica em relação a isto.

²¹ A DL n.º 235/92, de 24 de Outubro estabelece os trâmites da contratação do serviço doméstico em Portugal. Disponível para consulta em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=2944A0024&nid=2944&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao= [consultado a 5 de Outubro de 2020]

E de uma coisa que eu também dizia na Assembleia [da República] há muito pouco tempo que é porque estão muito vinculadas a uma Lei de 1992 [Lei do Trabalho Doméstico], que não altera e isto tem um impacto no que é a geriatria. (...) E isto é aquilo que nós falamos da raça, do gênero e da classe. Porque aquilo que elas fazem, o cuidado que elas têm não podia nunca ser aquela tabela [remuneratória].»

«Então, eu tenho uma [Sra.] do teatro, a R. tem 64 [anos] e ela trabalhava com outro idoso que tinha 80 e tal anos. Sim, há uma diferença de 20, mas ela já está numa faixa etária que supostamente é aquela ou outra [...], mas ela tomava. E ela só me dizia “Aí, mas é duro tomar conta dos idosos.”»

Para os vários dirigentes das organizações as condições das mulheres negras estão repletas de assédio moral e sexual e uma total desvalorização das suas competências profissionais e académicas, ocupando assim a base social.

4.2. Trabalhadoras negras em Portugal: dados estatísticos

Tal como afirmado anteriormente, a falta de recolha de dados étnico-raciais não permite confirmar as percentagens reais de mulheres negras e a sua inserção no mercado de trabalho, uma vez que muitas mulheres ou naturalizaram-se ou nasceram em Portugal e têm a nacionalidade portuguesa. Uma vez que os estudos disponíveis apenas mencionam a nacionalidade, os dados apresentados na investigação serão meras aproximações no que toca à inserção laboral de mulheres dos PALOP em Portugal.

O subdesenvolvimento do continente africano – apesar da sua riqueza em matérias-primas – é causa direta da relação de poder e exploração entre os países africanos e as suas antigas metrópoles colonialistas e mais recentemente com as maiores potências mundiais Estados Unidos da América, China e Rússia. Tal como Walter Rodney (1972, p.14) explica: «All of the countries named as ‘underdeveloped’ in the

world are exploited by others; and the underdevelopment with which the world is now preoccupied is a product of capitalist, imperialist, and colonialist exploitation.»

Como forma de fugir a este flagelo, muitos africanos e africanas vêm-se obrigados a imigrar para a Europa à procura de melhores condições de vida para si e seus familiares. Com início nos anos 60, a imigração africana para Portugal, tinha como principais propósitos disponibilizar mão-de-obra barata, colmatar a carência de mão-de-obra nacional (consequência do recrutamento de homens jovens para a “guerra colonial” e da emigração em massa, para países como França ou Canadá, em fuga das más condições de vida e dos destacamentos de jovens portugueses para a guerra), assim como da exploração e pobreza extrema nos países até então colonizados por Portugal (Fikes, 1998 e 2008; Pereira, 2010; Peixoto, 2006).

A imigração de trabalhadores cabo-verdianos²², nos anos 60, é o início das migrações de tipo laboral dos PALOP para Portugal. Estes homens vieram colmatar a falta de mão-de-obra e ocuparam trabalhos na construção civil (Catarina e Oso, 2000; Pereira, 2010). Com a Revolução de 1974 e conclusão dos processos de descolonização dos territórios ocupados por Portugal, a imigração africana que tinha sido até então maioritariamente cabo-verdiana, começa a diversificar-se, sendo que, imigrantes angolanos, guineenses, santomenses e moçambicanos começam a chegar a Portugal em maiores números (Fikes, 2008; Machado, 2009).

A massificação das migrações dos PALOP para Portugal dá-se já na década de 90, consequência da instabilidade política e socioeconómica de vários países dos PALOP e da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE). A entrada na CEE estimulou investimento na construção de grandes infraestruturas públicas que gerou um crescimento do sector da construção civil (principalmente em Lisboa, Porto e Faro) e da disponibilização de serviços como as limpezas industriais (Esteves e outros, 2017). Aumento assim a classe média administrativa, sobretudo feminina, abrindo espaço para

²² Até aos dias de hoje os cidadãos cabo-verdianos continuam a ser a comunidade de imigrantes africanos com a maior percentagem de imigração em Portugal. Dados disponibilizados pelo SEF demonstram que em 2019, a nacionalidade cabo-verdiana era a segunda mais representativa sendo que existiam 37.436 cidadãos cabo-verdianos residentes legais em Portugal (SEF, 2019). É importante mencionar que sendo das imigrações mais antigas, existem vários cidadãos nascidos em Cabo Verde que se naturalizaram e são detentores de nacionalidade portuguesa.

o trabalho doméstico remunerado. Apesar de já se terem passado várias décadas, os imigrantes africanos permanecem nos sectores mais precários do mercado de trabalho e com baixas possibilidades de mobilidade social (Pereira, 2010).

Sectores precários como as limpezas, o serviço doméstico e o cuidado de idosos são maioritariamente femininos, o que explica o aumento dos fluxos de migração de mulheres negras para Portugal (Peixoto, 2009). Desde o século passado que se confirma a tendência de as mulheres migrarem sozinhas, fora de contextos de reagrupamento familiares (que eram a tendência anterior). Dados recolhidos por Oliveira & Gomes (2019) confirmam que as mulheres permanecem a maioria entre os imigrantes. Em 2012, residiam em Portugal cerca de 210 mil mulheres e 206 mil homens imigrantes. No ano de 2018 as mulheres ultrapassam a percentagem de homens chegando a cerca de 242 mil mulheres, enquanto que os homens imigrantes eram apenas cerca de 237 mil. Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau são os países com maiores percentagens de mulheres imigrantes (Oliveira & Gomes, 2019, p. 62).

As mulheres africanas ocupam maioritariamente as limpezas industriais e o serviço doméstico, no entanto, entre 1998-2001 desenvolve-se uma transição das mulheres do trabalho doméstico para as empresas de limpezas, consequência das melhores condições laborais no sector de limpeza, uma vez que tendencialmente as empresas cumpriam o pagamento das suas prestações à Segurança Social (Catarino e Oso, 2000; Pereira, 2010). As mulheres negras passaram a ter menos preponderância no trabalho doméstico, aumentando a presença de trabalhadoras da Europa do Leste e do Brasil. Estas nacionalidades têm substituído as trabalhadoras portuguesas e africanas, mas as portuguesas mantêm uma maior percentagem ainda (Pereira, 2010).

Catarino e Oso (2000) relatam que as suas interlocutoras afirmavam preferir trabalhar nas empresas de limpeza porque lhes permitia socializar com outras colegas e não estarem isoladas com as patroas, como também, o facto de não serem tão controladas e de desempenharem tarefas menos pesadas comparativamente ao trabalho que desenvolviam nas casas privadas. Para além disso, o local do trabalho melhora o estatuto social e o quotidiano das trabalhadoras: tem maior distinção social e é mais aprazível trabalhar nas limpezas num ministério ou museu do que numa casa privada.

Contudo, os dados recolhidos por Sónia Pereira (2010) confirmam que a percentagem de mulheres dos PALOP em regime *Part-Time* aumentou: em 1998 apenas 34% das inquiridas se encontrava nessa situação, em 2001 a percentagem sobe para 40% das inquiridas e em 2006 já 50% das trabalhadoras se encontrava nessa situação (Pereira, 2010, p. 334). Para além disso, muitas das suas interlocutoras relatavam dificuldades em encontrar trabalhos a tempo inteiro, mantendo-se assim a sua precariedade laboral (Pereira, 2010: 335). As condições contractuais precárias caracterizam-se também por: não assinatura de contratos de trabalho – e as que têm são contratos curtos – carga horária bem superior à média nacional – cerca de 45 horas semanais (Peixoto, 2009, p. 201).

Entre 1998 e 2006, o emprego de mulheres dos PALOP aumentou nas limpezas industriais. Este é um dos destinos profissionais das mulheres imigrantes dos PALOP, e a tendência tem vindo a aumentar. Apesar dos baixos salários, tendem a ser trabalhos estáveis, mas existem relatos de incumprimento por parte dos patrões dos direitos laborais. Um exemplo é o de despedimentos abusivos e reduções de horários e salários (Pereira, 2010).

A média de rendimento dos trabalhadores imigrantes, relativamente aos trabalhadores nacionais com as mesmas qualificações, é mais baixa: em média recebem -4,5% (Góis e outros, 2008; Oliveira & Gomes, 2019, p. 155). Dessa discrepância, os trabalhadores dos PALOP são os que tendencialmente recebem menos que todas as outras nacionalidades: «(...) e da Guiné-Bissau (-33,5%), são-tomenses (-32,9%), e cabo-verdianos (-32,3%).» (Oliveira & Gomes, 2019, p. 159). Não nos sendo possível confirmar estatisticamente, podemos especular que as mulheres negras são das que menos recebem.

A precarização dos trabalhadores dos PALOP foi crescente entre 1998 – 2001 e mais acentuada entre 2001 – 2006. Entre 2003 e 2006 a percentagem de desemprego para trabalhadores imigrantes aumenta, sendo que as mulheres foram as mais afetadas pelo desemprego, logo a partir de 2001 (Pereira, 2010). Relativamente ao desemprego, as mulheres estrangeiras estão também com as taxas mais elevadas, em 2015 representavam 13 mil (54,8%) do desemprego registado de estrangeiros, enquanto que estavam apenas 11 mil homens registados. No ano de 2015, as principais nacionalidades

das mulheres estrangeiras em situação de desemprego registado eram a brasileira (32,1% do total de desempregadas estrangeiras), ucraniana (12,3%), cabo-verdiana (10,2%), romena (7,9%), angolana (6,3%) e guineense (4,7%) (Observatório de Migrações, 2017: 14). Resultados do Censos de 2011 confirmam que as mulheres guineenses são as que mais desempregadas ficam (28,4%), comparativamente com as mulheres angolanas (26,4%) e cabo-verdianas (20,2%) (Esteves, 2017, p. 65).

Com a chegada do novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) e a crise económica desencadeada pelo mesmo, as taxas de desemprego – que segundo o INE atingiram os 7,8% no 3.º Trimestre de 2020 – atingiram particularmente os trabalhadores imigrantes e negros, uma vez que ocupam as profissões mais precárias. O vírus evidenciou mais uma vez as desigualdades sociais na sociedade portuguesa. Os trabalhadores imigrantes e negros que não foram despedidos continuam a deslocar-se para os seus locais de trabalho nos transportes públicos, expondo-se ao vírus. Os bairros periféricos de Lisboa tornaram-se focos de contágio com elevadas taxas de pessoas infetadas.

Para além disso, os lares e residências para idosos continuam a ser dos setores mais fustigados pela pandemia, são vários os lares, de Norte a Sul de Portugal, que são focos de contágio. A exposição ao vírus confirma o abandono a que trabalhadores e idosos estão sujeitos.

CAPÍTULO 5. A SUPEREXPLORAÇÃO DE TRABALHADORAS NEGRAS NO SECTOR DE GERIATRIA

O envelhecimento da população portuguesa, impulsionou uma maior disponibilização de serviços de geriatria. Em Portugal, tal como muitos outros países da Europa estes serviços usam amplamente força de trabalho de mulheres imigrantes e não-brancas (Peixoto, 2009; Wall e Nunes, 2012).

Com o intuito de contribuir para o debate da articulação entre classe, género e raça – que em Portugal ainda é muito débil –, procuramos explicar como é que no sistema capitalista as três categoriais sociais contribuem para a opressão/subalternização das mulheres negras em Portugal.

Neste capítulo, procuramos dar espaço às interlocutoras, que nos responderam às questões sobre como a sua condição enquanto mulheres negras trabalhadores impacta a sua opressão e subalternização nos locais de trabalho e quotidiano, como também, nos evidenciaram as formas de resistência desencadeados pelas mesmas.

Ao contrário do maior investimento em serviços de cuidado de crianças – aumentando as probabilidades das mulheres participarem no mercado de trabalho, uma vez que o cuidado continua a ser uma responsabilidade atribuídas às mulheres –, o cuidado de idosos, uma vez que na ordem capitalista o importante é a manutenção e aumento dos lucros, deixa de ser tão importante pois já não são população ativa – e sim, obrigam a um aumento de gastos públicos e familiares. Uma vez que as mulheres negras são consideradas a mão-de-obra mais barata, por esse mesmo motivo é a elas que são disponibilizados o trabalho no cuidado de idosos.

5.1. Caracterização social e profissional das entrevistadas

O grupo das entrevistadas constitui-se por 6 mulheres negras, entre os 29 e 52 anos de idade. Relativamente a nacionalidades, todas as entrevistadas são de nacionalidade portuguesa, nascidas noutros países, entre eles: Guiné-Bissau (1), Cabo Verde (1), Brasil (1), Angola (2), São Tomé e Príncipe (1). As datas de chegada a Portugal

variam entre 1977 e 2009, finais dos anos 90 e inícios dos anos 2000 são os que prevalecem. Apesar da imigração africana para Portugal não ser um processo recente, o aumento exponencial dá-se nos anos 90. Nos anos 2000 os cidadãos brasileiros começaram a ser uma maioria na percentagem de estrangeiros em Portugal. Segundo dados do relatório do SEF, as nacionalidades dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CLPL) com maior número de imigração em Portugal são: Brasil, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau (SEF, 2019). Sendo a imigração africana a mais antiga e volumosa em Portugal, muitos dos imigrantes e seus descendentes adquiriram a nacionalidade portuguesa fazendo com que as nacionalidades africanas tenham menores números nas estatísticas.

Em termos de qualificações escolares, a maioria tem qualificações até ao 12º ano de escolaridade – Maria fez um curso profissional de Curso de Gestão e Organização de Empresas em Portugal –, apenas Bruna tem o 9º ano de escolaridade – obtido em Cuba – e tanto Lurdes como Manuela são licenciadas, em Administração da Saúde e atualmente a frequentar Mestrado em Portugal, e Geografia, respetivamente.

É importante realçar os percursos profissionais das entrevistadas desde os seus países de origem até à chegada em Portugal. Pelo menos três mulheres tinham trabalhos considerados qualificados nos seus países de origem: Bruna (Ministério do Comércio da Guiné-Bissau), Lurdes (Secretariado e Administração), Manuela (Professora de Geografia) mas na chegada a Portugal apenas os trabalhos não qualificados estão disponíveis: Restauração, Limpezas, Hotelaria, Limpeza de carros e Geriatria. A aspiração de melhores condições de vida, e conseqüentemente ascensão social foi completamente contrária, como podemos comprovar nos casos de Bruna, Lurdes e Manuela que deixaram de ver as suas qualificações e experiência profissional reconhecidas e sofreram uma descida do seu estatuto económico e social.

No que respeita aos agregados familiares – por agregado familiar entende-se as relações conjugais e descendentes, sendo que não vivem obrigatoriamente com as entrevistadas –, duas das entrevistadas são casadas, duas divorciadas, uma solteira e uma vive em união de facto. A percentagem de filhos varia entre 1 e 3, dos quais a maioria já são maiores de idade. Apenas Bruna não tem filhos. Apenas Maria tem uma neta.

As entrevistadas vivem todas na periferia de Lisboa – Barreiro, Corroios, Seixal, Moscavide e Odivelas. Ainda que nenhuma das interlocutoras o tenha afirmado, o constante aumento do valor de arrendamento imobiliário – principalmente nas cidades de Lisboa e do Porto – obrigando-as e deslocarem-se para as periferias onde as rendas são mais baratas.²³ O facto de não viverem próximas dos locais de trabalho, implica um maior tempo gasto em deslocações, na sua maioria realizado em transportes públicos. O tempo médio gasto em deslocações entre casa e o local de trabalho é de 45 minutos.

Todas as mulheres entrevistadas têm apenas um trabalho no sector de geriatria, mas Mariana tem um trabalho extra nas limpezas, que faz esporadicamente. Os anos de experiência no sector de geriatria varia entre os 5 e os 25 anos, sendo que Maria é que a tem mais anos de experiência. As entidades empregadoras atuais variam entre: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa²⁴ (SCML) (3), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) (1), Casa Particular (1), Empresa Particular (1). Todas trabalham em regime externo, sendo que Bruna e Maria trabalham em Apoio Domiciliário.

Numa breve tentativa de mapear o estatuto económico e social dos seus familiares – filhos(as), cônjuges, irmãos(ãs), sobrinhos(as) –, conclui-se que têm profissões muito heterogéneas, desde profissionais mais qualificadas (Designer de Interiores, Funcionária do Fundo Social Europeu, Técnica de Recursos Humanos, Agente Imobiliária), como também, profissões menos qualificadas (Auxiliar de Geriatria, Trabalhadora das Limpezas, Ajudante Familiar, Trabalhadores da Construção Civil, Trabalhadora do McDonald's, Operário de Pedreira).

²³ Dados disponibilizados pelo INE, confirmam que o município de Lisboa apresenta os valores mais elevados do país no que toca a pagamento de rendas, (11,16 €/m²) e o Porto (7,85 €/m²) sendo que a média nacional é de 4,80 €/m² (INE, 2020).

²⁴ A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ao contrário das restantes, não tem o estatuto de IPSS uma vez que é gerida em parte pelo Estado. Para mais informações consultar os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, disponíveis em http://www.scml.pt/pt-PT/santa_casa/estatutos/.

Quadro 1. Caracterização social e profissional das entrevistadas

Nome	Idade	Nacionalidade	Naturalidade	Nível de Escolaridade	Vínculo Profissional	Experiência na área de Geriatria
Bruna	47	Portuguesa	Guineense	9º Ano	SCML	7 anos
Maria	52	Portuguesa	Cabo-verdiana	12º Ano + Curso de Gestão e Organização de Empresas	IPSS	25 anos
Mariana	39	Portuguesa	Angolana	12º Ano	Empresa Privada	7 anos
Joana	29	Portuguesa	São-tomense	12º Ano	Casa Particular	5 anos
Lurdes	50	Portuguesa	Angolana	Licenciatura em Administração da Saúde e frequência em Mestrado	SCML	8 anos
Manuela	47	Portuguesa	Brasileira	Licenciatura em Geografia	SCML	13 anos

5.2. Uma ascensão social defraudada: Retratos Sociais das interlocutoras

As seis mulheres entrevistadas durante a investigação trabalham enquanto auxiliares de geriatria na Área Metropolitana de Lisboa com uma variação entre os 5 e os 25 anos de experiência profissional na área. Seria importante mencionar as suas entidades empregadoras atuais: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Casa Particular e Empresa Particular.

Todas as entrevistadas têm nacionalidade portuguesa, no entanto, os seus países

de naturalidade diferem, sendo eles: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe. Apesar das diferentes trajetórias migratórias é importante realçar que as suas possíveis aspirações de ascensão social são defraudadas com as posições sociais e económicas que estão, na maior parte das vezes, predestinadas às mulheres negras em Portugal, independentemente da sua formação e experiência profissional.

**5.2.1. «Não diria exploração, mas é um trabalho muito difícil e deviam... quem trabalha nessa área devia ser bem pago.»:
Lurdes, 50 anos (SCML)**

Lurdes começou a trabalhar em Angola aos 18 anos de idade como secretária administrativa. Em 1998 imigra para Portugal e tem a possibilidade de trabalhar também na área de administração numa empresa de construção civil e algum tempo depois iniciou funções enquanto encarregada numa fábrica, onde trabalhou durante onze anos. Este foi o último trabalho que teve na sua área de formação e de interesse antes de iniciar funções enquanto auxiliar de geriatria.

Em 2014 pode regressar aos estudos, licenciando-se em Administração da Saúde e atualmente frequenta um Mestrado de Gestão de Empresas na Universidade Autónoma. Apesar de estudar, acha que o trabalho não interfere de todo com a sua vida pessoal / académica. Idealmente gostaria de se candidatar a uma função na área administrativa da saúde.

Relativamente a comentários / atitudes racistas, considera que veem de parte de idosos que não conheceram outros países / culturas:

«Geralmente os que têm mais racismo, são aqueles que nunca imigraram, nunca viajaram, então estiveram sempre em Portugal. Não conhecem outras culturas, e então, essas pessoas é que penso que são mais racistas, agora aqueles que já viajaram, já conheceram outras culturas, acho que não.»

Apesar de Lurdes o considerar é importante assinalar que a tese do “desconhecimento dos negros”, ou seja, a falta de convivência com negros é utilizada por muitos indivíduos e instituições para justificar os atos racistas que decorrem

quotidianamente em Portugal. Ao contrário do afirmado, tanto por Lurdes como por outros indivíduos e instituições, a convivência dos portugueses com os negros e africanos remonta, pelo menos, ao século XV. No entanto, essa convivência muito rapidamente se tornou numa relação repleta de violência e exploração.

Lurdes trabalhou na mesma IPSS que Joana e Mariana e também acabou por se despedir na sequência da constante pressão feita pela patroa: «É assim, porque eu trabalhei numa... Numa outra casa também durante sete anos, saí de lá por causa da pressão mesmo, pela... Da patroa.». Para Lurdes, o bem-estar dos utentes apoiados não era uma prioridade da patroa, mas sim a imagem da empresa interna e externamente, mostrando-nos que os cuidados prestados aos idosos não eram a prioridade, seguindo a lógica da mercantilização da geriatria.

Tendo em conta as más de condições de trabalho e relativamente ao tratamento recebido pelos idosos, Lurdes acha que a fiscalização e melhores salários para os trabalhadores seriam medidas importantes para a melhoria das condições de trabalho:

«Mais fiscalização. Fiscalização do tipo, mesmo para além daquilo que a gente faz, como é que os idosos são tratados, e isso não acontece. E muitas das vezes os funcionários têm medo de fazer queixa, têm medo de perder o emprego e aqueles que não fazem queixa, deixam de trabalhar e vão procurar noutra área. Então o governo devia fiscalizar mais essas casas, porque eu penso que há uma... Há... Não diria exploração, mas é um trabalho muito difícil e deviam... Quem trabalha nessa área devia ser bem pago.»

Lurdes analisa e reflete sobre o quão desumanizante é o sector de geriatria, ao reconhecer que em muitas situações os idosos encontram-se em condições deploráveis e que boas condições por responsabilidade das instituições. Para além disso, constata que as condições de trabalho, suas e das suas colegas, são altamente precárias e passíveis de despedimentos, em caso de queixa. Ao afirmar que deveria haver mais fiscalização, Lurdes critica também a ausência do Estado na fiscalização do trabalho e do serviço no sector.

5.2.2. «Os mapas mais pesados, mais confusões, põe a ti [mulher negra]. Nas brancas, não.»: Bruna, 47 anos (SCML)

Bruna nasceu na Guiné-Bissau e tem o 9º ano de escolaridade obtido em Cuba. Aos 22 anos começou a trabalhar no Ministério de Comércio da Guiné-Bissau no Gabinete de Importação e Exportação e no Gabinete de Inspeção Comercial.

Em 1994 muda-se para Portugal para se juntar ao marido. Na chegada a Portugal, o primeiro trabalho que teve foi como trabalhadora de limpezas no McDonald's, trabalho que teve de abandonar um mês depois pois era durante a madrugada. A passagem pela limpeza de carros numa bomba de gasolina, por uma pastelaria e apoio domiciliário são a sua experiência profissional em Portugal. Tal como muitas mulheres negras em Portugal, Bruna vê-se na encruzilhada de apesar de ter competências profissionais, o seu estatuto de imigrante e a sua raça serem um bloqueio e um mecanismo para que a sua descensão social se concretize e consolide. Cuban (2013, p.197) relata que uma análise conduzida em Londres confirma que as experiências profissionais e formação académica dos imigrantes não lhes conferem melhores condições de trabalho, pelo contrário, são empurrados para trabalhos menos qualificados; muitas das interlocutoras da investigadora experienciaram uma “desclassificação” social no seu processo migratório (Cuban, 2013, p. 198), como é o caso de Bruna.

Teve conhecimento da oferta de trabalho na SCML através de uma amiga, inscreveu-se, fez os testes psicotécnicos, foi entrevistada e recrutada. Trabalha no Apoio Domiciliário da SCML há cerca de 7 anos, e no momento da entrevista aguardava a alteração do seu regime de contratação de Recibos Verdes para Contrato de Trabalho. Aguardava com expectativa a finalização do processo de regularização do vínculo das trabalhadoras do Apoio Domiciliário da SCML, afirmando diversas vezes que o trabalho desenvolvido pelo partido Bloco de Esquerda no processo foi essencial²⁵. O contrato de trabalho permitir-lhe-ia ter mais direitos, sendo um deles o direito a férias que até ao momento lhe estava vedado.

²⁵ O Bloco de Esquerda foi um dos impulsionadores para o processo de regularização da situação laboral das trabalhadoras da SCML.

Explica que as suas tarefas diárias enquanto auxiliar de apoio domiciliário são árduas e que têm vindo a piorar com os anos. Apesar da preocupação com o bem-estar dos utentes, Bruna toma todas as precauções, que aprendeu com um terapeuta, para que na mobilização dos utentes mais pesados não se magoe.

A preocupação com o conforto dos idosos é algo que menciona várias vezes. Mesmo não recebendo pelas horas extras trabalhadas, justifica que as faz por se preocupar com os seus utentes e o seu bem-estar:

«Quando a pessoa vai a uma consulta eu fico com essa preocupação de que tenho de cuidar da pessoa. Alguns que estão de fralda e as colegas que vêm à tarde só chegam lá para as 19h, imagina essa pessoa ficar [com a fralda, várias horas]. Não pode ficar depois das 10h. Também temos de pensar no ser humano. Tratamos primeiro dessas pessoas, depois quem toma banho. Alguns temos de dar o pequeno-almoço, mas na boca. Nós fazemos por vontade própria. Vamos mais cedo para tratar dessas pessoas.»

O desconforto e dor que alguns idosos manifestam é-lhe difícil de lidar. Em algumas situações o apego aos utentes é tanto que no momento do seu falecimento vão ao seu funeral, como nos explicou. Bruna mostra-nos que apesar da lógica perpetuada da prestação de cuidados sem delicadeza e atenção, os idosos merecem ser tratados como seres humanos e não como mercadoria.

Outra das suas preocupações são as refeições distribuídas aos idosos. Considera que em várias situações a alimentação que os idosos têm acesso não é benéfica para a saúde e até em alguns casos está estragada ou crua:

«Por exemplo, hoje já recebemos de alimentação. Esta alimentação que eles recebem é refrigerada, às vezes é má. Nós vemos que a comida vem mal. Nós é que tratamos de dar a refeição e vemos às vezes que as refeições vêm com data mas já está com outro cheiro que já não dá. E as pessoas idosas não podem cozinhar uma galinha. Eu acho que frango era melhor para uma pessoa idosa. Já não têm dentes. (...) Trazem coelhos, eu acho que se possa dar cabeça de coelhos

àquelas pessoas. Não dá! (...) Às vezes a batata vem crua (...) São pessoas de idade, para poderem mastigar. Nem eu vou comer aquilo, imagina.»

A poupança com os gastos da alimentação dos idosos permite uma maior arrecadação de lucros por parte da SCML.

Relata que são vários os utentes que têm comportamentos racistas, não necessariamente através de comentários, mas pela diferenciação de tratamento com as trabalhadoras brancas. Demonstram que preferem ser ajudados por trabalhadoras brancas e em alguns casos chegam a pedir às assistentes sociais da SCML que não sejam atendidos por trabalhadoras negras, pedido ao qual as assistentes sociais não correspondem. As trabalhadoras entrevistadas por Cuban (2013, p.108) relataram ser vítimas de injúrias racistas por parte dos idosos, e que muitas vezes os mesmos recusavam ser tratados por trabalhadoras imigrantes.

Para além dos comportamentos racistas dos idosos, Bruna relata que existe um preconceito, tanto por parte dos idosos como das assistentes sociais, quando as trabalhadoras negras vestem os seus trajes tradicionais:

«Às vezes nessa altura, sabes que [as mulheres] guineenses gostam de vestir roupa [tecido africano]. E alguns são contra. Até as assistentes sociais e elas também comentam. (...) Eu já ouvi a falar na minha cara “Isto para toalha de mesa é que serve”. Cada um tem a sua cultura, cada um vive como é. Não temos de mudar a pessoa. E temos de aceitar como a pessoa é! A única coisa é respeito! É a nossa cultura, quem quiser pôr, tem de pôr. Claro, se um português sai daqui, e gosta de comer muito bacalhau, e vai lá fora quem é que lhe vai dizer para não comer bacalhau?! Então... Se ele está maluco, comeu um bacalhau à Brás, um bacalhau no forno, não sei quê.... Vais dizer que não?! É a cultura dele.»

Apesar da discriminação no local de trabalho, tanto por parte dos idosos, como das colegas e superiores hierárquicas – nesta situação refletida sobre o vestuário das trabalhadoras – é importante refletir como o simples ato de vestir determinada roupa, neste caso roupa de tecidos africanos, é um ato de resistência utilizado pelas

trabalhadoras para afirmar o orgulho nas tradições dos seus países de origem, tal como as vendedoras de peixe cabo-verdianas acompanhadas pela antropóloga Kesha Fikes (1998) que mantinham o uso de vestimentas tradições como forma de resistência à violência aplicada sobre elas.

Um episódio marcante, pouco depois da sua chegada a Portugal, foi uma agressão racista de que foi alvo por parte um patrão. Explica que era o seu segundo dia de trabalho numa pastelaria em Leiria, que lhe foi recomendado por uma amiga cabo-verdiana que também lá trabalhava, e que ao explicar ao patrão que não era cabo-verdiana e sim guineense o mesmo disse:

«“Ah foi lá que morreu o meu tio! Filha da Puta! Foi lá que morreu o meu tio! Põe-te daqui para fora! Eu não quero essa raça aqui!” (...) “Porque o meu tio morreu na Guiné, não quero nada, não quero nenhum guineense aqui!”».

Bruna foi verbalmente despedida e expulsa do local de trabalho durante a madrugada e sem forma de voltar para casa, foi através do apoio de um senhor brasileiro e uma amiga congoleza que conseguiu regressar a casa. Até hoje os dois dias de trabalho na pastelaria não lhe foram pagos. A luta armada pelo direito à autodeterminação dos territórios ocupados pelo imperialismo português iniciou-se em 1961, em Angola, e terminaram em 1975 com a proclamação da independência de Angola. Amílcar Cabral (2008 [1977]) explica que o intuito da luta pela independência nunca foi o ataque ao povo português – mas sim a construção de unidade e fraternidade entre nações – no entanto, a perda da “guerra colonial” por parte do exército português ainda tem repercussões na sociedade portuguesa.

Bruna crê que os portugueses têm os guineenses em muito pouca consideração em consequência da Luta de Libertação e da derrota do exército português:

«Então...Foi lá para dar e acabou por levar... Bem dado! “Ah vêm aqui na minha casa para me matar?! ‘Não. Só se não conseguir!” [Acho que é por isso que eles não gostam dos guineenses...] É, é! Sim, aqui nos PALOP, nós somos os últimos. Pela forma como nos tratam, pode crer.»

A resistência dos guineenses contra a ocupação colonialista portuguesa durou cerca de 50 anos, para além disso, os avanços e conquistas da luta de libertação tiveram um grande impacto na derrota do imperialismo português (Cabral, 2008). Mesmo com a superioridade de material militar do exército português, a luta armada na Guiné-Bissau, liderada por Amílcar Cabral e PAIGC e com a participação massiva dos camponeses impactou severamente, tanto a economia portuguesa como a própria moral do exército português, tornando-se «como disse um jornalista do “Times” de Londres, numa feliz expressão, “o calcanhar de Aquiles da política colonial portuguesa» (Cabral, 2008, p. 110; Davidson, 1975).

A organização da luta, a confiança do povo guineense na liderança do PAIGC e a sua participação na luta foram essenciais para a vitória da luta armada. A memória da luta armada e expulsão do imperialismo português ainda teve repercussões na construção da identidade guineense. Bruna demonstra o seu orgulho que é pertencer a uma nação que lutou pela sua emancipação, apesar de todos os atos discriminatórios que tentam fazer crer que os africanos são inferiores aos europeus, mais particularmente, inferiores aos portugueses.

Para além deste episódio, relata-nos que também foi vítima de assédio moral por parte do genro de uma utente por motivos que até hoje não compreende:

«(...) Eu já sofri isso por uma família... Não sei se ele me confundiu com outra pessoa. No princípio, era da sogra que íamos tratar... O senhor não gostava de mim por nada deste mundo (...) No princípio, a mulher dizia “Não sei se ele confundiu com outras pessoas, não lhe liguês, porque eu com ele não temos nada”, mas depois a mulher começou a falar mal comigo e a Doutora tirou-me de lá. Porque ele um dia disse-me: ‘Ah, eu te conheço!’ e eu disse: “Eu conheço-te?! Não te conheço de nenhum lugar...” mas ele é genro.... Ficou assim, a falar aquilo, e eu depois percebi. Cada vez que eu vou lá e ele exalta-se e várias vezes, com nervos, assim... Eu deixo-lhe estar, trato da Senhora e vou-me embora... Mas ela já faleceu... Depois deixei de ir aquela casa.»

Explica também que o assédio sexual por parte dos utentes não é raro, que em algumas situações chegam mesmo a pedir às trabalhadoras para que tenham relações sexuais. As assistentes sociais tendo conhecimento da situação medeiam a situação com o utente, mas o utente continua atribuído à mesma trabalhadora. A vulnerabilidade a que as trabalhadoras estão expostas faz com que se vejam obrigadas a permanecer vítimas de diversas formas de abuso e exploração, que se podem evidenciar de diversas formas, entre elas, o assédio sexual.

A violência a que as trabalhadoras estão expostas e o descaso, e de certa forma conivência, dos superiores hierárquicos é notório e confirma a desproteção a que estão sujeitas quotidianamente. O estatuto social das trabalhadoras e a vulnerabilidade a que estão expostas são uma intersecção de género, classe e raça (Aronson & Neysmith, 1996). Algumas das interlocutoras de Cuban (2013, p.54) relataram que com a mudança para a privatização dos serviços de geriatria, invés de serem coordenados por serviços sociais ou públicos, a sua vulnerabilidade e exposição a diversos abusos aumentou.

Para Bruna, a racialização no seu local de trabalho é evidente, tanto na percentagem de trabalhadoras brancas *versus* trabalhadoras negras e brasileiras, como também, na própria distribuição de tarefas que considera ser desproporcional entre trabalhadoras brancas e negras / brasileiras, sendo que as últimas são as que ficam com as tarefas mais pesadas e difíceis. Aliás, explica que todas as trabalhadoras se apercebem disso, mas que não o mencionam por medo de represálias e que apenas o comentam entre si.

Deguili (2016) explica que em vários países, o sector de geriatria – com a falta de investimento do Estado – tem vindo a tornar-se cada vez mais barato e mais flexível, daí serem as mulheres imigrantes e negras a desempenhar maioritariamente essas tarefas. Como exemplo, relata-nos que nos EUA é uma combinação de trabalhadoras imigrantes e de “minorias étnicas”. O uso de força de trabalho de trabalhadoras negras permite às famílias e/ou instituições poupar dinheiro, tendo em conta que são a força de trabalho mais barata. Faz também com que o Estado não seja obrigado a disponibilizar investimento, uma vez que o cuidado dos idosos é feito por trabalhadoras precárias.

Bruna não concorda com a opinião de que é dito que as trabalhadoras negras são menos delicadas. Na sua experiência com os idosos sempre ouviu elogios afirmando

que as trabalhadoras negras e africanas são as mais afáveis e alegres, o que não deixa de ter laivos racistas:

«Os idosos eles é que dizem “A vossa cor é que nos trata melhor”. Se há coisa no Apoio Domiciliário, somos nós. “Vocês trazem alegria e tratam bem, melhor que a nossa [cor de pele].” (...) Sim, nós temos a fama. (...) Mas a maioria diz “Ah, vocês são diferentes, vocês vêm aqui e tratam uma pessoa com o coração, vocês são delicadas, trazem aquele amor, carinho.” [E porquê é que acha q as pessoas têm essa opinião?] Pela forma de tratar porque nós sempre fomos assim. Por exemplo, os guineenses têm aquela forma, não é só quando a pessoa é da tua família que a tratas bem. (...) Nós somos assim e eles sentem. E sentem aquele afeto. Conversamos, dou a mão, dou não sei quê... E alguns quando não têm coisas, nós procuramos comprar com o nosso dinheiro. Sabe isso?! E eles “Ah, deixe estar aí.” [A Santa Casa devolve o dinheiro?] Não, nem falamos disso. Às vezes, vemos que aquele tem pouco dinheiro, nem é preciso falar. Só ajudar naquele momento e já esquecemos. Eles até falam “Alegria, são vocês que trazem.” [Só dizem isso sobre as trabalhadoras guineenses?] Não, negras, africanas. Estou a falar, geralmente, africanas. Que nós trazemos aquela alegria e tratamento bom, de coração. Não é só guineense. Africano.»

Independentemente, de ser ou não, uma opinião generalizada entre idosos, Bruna considera que as trabalhadoras africanas, ao contrário das europeias, desenvolvem e mantêm relações de afeto com os idosos contrariando a lógica da simples prestação de serviços imposta pela mercantilização da indústria do cuidado.

Aronson e Neysmith (1996, pp.70-71) explicam que nem sempre as trabalhadoras cumprem com estritamente as tarefas colocadas, ultrapassando muitas vezes as barreiras entre o formal e informal. Há grande preocupação em personalizar o tratamento ao utente, contrariando a lógica de produção e standardização de tratamento. A pressão moral de saber que se é a única “salvação” do idoso faz com que desempenhe determinadas funções que estão fora da sua obrigação laboral. Os autores explicam que, estando isoladas na residência do idoso e sabendo as dificuldades do mesmo, as trabalhadoras sentem-se responsáveis a desempenhar determinadas tarefas

que não fazem parte das suas obrigações. Estas condições são perfeitas para extrair trabalho que ultrapassa as suas obrigações, como é o caso de Bruna ao comprar objetos em falta para os idosos sabendo que não receberá retorno financeiro.

5.2.3. «O piso dois é só para umas certas funcionárias: Brasileiras e Africanas»: Joana, 29 anos (Casa Particular)

Joana é a mulher mais nova das entrevistadas, tem 29 anos. Nasceu em São Tomé e Príncipe e chegou a Portugal no final de 2009 com o objectivo de terminar os estudos. Infelizmente, quando chegou, sentiu a necessidade de apoiar financeiramente a tia com quem vivia no Porto e começou a trabalhar como trabalhadora das limpezas. Alguns anos depois conseguiu estabilizar-se financeiramente e legalizar-se no país e pôde terminar o ensino secundário, com o curso de auxiliar de infância.

Atualmente, vive em Corroios e trabalha numa casa particular a cuidar de uma idosa. Este não foi o primeiro trabalho que teve enquanto auxiliar de geriatria. O primeiro, foi para cobrir a baixa médica de uma prima que trabalhava num Centro Dia. Todos os outros trabalhos que teve nas limpezas de escritórios, bares, limpezas na hotelaria, eram trabalhos esporádicos que não lhe permitiam estabilidade financeira, daí ter-se voltado para a geriatria. A expansão dos serviços, e a oferta de trabalho imigrante e negra contribuíram para uma flexibilização dos direitos laborais dos trabalhadores imigrantes (Peixoto, 2006; Pereira, 2010).

Apesar de não ter qualquer tipo de queixas das condições do trabalho atual, o trabalho anterior foi numa IPSS no centro de Lisboa. Acabou por se despedir dada a pressão feita pela patroa e falta de condições de trabalho. Aponta várias críticas a esse trabalho: salário baixo, falta de materiais de apoio aos idosos sem prejudicar a saúde das trabalhadoras, má organização de horários de trabalho, constante rispidez, descaso com a saúde das trabalhadoras, falta de flexibilidade da patroa e elevada rotatividade de trabalhadoras.

Mesmo sendo muito jovem, já teve vários problemas de saúde em consequência do esforço físico que tem de fazer no trabalho. Explica que tinha sido mãe recentemente e que, mesmo assim, era obrigada a mobilizar idosos pesados. Isso teve um grande

impacto nas suas costas e dores, obrigando-a a medicar-se e a ficar de baixa. Mesmo tendo justificação médica, explica que a patroa não fez qualquer tipo de alteração na distribuição do trabalho e não mostrou qualquer tipo de interesse na melhoria do seu estado de saúde.

Joana afirma que as atitudes conflituosas da patroa não eram claramente racistas, mas que acabavam por ser, porque apenas se dirigia daquela forma às trabalhadoras brasileiras e negras. Relata ainda que uma trabalhadora portuguesa branca tinha um tratamento especial relativamente às trabalhadoras negras. Esclarece-nos, por exemplo, que os utentes estavam divididos entre dois pisos, sendo que essa distribuição não era equilibrada ficando o segundo piso sobrecarregado. A trabalhadora branca, mesmo estando atribuída ao segundo piso, raramente cumpria com as suas obrigações recaindo o trabalho muitas vezes sobre as trabalhadoras negras e brasileiras:

«O piso dois é só para certas funcionárias. (...) Africanas “vão lá para o piso dois”, brasileiras “vão lá para o piso dois”, ela não troca de piso (...) E aquela era a que menos peso carregava, muito menos fazia quartos, percebeu?! Apenas fica na sala onde as coisas são mais fáceis. Ela não vai mesmo, e ela, invés de... Não tem modos, por isso se está a te chamar para pedir um favor, ela não chama, ela grita, tipo que ela que manda. E ninguém diz nada.»

A patroa mesmo tendo conhecimento da situação nada fez para o alterar. Yeates (2012, p.43) descreve que na Arabia Saudita há uma hierarquia racializada entre enfermeiras europeias e enfermeiras filipinas, sendo que as últimas trabalham mais horas e as primeiras tendem a ter posições mais especializadas e melhores salários, mesmo que as qualificações sejam mais baixas. Joana, ao relatar-nos a história corrobora a análise da hierarquização racial de Yeates (2012). Em testemunhos recolhidos por Cuban (2013, p.106), trabalhadoras imigrantes do sector de geriatria relatavam ter os piores horários, clientes mais difíceis e tarefas mais árduas.

Nesta IPSS Joana pôde cuidar de dois idosos negros, uma senhora angolana acamada e um senhor guineense. Joana explica que presenciou várias situações em que

o idoso foi vítima de racismo por parte dos outros idosos, o que fez com que o mesmo se isola-se dos outros e passasse mais tempo a pintar:

«A relação dele com os utentes, mesmo de lá chamam-lhe de preto, já presenciei um senhor. Ele até não tem duas pernas, eu estava a fazer-lhe a higiene, e ele disse “Ah, quem faz xixi aqui na casa de banho do chão, esse preto”. (...) Eles estão sempre a dizer “Ah, esse preto não sabe estar na mesa”, “Esse preto não toma banho”, “Esse preto”, é sempre a mesma coisa. (...) Até no quarto que ele está a dormir, diz o outro senhor “Ah, eu agora estou num coiso, estou lá a deitar com esse preto”.»

Declara que a patroa ou as superiores hierárquicas, mesmo assistindo a este tipo de situações nada faziam. Explica que estes tipos de situações não aconteciam com a senhora angolana porque a mesma tinha um tom de pele mais claro o que poderia deixar os restantes idosos confusos relativamente à sua identidade étnico-racial. Sendo a imigração africana em Portugal a mais antiga, o envelhecimento da população imigrante é também bastante visível. Outrora jovens na chegada ao país, estes idosos não concretizam, por diversos motivos, a ideia de regresso ao país de origem e permanecem em Portugal (Machado & Roldão, 2010). Com o aumento das percentagens de idosos negros em Portugal, aumentará também o seu acesso a serviços de geriatria em lares, onde poderão, como o caso relatado por Joana estar expostos a diversas situações de racismo, tanto por parte de idosos brancos como de chefias. Contudo, como mostram Machado e Roldão (2010), as dificuldades financeiras pesam e muitos ficam a cargo das famílias.

Esteve cinco anos neste trabalho e explica que o que a fez aguentar a pressão da patroa e as faltas de condições foram as colegas que considerava família. Mas a gota de água foi a alteração do seu horário de trabalho que não lhe permitia conciliar com os horários da escola do filho. Apesar da necessidade de Joana prestar apoio ao filho, o pedido à patroa foi recebido com indiferença e descaso, obrigando-a a despedir-se. A patroa surpreendida com tal informação questionou qual o motivo de despedimento ao qual Joana respondeu «eu não ganho pra pagar ama e pra pagar creche».

5.2.4. «Mas nós, brasileiras, já temos a fama de putas e ladras, principalmente putas, né?!»: Manuela, 47 anos (SCML)

Manuela é a única mulher entrevistada que nasceu no Brasil. No Brasil tinha tido trabalhos que podem ser considerados mais qualificados, trabalhou enquanto lojista numa joalheria, como administrativa num escritório e posteriormente enquanto professora. Licenciada e professora de Geografia no seu país, sentiu a necessidade de mudar a sua vida pessoal. Depois de uma breve visita, mudou-se definitivamente para Portugal, apesar da Alemanha continuar a ser o seu país predileto, mas a língua é um entrave: «A minha vida era muito certinha, trabalhava... Terminei a faculdade, trabalhava e pronto, não tive sorte no amor e vim para cá.»

No terceiro dia de estadia em Portugal, teve conhecimento de uma vaga de emprego num lar através de uma senhora portuguesa que conheceu num café. Foi contractada e no prazo de dez meses conseguiu legalizar-se, acha que o seu processo de legalização foi breve tendo em conta a demora atual.

A transição de um trabalho qualificado, enquanto professora, para auxiliar de geriatria foi difícil, mas atualmente não alteraria de trabalho:

«[suspiro] Olha, não foi fácil, mas também não foi (...) Era complicado, porque os cocôs... Mas, olha, quando a gente quer algo, tem um objetivo e quer alcançá-lo temos de nos sacrificar, né?! E pronto, e parei assim, se eu quisesse vencer tinha que encarar o que aparecesse, e encarei, depois me habituei. Hoje não quero outro trabalho que não seja velho. [risos]».

Manuela relata os comentários racistas de que é alvo por ser brasileira:

«Às vezes mandam... Porque eu sou brasileira, “volta pra tua terra” (...) “Não gosto das brasileiras” (...) Mas nós, brasileiras, já temos a fama de putas e ladras, principalmente putas, né?!».

Apesar dos constantes ataques, normalmente tenta não fazer caso dos comentários, relativizando com idade dos utentes. Aronson e Neysmith (1996, p.72) relatam que muitas suas interlocutoras, trabalhadoras no sector de geriatria, ao serem vítimas de ataques racistas utilizavam as mesmas ferramentas que no seu quotidiano: não fazer caso ou justificando a situação consoante a idade do idoso. É importante contextualizar o impacto que o racismo e o sexismo tem na vida dos seus visados e neste caso Manuela utiliza a estratégia de não processar a violência a que é exposta como forma de resistência.

Mesmo já tendo reclamando junto dos superiores, Manuela queixa-se que os horários rotativos interferem com a sua vida pessoal, principalmente por ser mãe solteira de um rapaz, e com o seu bem-estar físico e emocional:

«[suspiro] O sono. Por exemplo, como eu te disse, não dormi nem sequer quatro horas seguidas. (...) [Seria bom] Ter pelo menos duas folgas seguidas. Principalmente para quem faz turnos rotativos e faz noite. Folgo durante o dia, por exemplo ontem, durante manhã e tarde não vi casa, mas entrei às 11h, e hoje saí de manhã. Hoje de manhã, supostamente, eu já trabalhei, mas é considerado como que eu estou de folga. Eu vou estar de folga amanhã. Então eu fiz quatro manhãs, mais uma noite, e eles consideram que eu estou de folga, por dois dias, e pronto, estou aqui.»

A distribuição de folgas de forma mais equilibrada, juntamente com melhores salários seriam uma mais valia para a melhoria das condições de vida das trabalhadoras de geriatria.

5.2.5. «Porque quando este serviço iniciou em Portugal, nenhuma branca queria trabalhar com idosos porque tinham nojo, não gostavam do serviço e portanto, a Santa Casa as únicas que apareciam como candidatas eram negras (...): Maria, 52 anos (IPSS)»

Maria nasceu em Cabo Verde, a família imigrou para Angola, algum tempo depois voltou para Cabo Verde e com cerca de dez anos de idade vieram para Portugal. Os pais decidiram imigrar para Portugal dadas as dificuldades económicas em Cabo-Verde.

Ao contrário do mito do “Portugal acolhedor”, Maria afirma que:

«Nós vivíamos num sítio onde não tinha negros, éramos os únicos e morávamos mal porque as pessoas não alugavam casas a negros, a pessoa com família negra e ainda com família grande... Pra mim a família grande não era desculpa porque havia lá pessoas com famílias maiores que os meus pais e moravam em casa alugada, e se calhar até com menos condições pra pagar.»

Tendo em conta as condições financeiras da família, Maria começou a trabalhar por volta dos 16 anos de idade na restauração. Para além da restauração, trabalhou nas limpezas, num arquivo de fotografias de um museu e como administrativa numa empresa de comércio e no porto de abrigo de Sesimbra. Teve conhecimento do sector de geriatria depois de se ter mudado para Lisboa e contactar uma assistente social da SCML para conseguir uma creche para as filhas. Para além de encaminhar as filhas para a creche, a assistente social reencaminha Maria para um curso de geriatria na SCML. A partir da frequência do curso foi contractada. Mesmo tendo experiência profissional noutras áreas, a descensão social de Maria foi imposta pelos serviços da SCML, muito possivelmente por ser uma mulher negra.

Maria é sindicalizada pois considera que os sindicatos são fontes importantes de conhecimento relativamente aos direitos dos trabalhadores, mas tece duras críticas aos sindicatos. Considera que têm sido feitos avanços na luta pela melhoria das condições de vida das trabalhadoras do sector do trabalho doméstico, mas que não há trabalho feito e até uma certa negação relativamente às questões raciais e às mulheres negras no mercado de trabalho.

Relata uma situação em que foi colocada de “castigo” nas limpezas das casas, por se recusar a tratar sozinha de um utente com mais de cem quilos. Entrou em contacto com o sindicato e afirmou estar a ser vítima de racismo e pediu apoio para apresentar queixa, pedido ao qual o sindicato não respondeu:

«Não fizeram nada. Nem sequer responderam. Eu até fiz isso por *email*, mas nem sequer responderam. No tribunal ainda menos, nem mencionaram isso. Eu acho que o advogado nem sequer me soube defender porque mesmo que ele não mencionasse o racismo, o facto de eu ter pedido apoio para tratar de um idoso de cento e tal quilos (...)Nem puseram, nem me chamaram para nós conversarmos porque é que eu achava que era racismo, nem sequer quiseram discutir isso.»

Das interlocutoras é a única sindicalizada, as restantes consideram que não havia mais valias na sua sindicalização o que nos pode conduzir para tese de que os sindicatos não debatem nem têm programa para a questão da trabalhadora negra em Portugal.

Afirma que o apoio domiciliário em Portugal apenas se desenvolveu pois foi desempenhado, desde o início, por mulheres negras:

«Porque quando este serviço iniciou em Portugal, nenhuma branca queria trabalhar com idosos porque tinham nojo, não gostavam do serviço e, portanto, na Santa Casa, as únicas que apareciam como candidatas, eram negras (...)».

Ao escrever sobre o aumento de trabalhadores imigrantes no sector de geriatria, Cuban (2013, p.86) descreve que os trabalhadores britânicos viam o trabalho de geriatria como um trabalho de baixo nível, daí os recrutadores investirem na procura de mão de obra imigrante, trabalhadoras que eram obrigadas a tolerar condições mais difíceis.

As relações com as suas colegas de trabalho também são repletas de obstáculos e preconceitos, apesar das várias tentativas da sua parte. Observa que as interações das colegas brancas para com as trabalhadoras negras são atravessadas por preconceitos e tendem a expressar o seu racismo subtilmente. Maria relata-nos, no entanto, um episódio racista não tão subtil:

«Que foi mais visível foi o facto de uma colega ter tido problemas com uma moça santomense que esteve lá a estagiar. Ela tinha possibilidades de ficar, mas não ficou porque teve uma discussão e houve agressão dentro da instituição. E isso

tudo porquê?! Porque a branca via a negra vestida assim e assado e punha-se a criticar, e a outra fazia o mesmo para picar, porque via que ela ficava diferente, e quando houve qualquer coisa que nem sequer dei conta, pegaram-se. (...) A moça foi mandada embora porque ela estava a contrato... Já não lhe renovaram [o contrato].»

Maria considera ser uma boa profissional, que contribuiu para uma boa imagem do trabalho desenvolvido pela IPSS, mas acredita que não progride na carreira por ser negra. Mesmo tendo a formação na área de geriatria não tem uma categoria profissional diferente das restantes trabalhadoras e tem conhecimento de situações de trabalhadoras que não tendo as suas competências conseguiram progredir na carreira. Para além do 12º ano de escolaridade e da formação de geriatria, tirou um curso profissional Gestão e Organização de Empresas e por esse motivo pediu a oportunidade de ganhar experiência na área, pedido este que lhe foi negado pela entidade empregadora:

«“O que a Maria queria era trabalho de administrativa.” Trabalho de administrativa, não. Eu tenho capacidade para mais do que trabalho de administrativa. Eu tirei um curso de Gestão e Organização de Empresas, portanto, se eu quisesse seria contabilidade. Agora, o Senhor está aí a defender a sua administrativa, mas muitas vezes eu tenho de andar atrás das leis para recolher aquilo que a sua administrativa deveria saber para fazer bem o seu trabalho.»

Para além de considerar que as suas competências não são reconhecidas no seu local de trabalho, Maria afirma que a instituição aposta mais no recrutamento e boas condições salariais das técnicas do que das trabalhadoras do apoio domiciliário. Considera também que as técnicas não são boas profissionais e que não têm os interesses das trabalhadoras do apoio domiciliário em conta:

«Elas não resolvem nada. Eu lembro-me perfeitamente de uma colega que estive lá, que teve problemas de assédio com o marido de uma utente, queixou-

se sempre e ela nunca fez nada. A técnica foi pra casa desse utente por causa de um recibo de mensalidade, eles estiveram ali uma “faiscazinha” e ela cortou logo o apoio domiciliário do utente. E isso até nem é tão grave quanto aquilo que aconteceu com a colega.»

5.2.6. «É assim, a primeira vez que morreu um eu chorei, chorei, chorei, chorei, parecia que tinha morrido alguém da minha família.»: Mariana, 39 anos (Empresa Privada)

Mariana chegou a Portugal em 2000, para fugir da guerra civil em Angola e das implicações da mesma a nível social e económico veio juntar-se à mãe e irmãs. Como se encontrava grávida quando chegou a Portugal, teve ainda algum tempo sem trabalhar. Das experiências profissionais que teve, podemos nomear: trabalhadora de limpezas, ajudante familiar em que cuidava de um bebé e auxiliar de geriatria. As mudanças que foi fazendo entre trabalhos estavam relacionadas com incompatibilidade com os horários da creche do filho e por ser trabalhadora-estudante.

Mariana trabalha na área de geriatria há sete anos. A sua experiência enquanto auxiliar de geriatria iniciou-se quando precisou de prestar apoio à sua avó que se encontrava doente:

«A minha avó ficou doente (...) E como eu na altura tinha um bebé pequeno, então fiquei a tomar conta da minha avó. Quando a minha avó voltou pra Angola, foi quando arranjei o primeiro trabalho na área de geriatria. Então passei por empregada de limpeza, ajudante familiar, e depois pronto.»

Nos seus 7 anos de experiência na área de geriatria apenas prestou apoio a três idosos negros. Ri-se quando nos relata que a idosa negra de quem cuida atualmente aproveita-se do seu estatuto para exigir cuidados extra às trabalhadoras negras:

«Ali onde eu estou, aquela também é outra aproveitadora. [risos] Quando nos vê, aí, pede tudo e mais alguma coisa, não pede a umas e quando nos vê, pronto. (...) Não, isso quando vê lá as pretas, pronto, aproveita-se. [risos] Há coisas que

ela não pede às brancas e aproveita... [risos] (...) Pronto, aproveita-se da gente, como quem diz “você como são da minha cor então” [risos]».

Mariana trabalhou durante seis anos na mesma IPSS que Joana e Lurdes e tal como as ex-colegas também se despediu pela constante pressão da antiga patroa, mas o seu caso foi o mais grave:

«[E qual foi o motivo pelo qual saiu do sítio onde estava?] Ali foi porque tive problema com a patroa. Ah, filha, andámos quase à chapada. [risos] Ah, ok. [risos] Ali foi mesmo com a patroa. Ah, ela era um bocado coiso, né, assim um bocado, pronto, gostava das coisas, tudo tem que ser assim, tem que ser assim e assim. Tem que ser a essas horas, tem que ser dessa forma, era tudo assim muito na linha, pronto. E depois era uma pessoa também que quando viesse para falar, falava como bem queria e lhe apetecia.»

A situação foi a gota de água, despediu-se e apresentou queixa por agressão contra a patroa. No momento da entrevista, tinha a informação da condenação da ex-patroa pelo Ministério Público, mas tendo em conta que ainda havia a possibilidade da acusada recorrer, aguardavam o veredicto.

Os vários anos de experiência permitem-lhe encarar o cuidado e a iminente morte dos idosos com maior distanciamento emocional, mas explica que nos primeiros meses de trabalho a morte dos idosos tinha um grande impacto emocional sobre si:

«É assim, a primeira vez que morreu um eu chorei, chorei, chorei, chorei, parecia que tinha morrido alguém da minha família. Achava insensível as pessoas estarem a ver o outro que está a morrer...»

5.3. As mulheres negras como a força de trabalho ideal para a maximização de lucros: a intersecção de classe, raça e género no sector de geriatria

O cuidado de idosos apesar das particularidades de cada instituição/empresa, consoante a informação disponibilizada pelas trabalhadoras entrevistadas, tende a focar-se no apoio à realização da higiene pessoal de idosos, limpeza de habitações, confeção de refeições, deslocações ao exterior e até administração de medicação:

«É assim, a gente faz tudo, desde alimentação, cuidar da roupa, o cuidado do lar e cuidar dos idosos.» **(Mariana, 39 anos, Empresa Privada)**

Os horários são entre as 35h e as 40h semanais, mas nem todas têm horários fixos. Podem diferenciar entre horário fixo e folgas rotativas (Lurdes) e folgas e horários rotativos (Manuela e Mariana). Mariana explica os impactos negativos que a constante alteração de horários e de folgas têm tanto a nível físico e mental como na família, principalmente por ter filhos menores:

«Por exemplo, a gente às vezes trabalha três manhãs, depois fazemos uma noite, depois saímos de folga. Depois quando voltamos, por exemplo, podemos trabalhar três tardes, uma noite e vamos de folga. É assim, vai variando assim. Ou então, por exemplo, podes trabalhar duas manhãs, uma tarde... Porque como somos muitas o patrão tem de estar a equilibrar as manhãs e as tardes para dar para todas. (...) [E normalmente fazer.... Fazer noites afeta o seu sono, ou afeta a sua...] É assim, eu acho que chega a um ponto em que a pessoa já está.... Acaba por estar já acostumada, o organismo acaba por se acostumar, porque assim, quando... A única diferença que, que eu notei, é, por exemplo, quando faço noite, mas também a pessoa vai já se preparando, por exemplo, eu quando sei que amanhã vou fazer noite, hoje por exemplo já não durmo muito cedo, já durmo mais ou menos assim um bocadinho mais tarde pra chegar no dia seguinte e não ficar muito mole.» **(Mariana, 39 anos, Empresa Privada)**

A constante mudança de horários não permite a consolidação de uma rotina diária e impacta a saúde das trabalhadoras, como por exemplo o sono. Para além disso, prejudica a sua participação na vida familiar. Shutes and Chiatti (2012) relatam que os vários padrões entrevistados mostraram dificuldades em contratar trabalhadores britânicos por se recusarem a trabalhar em horários rotativos e em condições precárias.

Os salários praticados nas diferentes entidades patronais rondam o Salário Mínimo Nacional (SMN), independentemente do regime com Contrato de Trabalho ou a Recibos Verdes. Os salários são estabelecidos consoante os anos de carreira / categoria profissional e não são influenciados pelo facto das trabalhadoras terem formação ou não de geriatria. Apesar do constante aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, este facto não se traduz num aumento salarial, mantendo-se a sua superexploração. Dados de Eugénio Rosa (2020) confirmam que em 2019 a percentagem de mulheres a receber o SMN atingia os 36% enquanto que a percentagem de homens que recebem o SMN estava nos 21%, permitindo desta forma que os padrões mantenham as suas percentagens de lucro.

As horas extras também são uma realidade para pelo menos três das trabalhadoras: Mariana explica que as horas extras são retribuídas em folgas, por outro lado, Bruna explica que apesar das horas extras não serem pagas a trabalhadores em regime de Recibos Verdes, as trabalhadoras fazem-nas por compaixão pelos utentes:

«Horas extras fazemos pelo nosso coração (...) Às vezes não há tempo para almoçar.» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

Shutes and Chiatti (2012), relatam que das trabalhadoras imigrantes entrevistadas 20% trabalhava entre 9 a 12 horas/diárias e 26% trabalhava mais de 12horas/diárias. Mesmo que essas horas sejam feitas por compaixão aos idosos, é-lhes extraído trabalho e valor. No caso de Joana, a casa particular onde trabalha atualmente não a obriga a fazer horas extras, mas no trabalho anterior que tinha numa IPSS, era pressionada e obrigada pela patroa, a fazer horas extras:

«Se falta alguém, ela não pergunta se pode, ela diz exatamente “Diz à fulana que ela tem que prolongar”, já aconteceu aa colega dizer “Não, eu não posso

prolongar porque eu tenho isso, tenho aquilo”, [e a patroa responde] “Não quero saber, tem que prolongar, tem que prolongar”.» **(Joana, 29 anos, Casa Particular)**

No que toca a faltas, os sistemas diferem entre as entidades patronais: Maria, Joana e Bruna explicam que em caso de faltas as mesmas são descontadas nas férias ou salário. Joana explica que por motivo de doença do filho, e posteriormente, por motivo de doença teve a necessidade de faltar ao trabalho e que mesmo assim foi-lhe descontado do salário mesmo apresentado justificação médica nos dois casos. Bruna esclarece que quando necessário trocam os horários para que possam comparecer aos seus compromissos, apenas em casos extremos são retirados dias de férias. Por outro lado, Manuela explica que apresentando justificação não há qualquer represália e Lurdes não opina pois nunca teve a necessidade de faltar. Mariana expõe a solidariedade entre colegas na necessidade de troca de horários para que não saiam penalizadas.

Todas as entrevistadas indicaram que as entidades patronais não disponibilizam guindastes para a mobilização dos idosos. Bruna explica que, a título excecional, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza os guindastes para utentes acamados e obesos, no caso de utentes obesos, raramente, são enviadas duas trabalhadoras, processo que Bruna afirma ser recente:

«Eu quando entrei era assim, mas agora já é muito difícil. Acamados que não podem ser ajudados por uma pessoa, aí é que eles arranjam mais uma colega. Mas sempre foi, na Lei têm de ser duas pessoas. Mas aquele mesmo obeso, obeso que tu não aguentas fazer sozinha, tem de ser mesmo uma colega a ajudar. Nem a higiene consegue fazer porque tem de virar a pessoa de cama, às vezes ele não consegue virar bem, tem de estar uma colega a segurar para fazer a higiene, para lavar bem o rabo, as costas...» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

O facto de haver apenas uma trabalhadora por idoso é uma ferramenta utilizada para garantir a poupança de custos e maximização de lucro. O método de competição faz com que cada vez mais as trabalhadoras tenham mais utentes para atender e menos

tempo para despender com cada um deles, perpetuando-se assim uma aproximação da "McDonalização" do cuidado em que são exploradas a eficiência e produtividade das trabalhadoras e oferecida menos a qualidade do serviço (Deguili, 2016). Aronson e Neysmith (1996) relatam casos em que as trabalhadoras apenas têm dez minutos para o tratamento de cada utente.

Não é apenas Bruna que relata esta situação, tanto Mariana como Maria, confirmam que apenas em casos excepcionais são enviadas duas trabalhadoras para cuidar de um idoso mais pesado. Apesar de todas identificarem a necessidade e urgência de compra de guindastes, todas as entidades patronais afirmam que a falta de verbas é a razão pela qual não se avança para a compra. Esta falta de materiais, que auxiliem na mobilização dos idosos sem prejudicar a saúde dos(as) trabalhadores(as), tem um grande impacto físico sobre as trabalhadoras, causando dores de costas, problemas de coluna, tendinites e até vertigens. Chegando ao caso mais extremo, em que duas trabalhadoras se viram obrigadas a ficar de baixa médica. A lógica da maximização do lucro imposto pelas empresas e/ou instituições desgasta rapidamente a saúde física das trabalhadoras.

O cuidado de idosos com potenciais doenças infectocontagiosas é alto, todas as entrevistadas confirmaram que nunca têm acesso à ficha médica dos utentes. Esta ficha é restrita a médicos e enfermeiros, sendo que em casos de doentes contaminados apenas são informadas de que devem utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Mariana explica que no local de trabalho os cuidados passam por lavar constantemente as mãos, loiças separadas dos utentes, casas-de-banho separadas, espaços de arrumação diferentes, a lavagem das batas também é separada mas que nunca têm acesso às fichas médicas, e que tem conhecimento de uma colega que ficou infetadas, mas nunca se soube se foi contaminado através de um utente. O desconhecimento, e falta de acesso às fichas médicas dos doentes, confirma o descaso das entidades patronais para com a saúde das trabalhadoras.

Para além do contacto com doentes, o contacto com produtos de limpeza, possivelmente tóxicos, é uma constante. De todas as entrevistadas, apenas Maria considera que os produtos utilizados são tóxicos para a saúde. Apesar de Maria ser a

única que considera os produtos utilizados no quotidiano nos locais de trabalho tóxico, é importante salientar que os mesmos são nocivos para a saúde.

«Por vezes sim, quando utilizamos a casa de banho, para lavar a banheira, por exemplo, Sonasol, já é um produto tóxico, né, eu mesma, a mim faz-me dor na vista. E a lixívia, são esses os produtos que assim... Que são assim mais tóxicos.»

(Maria, 52 anos, IPSS)

5.4. O reforço da racialização no local de trabalho: micro-agressões a trabalhadoras e utentes negros

As trabalhadoras descrevem que apesar dos seus locais de trabalho terem alguns homens, a maioria são mulheres. E entre as mulheres, as mulheres negras e brasileiras são uma evidente maioria:

«É africana, brasileira, portuguesa tinha uma ou duas. (...)Pelo menos quando eu entrei lá, a equipa era quase toda africana, se tivesse portuguesa era uma ou duas só. Mas a equipe lá era só mesmo africana.» **(Joana, 29 anos, Casa Particular)**

«Brasileiras, mulheres, negras e brasileiras. Portuguesas, tem, mas são poucas. A maioria são africanas e brasileiras.» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

Tal como os trabalhadores indianos das Tecnologias de Informação na Alemanha entrevistados por Amrute (2014), que são considerados mão-de-obra mais eficaz e barata para os patrões – independentemente da sua formação e experiência profissional – e apenas contratados por serem considerados capazes de desenvolver rapidamente trabalhos de *coding*. O imaginário discriminatório sobre os indianos é evidente, por serem considerados muito espirituais, capazes de trabalhar horas extras, sem recompensas e incapazes de desenvolver trabalho criativo. A investigadora explica como os processos de racialização dos trabalhadores são desenvolvidos para garantir as

demandas do capital e da divisão internacional do trabalho. Por exemplo, as trabalhadoras asiáticas que caracterizadas como tendo dedos ágeis, sendo capazes de desenvolver trabalho árduo e rápido.

Deguili (2016) elucida como padrões associam determinadas nacionalidades, étnicas e raças a determinadas competências essenciais para desempenhar as tarefas de cuidadora de idosos. Para a autora a percepção destas características por parte dos padrões permite que a noção de servitude seja reforçada. Sendo assim, categorias sociais como raça, nacionalidade e classe influenciam quais as pessoas contractadas para as tarefas.

Um ponto comum às percepções que têm de situações racistas é que tendem a ser subtis e difíceis de indicar. Ou seja, raramente o expressam, mas demonstram-no através das suas atitudes. Alguns idosos chegam a declarar que não querem ser atendidos por trabalhadoras negras:

«“preta, vai para a tua terra”» (...) Ela estava sempre “ah, preta, macaca, não sei quê” (...) “ô sua preta, quando eu te apanhar”, “sua preta”» **(Joana, 29 anos, Casa Particular)**

«Eu sou brasileira, “Volta pra tua terra”, “Não gosto de negros”, “Sou racista”, “Não gosto das brasileiras” (...) A mim nunca chegou, mas ainda ontem, não, anteontem, uma me disse, “Não gosto de brasileira”, porque eu dei banho nela e molhei-lhe o cabelo. Outra porque fui trocar a fralda dela essa noite, “Mentirosa, mentirosa”, a roupa estava molhada “Mentirosa, a minha roupa não está molhada, não está molhada, suas porcas, suas mentirosas!”» **(Manuela, 47 anos, SCML)**

As mulheres da imigração africana em Portugal e suas descendentes tendem a ficar aprisionadas nos trabalhos menos qualificados e de bastidores. Esta invisibilização está ligada com a consideração de que o corpo da mulher negra africana não tem boa aparência – cabelo, cor, traços fenóticos, a ideia de catinga, o “pretuguês”, mau gosto indumentário. Como dizia Carneiro (2003) mesmo que essa imigração tenha já perto de

30 anos – se considerarmos apenas o pico da década de 90 e nos abstrairmos da imigração cabo-verdiana da década de 60 ainda no Estado Novo e a imigração do pós-independência das décadas 70 a 80, retornados, famílias mestiças, etc. Por outro lado, a segunda vaga da imigração brasileira – a primeira vaga é uma imigração altamente qualificada: dentistas, publicitários e outros – é fundamentalmente uma imigração menos qualificada, mas irá rapidamente ocupar lugares na restauração, comércio e estética.

É interessante notar que em ambos os casos estamos perante a intersecção entre racismo e machismo: no primeiro caso prevalece a ideia de que o corpo da mulher negra não é apropriado para o atendimento ao público e no fundo ele está conotado com a ideia de animalidade, e portanto, não civilizado e pré-destinado a desempenhar os trabalhos mais pesados. No segundo caso, prevalece a ideia do corpo da mulher brasileira como a mestiça, ao qual se associa a ideia de disponibilidade sexual e jogos de sedução e esteticamente mais polida ainda que sempre no âmbito da sedução do homem. Essas diferenças podem gerar tensões entre as mulheres negras como um todo, mas no fundo trata-se dos mesmos mecanismos de dominação a operar de forma distinta (Carneiro, 2003; Gonzalez, 1983).

Quando as trabalhadoras são ofendidas e relatam as situações às superiores hierárquicas, o método utilizado pelas mesmas para mediar a situação foca-se na conversação com os utentes, mas sem reais consequências. As várias situações relatadas pelas trabalhadoras confirmam o descaso e uma certa conivência das instituições com o racismo e o sexismo nos locais de trabalho. Sendo a resolução dos ataques relegada aos superiores hierárquicos e de forma individualizada, as empresas e instituições não combatem o racismo e o sexismo quotidiano dos quais as trabalhadoras são vítimas de forma centralizada (Aronson e Neysmith, 1996). Este tipo de situações parte não só dos utentes como de colegas e até das superiores hierárquicas ou mesmo situações de racismo de idosos brancos para com idosos negros, como vimos anteriormente.

Bruna, Mariana e Maria explicam que as mulheres negras normalmente estão no Apoio Domiciliário e que nos Lares as trabalhadoras brancas são a maioria:

«Estão mais no apoio domiciliário. No Centro Dia tem mais brancas.» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

«É assim, agora vê-se mais, mas acho que elas [as trabalhadoras brancas] estão mais no apoio domiciliário do que propriamente nos lares. [E... Porque é que acha que isso acontece?] Ah, olha, não sei. Se calhar porque não... Porque não coisa, porque não experimentaram, porque... Não sei, olha, sinceramente não sei. Não sei porque, mas vejo mais no apoio domiciliário do que.... Do que no lar.» **(Mariana, 39 anos, Empresa Privada)**

Maria afirma que o desenvolvimento do Apoio Domiciliário da SCML foi totalmente dependente do trabalho de mulheres imigrantes guineenses:

«(...) há uma outra instituição que teve muitas mulheres que vieram, na altura, da Guiné, e que eram... O trabalho que... O apoio domiciliário em Portugal pra conseguir ir pra frente, só as negras pegando nesse trabalho é que a Santa Casa conseguiu dar avanço nesse trabalho.» **(Maria, 52 anos, IPSS)**

Manuela afirma que a mudança de trabalho do apoio domiciliário para o lar foi para si, uma progressão na carreira.

O Apoio Domiciliário é um trabalho mais duro, é um espaço privado e que no qual as trabalhadoras se encontram completamente expostas e desprotegidas. Para além disso, a contratação é tendencialmente a Recibos Verdes, com muito menos direitos. Por outro lado, as condições de trabalho em lares são mais controladas e as trabalhadoras tendem a ter Contratos de Trabalho.

Numa breve pesquisa nas ofertas de trabalho no *website* da SCML, a posição de «Auxiliar de Geriatria e Apoio à Comunidade – Serviço de Apoio Domiciliário», tem uma mulher negra. É um dado interessante, visto que, todas as restantes representações no site são de pessoas brancas.

Podemos especular que a SCML reconhece que o serviço de Apoio Domiciliário é um sector racializado e que a intersecção do género e raça, hierarquiza as mulheres negras como as mais propensas para desempenhar as tarefas de cuidado de idosos. Sendo assim, as mulheres negras não são contratadas com base nas suas competências e experiência profissional, mas sim com base no seu género e raça e o facto de serem

empurradas a aceitar os salários mais baixos e as condições de trabalho mais precárias, permitindo assim um aumento do lucro das instituições.

Figura 1. Oferta de trabalho da SCML para “Auxiliar de Geriatria e Apoio à Comunidade – Serviço de Apoio Domiciliário”



(Imagem retirada do site da SCML a 01/07/2020)

Tanto Bruna como Joana relatam que existe uma evidente diferença entre as tarefas atribuídas às trabalhadoras negras comparativamente com as trabalhadoras brancas, ficando as primeiras com as tarefas mais extenuantes:

«Funções são todas a mesma coisa, mas tem sempre aquela distinção. Gostaram mais daquela do que de ti e põem as coisas mais pesadas para fazeres. Porque é branca. Sempre acontece. Os mapas mais pesados, mais confusões, põem-te a ti. Nas brancas, não. É mais leve, para não estar a ‘stressar.» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

«O piso dois é só para umas certas funcionárias. Brasileira, portuguesa eu digo que entra nova. Africanas “vão lá para o piso dois”, brasileiras “vão lá para o piso dois”, ela não troca de piso [a colega branca]» **(Joana, 29 anos, Casa Particular)**

A intersecção entre categorias sociais como género, classe, idade, raça também premeiam o sector de geriatria. As categorias de raça e/ou etnia são cruciais para o

funcionamento do sector. Yeates (2012) afirma que muitos dos patrões que entrevistou afirmaram preferir contratar trabalhadoras de determinados países por consideram que as mesmas tinham as competências culturais, comportamentais e religiosas necessárias para desempenhar o trabalho, confirmando assim a segmentação do sector.

Apesar de não o verbalizarem em entrevista, a leitura que fazemos é que a maioria das entrevistadas tem consciência da opressão e exploração a que está sujeita. Reconhecem que os seus salários são baixos e que os patrões lucram bastante, apesar das dispensas que possam ter:

«Claro... Até uma, fui limpar ela, e ela “Ah mais para baixo, mais para baixo”, na parte genital dela, e eu disse “Assim é mais caro” e ela disse “A casa fia, só com os jogos ganha muito”.» **(Manuela, 47 anos, SCML)**

«Acho que devia receber mais. [risos] Devia receber mais, muito mais. Até porque os utentes não pagam tão pouco como isso. (...) Está bem que ele tem muitas despesas, mas eles acabam sempre por lucrar mais do que... Por exemplo, é assim, nós temos 26 utentes e somos dez funcionárias, para 26 utentes. Então mesmo que cada um deles pague 1.000 euros, dava para pagar mais do que.... Do que aquilo que ele [o patrão] nos paga. Salário mínimo... [Sim, os gastos não devem ser assim...] Não, não são assim... Não são assim tantos. E depois, a medicação é à parte, as fraldas são à parte, tudo isso é à parte, portanto tudo isso não... [Então são os utentes que pagam as fraldas e a medicação?] Sim, pagam as fraldas e a medicação. [Então neste caso eles só pagam a estadia e... E alimentação?] Sim, quer dizer.... É só estadia e alimentação. Portanto dava para pagar muito melhor.» **(Mariana, 39 anos, Empresa Privada)**

5.5. Um olhar crítico sobre a exploração e opressão: atos de resistência e propostas para uma sociedade mais igualitária

O facto de trabalharem há vários anos no sector de geriatria, permite-lhes uma perspetiva crítica tanto das suas condições de trabalho, como também, da falta de condições nas quais se encontram os idosos.

É unânime entre as entrevistadas que não colocariam os idosos das suas famílias em lares, e apresentam várias justificações para tal posição. Mesmo colocando a questão de diferentes formas, a falta de condições dos lares e a falta profissionalismo de determinadas trabalhadoras são apresentadas como razões pelas quais não colocariam idosos da sua família em lares:

«Algumas tratam com o coração e outras não tratam. Umas vão só lá para o dinheiro.... Safam-se e vão embora.» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

«Colegas que trabalham como deve ser e tem outras que não, que eu vejo, é mais por aí. Umas tratam com carinho, com amor, outras “Ah, vamos lá, vamos despachar”, está a perceber? Quer ir para casa, para descansar, mais ou menos por aí.» **(Manuela, 47 anos, SCML)**

Ambas as interlocutoras reconhecem que nos seus locais de trabalho muitos colegas cedem à pressão da lógica de mercantilização do cuidado e não oferecem um serviço humanizador aos idosos. Criticam também a falta de contato dos idosos com os familiares e consideram que o tratamento dado por um familiar é muito melhor do que por um trabalhador:

«Em sua casa não há nada igual. O tratamento da família não é nada igual.» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

«Os pais no lar?! Uma pessoa que te pariu, que te criou, passou dificuldades muitas vezes para te criar?! Pôr num lar é cortar o cordão umbilical àquela pessoa, ela sai do seu meio onde está familiarizada, já numa idade em que muitas vezes já...» **(Maria, 52 anos, IPSS)**

«E aqui no começo eu achava muito estranho e o que me assustou foi o facto de as pessoas estarem ali e não receberem visitas. Têm filhos, mas não têm ninguém para os visitar.» **(Manuela, 47 anos, SCML)**

Independentemente dos encargos financeiros que tivessem de acarretar e até mesmo do impacto físico e psicológico que teriam de aguentar, os idosos da sua família seriam tratados por elas mesmas. As entrevistadas consideram que o ato de colocar os idosos em lares é uma tradição portuguesa / europeia e que como africanas e brasileira não o fazem no seu país, muito pelo contrário. As interlocutoras distanciam-se deste tipo de ação, reafirmando a sua identidade étnico-racial comparativamente com a identidade étnico-racial dos portugueses / europeus:

«Não, eu não faço isso porque sou guineense. Não faço isso, eu trato dele [do idoso].» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

«Por acaso tenho a minha avó, já tem 70 e tal anos, e não. É isso que eu digo, conversando com muitas africanas, e nós dizemos isso, pelo menos em São Tomé nunca vi. Você tem o teu pai e a tua mãe, cuida deles em casa até o último dia.» **(Joana, 29 anos, Casa Particular)**

«Depende. Depende. Mas no meu ponto de vista não colocaria. É assim, primeiro porque a nossa cultura, nós nunca pusemos os nossos pais num lar.» **(Lurdes, 50 anos, SCML)**

«Como na vossa cultura, a gente não tem hábito de botar ninguém em lar. A gente cuida em casa e quando morre, morre no hospital porque a gente leva para um sítio que acha que vai salvar ou curar um ente querido nosso. (...) E hoje em dia, eu já compreendo, porque já sei como é o feitio dos portugueses em si. E dos europeus, praticamente, não só dos portugueses, mas do... Do ser humano europeu. E... Não têm aquela preocupação com aquele velho, não têm cuidado de ter de ficar em casa para cuidar do pai, da mãe, de manter eles em casa, não.»

(Manuela, 47 anos, SCML)

Apesar da tentativa de distanciamento das interlocutoras é importante realçar que a recorrência a serviços de geriatria não é especificamente uma tradição portuguesa e/ou europeia. A nível europeu ainda é bastante recorrente familiares darem apoio informal, apesar do aumento generalizado dos serviços de geriatria (São José e Wall, 2006). Cerca de 80% das pessoas idosas são dependentes do cuidado de familiares (Degiuli, 2016, p. 21).

São José e Wall (2006, p.128) relatam que a maior parte dos cuidados a idosos é realizado por mulheres e que a generalidade dos portugueses não considerava os lares ou outras instituições de apoio como as melhores soluções para o cuidado de idosos e que consideravam que “os filhos devem cuidar dos familiares idosos nas suas casas”. Santana et al. (2007) confirmam que as famílias portuguesas continuam a ser os principais responsáveis pelo provimento de serviços de cuidado a idosos, principalmente nas áreas rurais. Atualmente em Portugal, cerca de 10% das pessoas desempenham funções enquanto cuidadores informais (OCDE, 2019).

Famílias italianas entrevistadas por Degiuli (2016) afirmam que o cuidado dos idosos é uma obrigação familiar e que deve ser passado para as gerações futuras. Os interlocutores veem o cuidado familiar dos idosos como uma obrigação moral e que a mudança dos idosos para um lar implicaria a sua transição para um ambiente mais solitário e conseqüentemente uma alteração para um estado de saúde mental mais depressivo. Para além disso, mantendo o idoso na sua própria casa, ou de seus familiares, garante que os laços familiares se mantêm.

Independentemente do país e do seu contexto, o cuidado dos familiares – filhos, companheiros e idosos – é uma tarefa imposta às mulheres. Isto é uma realidade a nível internacional, nos países da OCDE cerca de 61% das mulheres prestam apoio informal a idosos. Em Portugal, cerca de 70% das mulheres disponibilizam trabalho de cuidado informal (OCDE, 2019). São José e Wall (2006), explicam que apesar da maior participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho, a divisão do trabalho reprodutivo mantêm-se desigual, recaindo sobre as mulheres as responsabilidades do cuidado de familiares, filhos ou idosos, e sendo as que mais horas despendem na prestação de cuidados a adultos dependentes.

As mulheres continuam a ser a preferência, tanto para o cuidado formal como informal, trabalho pago e não pago, por estereótipos de género que caracterizam as mulheres como mais propensas para o cuidado (Shutes e Chiatti, 2012; Yeates, 2012; Cuban, 2013; Cangiano, 2014; Deguili, 2016).

É importante ressaltar o retrato social e económico que fazem dos trabalhadores negros em Portugal. As entrevistadas consideram que as mulheres e os homens negros em Portugal estão limitados a sectores de trabalho muito específicos: Limpezas / Trabalho Doméstico / Geriatria e a Construção Civil:

«Nós temos de nos dividir mesmo naquelas duas categorias: o homem na construção civil e a mulher ou na limpeza ou na casa da patroa(...) É raro a gente ver um homem trabalhar, por exemplo, num lar, principalmente um homem negro. Os brancos ainda (...) Quando a patroa colocava o anúncio no jornal, eram raros os homens pretos que apareciam lá para a entrevista. Portanto, eu acho que a gente acaba por ficar naquela, ficar dividido mesmo naquelas duas categorias: homem na construção civil e as mulheres, pronto, limpeza, doméstica, para os lares (...) Principalmente quando a gente vem, porque, agora, no caso da vossa geração já é diferente, vocês já querem outra coisa. Eu, por exemplo, quando vim em 2000, foi quando coiso, o primeiro trabalho que arranjei foi na limpeza. E todo mundo... As pessoas que tinham vindo na mesma altura, as mulheres todas trabalhavam na limpeza. E os homens na construção civil. Agora vocês não, vocês já estão a estudar mais, vocês já estão coiso, vocês

já querem outra coisa. A minha irmã, a mais nova, como também veio já mais novinha: “Ah, trabalhar na firma não! Acordar às seis? Não.” Ela pode acordar às seis, mas é para ir fazer outra coisa, não é para ir mais trabalhar na limpeza. Eu acho que isso também já é um estigma que a gente já tinha.» **(Mariana, 39 anos, Empresa Privada)**

«Eu acho que é mesmo doméstica, eu acho. Casa de patroa, limpeza, essas coisas mais ou menos, mais doméstica. E homens é... Ou é obras, que inclui pintor ou oficina, que é o que o meu marido faz, e é basicamente isso.» **(Joana, 29 anos, Casa Particular)**

«Não posso dizer, mas eu acho que nós mulheres sofremos mais porque, pelo menos da minha terra, as mulheres são mais lutadoras. (...) Porque nós é que temos todo o trabalho. O homem tem só uma parte em que eles estão. Nós estamos na limpeza, estamos no apoio [domiciliário], estamos nas casas das patroas. Os homens também trabalham mais nas obras. Eles [portugueses brancos] acham que as mulheres da nossa cor estão só nas limpezas. Nem sabem se tens ou não tens competências. E os homens [negros] nas obras. Acho que é mentira! Também temos formação, somos pessoas. E quando tu vens lá de outro país com formação, pior ainda. Eles não reconhecem... Até ao teu diploma dão a escolaridade que querem. Vocês que nasceram cá, estudaram cá, não têm [esses problemas]. Imagina, nós. Fazemos com o nosso lá. Não vou discutir. O que está, é só sofrer e passar isso.» **(Bruna, 47 anos, SCML)**

Sendo a imigração africana a mais antiga em Portugal, a percentagem de jovens negros nascidos e crescidos no país é considerável. Apesar do estado português continuar a insistir que não há necessidade de recolher dados étnico-raciais²⁶, são

²⁶ O Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões “Étnico-Raciais” apresentou em relatório com a sugestão de inclusão no Censos 2021 de uma questão relativamente à pertença étnico-racial dos cidadãos.

grandes as dificuldades de apresentar dados estatísticos relativamente aos percursos escolares e laborais dos afrodescendentes. No entanto, Seabra, Roldão, Mateus e Albuquerque (2016) confirmam uma diminuição no acesso ao ensino superior, entre 2001 a 2011, de jovens afrodescendentes, enquanto que, por outro lado há um maior encaminhamento de jovens afrodescendentes para vias profissionalizantes.

Com a falta de recolha de dados étnico-raciais, e com o facto de muitos jovens afrodescendentes já terem a nacionalidade portuguesa, os dados estatísticos relativamente à sua inserção no mercado de trabalho é-nos vedada, no entanto, Fernando Luís Machado (2009) mostra que mesmo em situações de maior nível de qualificação e uma certa ascensão social, os descendentes de imigrantes africanos mantêm-se maioritariamente no sector secundário do mercado de trabalho.

Concluindo, a perspetiva dos padrões associa racialização e hierarquização de tarefas no local de trabalho, neste caso no cuidado de idosos, confirmando-se assim que as categorias sociais de raça, nacionalidade e classe influenciam quais as pessoas contractadas. A representação das mulheres negras nos media, os bloqueios colocados para o seu reconhecimento académico, os preconceitos da mulher negra enquanto a que mais preparada está para o trabalho braçal criam as condições para que as mulheres negras sejam consideradas as perfeitas para desempenhar estas funções.

Sugestão esta que foi chumbada pelo Instituto de Estatísticas Nacional (INE):
<https://www.publico.pt/2019/06/17/sociedade/noticia/censos-1876683>

CONCLUSÃO

Apesar do fim do tráfico de pessoas escravizadas, a exploração e dominação portuguesa sobre as antigas colónias portuguesas permaneceu, passando para a ocupação efetiva dos territórios. A manutenção do lucro no império colonial está intimamente ligada à exploração laboral instituída com o Estatuto do Indigenato e o Código de Trabalho Indígena, obrigando africanos a trabalhar coercivamente para Portugal e outras companhias estrangeiras.

Para justificar a violência e exploração subjacentes ao colonialismo e a própria ocupação dos territórios africanos, o Estado português viu-se obrigado – consequência das pressões externas, tanto da ONU como da emergência de vários movimentos de libertação nacional – a mudar a sua política colonialista, afirmando e reforçando através de diversos mecanismos e instituições a aptidão inata dos portugueses para a adaptação aos trópicos e de se relacionar com os povos autóctones.

Até aos dias de hoje continua a ser notória a dificuldade do Estado português e das suas instituições em abordar o passado colonial e o racismo estrutural. As instituições portuguesas caracterizam o país como um país aberto ao acolhimento e integração de estrangeiros, mas coloca vários obstáculos para que os mesmos tenham acesso pleno a direitos. Isto pode confirmar-se também com as dificuldades de filhos de estrangeiros em terem acesso direto à nacionalidade portuguesa. Esta contínua política colonialista faz com que os imigrantes e seus descendentes continuem nos trabalhos mais mal pagos e precários.

O silenciamento histórico da presença negra em Portugal, faz com que se perca uma grande parte da memória histórica portuguesa. Remontam ao século XV os primeiros relatos de negros em Portugal e as suas atividades desempenhadas. No entanto, a sua presença sempre foi revestida de resistência: Confrarias e Irmandades, Movimento Negro da "Geração de 1911-1913", Casa dos Estudantes do Império, Centro de Estudos Africanos, o movimento associativo imigrante na década de 90. Toda esta memória histórica contribuiu para a organização e consolidação do movimento negro e antirracista atual que tem tido um papel importante na discussão das desigualdades étnico-raciais que assolam a vida de vários negros e negras em Portugal. Em todos estes

momentos históricos, as mulheres negras ocuparam um papel na vanguarda, tanto no movimento antirracista como feminista.

Contrariando o conceito de imparcialidade nas Ciências Sociais, é expresso o posicionamento da investigadora enquanto mulher negra e propõe nova abordagem à inclusão das mulheres negras enquanto sujeitos na antropologia, em resposta à marginalização dos negros e negras na Antropologia e Ciências Sociais. Dessa forma, e para cimentar a sua posição, a autora mapeia a tradição feminista, tanto académica como dos movimentos sociais, em Portugal, Brasil e EUA. Através deste mapeamento é possível concluir que as mulheres negras são violentadas transversalmente pelo racismo, machismo e exploração laboral.

As melhorias das condições de vida das populações permitiram um aumento da esperança média de vida, que por sua vez, permitiu um envelhecimento da população. Com o contínuo aumento da percentagem de pessoas com mais de 65 anos de idade e dependentes de cuidadores – juntamente com a falta de políticas públicas e consequentemente privatização e mercantilização do sector – a geriatria tem sido um sector no qual as mulheres imigrantes e negras estão sobre-representadas, tanto em Portugal como noutros países do mundo.

O mercado de trabalho em Portugal, como em muitos outros países, é um mercado racializado em que mulheres negras tendem a ter como "destino obrigatório" as limpezas, restauração, geriatria, trabalho doméstico. Esta demarcação racial desenvolve-se e consolida-se por preconceitos raciais e étnicos que atribuem às mulheres negras e imigrantes determinadas características que são consideradas ideias para desempenhar essas funções. Os dados estatísticos apresentados ao longo da tese confirmam-nos que os negros e negras continuam a desempenhar as profissões precárias e não qualificadas.

Sendo Portugal um dos países do continente europeu com maior percentagem de envelhecimento populacional desenvolveu-se a necessidade de colmatar o serviço de geriatria com a mão-de-obra imigrante e negra. Sendo que os idosos já não são lucrativos para o capital e tendo em conta que as mulheres negras estão na base social, esse motivo pelo qual são elas a quem cabe a tarefa de cuidar dos idosos.

Através de retratos biográficos e relatos de 6 trabalhadoras negras de geriatria em Lisboa, foi-nos possível concluir que, tal como em muitos países, o sector de geriatria, em Portugal, é dependente da força de trabalho das mulheres imigrantes e negras. Isto porque os padrões associam características étnico-raciais com competências e que essa demarcação se efetiva na racialização e hierarquização nos locais de trabalho.

Apesar das diferentes trajetórias de vida, à chegada a Portugal as trabalhadoras, tal como muitos imigrantes, depararam-se com a desvalorização das suas competências académicas e profissionais tendo apenas como opção trabalhos precários e mal pagos nas limpezas, restauração, trabalho doméstico e na geriatria. Dá-se então o início da sua descensão social e laboral.

A superexploração das trabalhadoras negras concretiza-se através de diferentes mecanismos. As trabalhadoras relatam-nos que as mulheres são a maioria no sector de geriatria sendo que a sua perceção é de que as mulheres negras e imigrantes estão sobre-representadas nos serviços. As interlocutoras explicam que a tendência é que as trabalhadoras negras e imigrantes desempenham funções em regime de apoio domiciliário – um trabalho mais duro, tendencialmente a recibos verdes e que sendo no espaço privado desprotege e expõe as trabalhadoras a diferentes tipos de violência – e que tendencialmente as trabalhadoras brancas se encontram nos lares onde o controlo é maior e as condições laborais e contratuais tendem a ser melhores. Estes relatos expõem a racialização e hierarquização das tarefas nos locais de trabalho. As suas perceções da racialização do mercado de trabalho são também expressas quando nos relatam que os homens negros tendem a desempenhar tarefas na construção civil enquanto que as mulheres negras trabalham nas limpezas, trabalho doméstico e geriatria.

Explicam-nos também que as condições de trabalho como a ausência de gruas para a mobilização de idosos acamados e a quase que exclusiva obrigatoriedade de distribuição de um utente por trabalhadora – independentemente da condição física do idoso – são obstáculos para um cuidado mais humano dos utentes e melhoria das condições de trabalho. A constante rotatividade de horários e folgas também causam problemas de saúde e impossibilitam uma maior participação na vida familiar.

Pelo facto de terem vários anos de experiência no sector de geriatria, as trabalhadoras desenvolveram um olhar crítico à mercantilização do sector. Como forma de distanciamento as entrevistadas afirmam que, independentemente das suas condições financeiras, manteriam os seus idosos em casa e não os colocariam em lares e/ou serviços de apoio domiciliário por considerarem que são práticas específicas dos portugueses. Fazem esta afirmação por considerarem que em muitos locais de trabalho os idosos não recebem o tratamento humanizante. Numa perspetiva de contrariar esta lógica, em vários momentos as trabalhadoras ultrapassam a barreira entre o formal e informal, oferecendo presentes e dando atenções que excedem o contratualmente estabelecido.

Outro ponto transversal entre as interlocutoras são as agressões racistas, tanto por parte das colegas, dos patrões, dos utentes para com elas e para com outros utentes negros. No entanto, explicam-nos que grande parte dessas agressões são tão subtis que são difíceis de apontar e nos momentos em que são evidentemente racistas são desumanizantes. Estes atos discriminatórios são totalmente desconsiderados pelos patrões.

Com os dados apresentados e os relatos das interlocutoras, esta investigação pretende dar um contributo para o fim da marginalização dos negros e negras em Portugal. No entanto, como é referido ao longo da dissertação, a recolha de dados étnico-raciais que confirme estatisticamente as desigualdades étnico-raciais são um ponto imperativo para que investigações como não sejam apenas exploratórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, R. (2005). "Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade". Em SOS Racismo, *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal* (pp. 37-49). Lisboa: SOS Racismo.
- Almeida, M. V. (2000). *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, M. V. (2006). "Comentário". Em M. R. Sanches, *Portugal não é um país pequeno. Contar o "Império" na pós-colonialidade* (pp. 361-400). Lisboa: Livros Cotovia.
- Alves, A., Raposo, O., Roldão, C., & Varela, P. (2019). "Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa". *Revista Crítica de Ciências Sociais n.º119*, 5-28.
- Amrute, S. (2014). "Proprietary freedoms in an IT office: how Indian IT workers negotiate code and cultural branding". *Social Anthropology Volume 22 n.º1*, 101–117.
- Aronson, J., & Neysmith, S. (1996). "Depersonalizing Policies and the Exploitation of Home Care Workers' Labor". *Gender & Society, Volume 10 n.º1*, 59-77.
- Baldassar, L., Ferrero, L., & Portis, L. (2017). "More like a daughter than an employee': the kinning process between migrant care workers, elderly care receivers and their extended families, Identities". *Identities: Global Studies in Culture and Power, Volume 24 n.º5*, 524-541.
- Baldassar, L., Wilding, R., Bocciani, P., & Merla, L. (2017). "Aging in place in a mobile world: New media and older people's support networks". *Transnational Social Review, Volume 7 n.º1*, 2-9.
- Baptista, P. (2011). *Imigração e trabalho doméstico: O caso português*. Lisboa: Observatório da Imigração n.º34, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Brennan, D., Cass, B., Himmelweit, S., & Szebehely, M. (2012). "The marketisation of care: Rationales and consequences in Nordic and liberal care regimes". *Journal Of European Social Policy Volume 22 n.º4*, 377-391.
- Cabral, A. (2008). "Análise de alguns tipos de resistência". Em A. D. Silva, *Amílcar Cabral: Documentários (textos políticos e culturais)* (pp. 117-143). Lisboa: Edições Cotovia.
- Cangiano, A. (2014). "Elder Care and Migrant Labor in Europe: A Demographic Outlook". *Population and Development Review, Volume 4 n.º1*, 131-154.
- Capela, J. (1979). *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura 1810-1842*. Porto: Edições Afrontamento.
- Carneiro, S. (2003). "Mulheres em Movimento". *Estudos Avançados n.º17*, 117-132.
- Carvalho, I. M. (2014). *Grau de Dependência e Grau de Ajuda em Idosos em Serviço de Apoio Domiciliário: Perspectivas do Idoso, do Ajudante do Lar e do Fisioterapeuta*. Lisboa: Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Saúde e Envelhecimento.

- Carvalho, J. (2009). *A política de Imigração do Estado Português entre 1991 e 2004*. Lisboa: Observatório das Migrações.
- Castelo, C. (1998). *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castelo, C. (2010). "A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial". 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade (pp. 1-18). Lisboa: Centro de Estudos Africanos.
- Castelo, C. (5 de Março de 2013). "O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio". Obtido de BUALA: <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>
- Catarino, C., & Oso, L. (2000). "La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza". *Papers*. 60, 183-207.
- Collective, T. C. (1983). [1977] "The Combahee River Collective Statement";. Em B. Smith, *Home Girls, A Black Feminist Anthology* (pp. 264-275). Nova Iorque: Kitchen Table: Women of Color Press, Inc.
- Collins, P. H. (2000). "The Social Construction of Black Feminist Thought". Em P. H. Collins, *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (pp. 1-43). Nova Iorque: Routledge.
- Collins, P. H. (2000). "The Social Construction of Black Feminist Thought". Em *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (pp. 1-43). New York: Routledge.
- Crenshaw, K. (1989). "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". *The University of Chicago Legal Forum Volume 140*, 139–167.
- Cuban, S. (2013). *Deskilling Migrant Women in the Global Care Industry*, . Palgrave Macmillan.
- Davidson, B. (1977). *Os Camponeses Africanos e a Revolução*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Davis, A. (1983). *Woman, Race and Class*. Nova Iorque: First Vintage Books Edition.
- Davis, K. (2008). "Intersectionality as Buzzword: A Sociology of Science Perspective on What Makes a Feminist Theory Successful". *Feminist Theory, SAGE Publications Volume 9 nº1*, 67-85.
- Deguili, F. (2016). *Caring For a Living: Migrant Women, Aging Citizens and Italian Families*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Emerson, R. M. (1995). *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Londres: The University Of Chicago Press.
- Engels, F. (1884). *Origem da Família, da Propriedade Privado e do Estado*. Edições Avante.
- Esteves, A. (2017). "Condições de Vida e Inserção Laboral de Imigrantes em Portugal: Efeitos da Crise de 2007-2008" (*Estudos 60*). Lisboa: Observatório das Migrações.

- Eurostat. (25 de Setembro de 2020). *Eurostat*. Obtido de Population structure and ageing: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Population_structure_and_ageing
- Ezeh, A., Bongaarts, J., & Mberu, B. (2012). "Global population trends and policy options". *Lancet Volume 380*, 142–48.
- FEMAFRO. (19 de Fevereiro de 2019). Entrevista a FEMAFRO. (V. Sanhá, Entrevistador)
- Fernandes, M., & Morte, T. (2011). "Stereotypes and other lies: The media and the construction of racial hatred". Em I. Pardo, & G. Prato, *Citizenship and the Legitimacy of Governance: Anthropology in the Mediterranean Region* (pp. 75-95). Abindgon: Routledge.
- Fikes, K. (1998). "Domesticity in Black and White: assessing Badia Cape Verdean challenges to Portuguese ideals of black womanhood". *Transforming Anthropology, Volume 7 n°2*, 5-19.
- Fikes, K. (2008). "Diasporic governmentality: on the gendered limits of migrant wage-labour in Portugal". *Feminist Review n°90*, 48-67.
- Fonseca, J. (2016). *Religião e Liberdade: Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (séculos XV a XIX)*. Editora Húmus.
- Fortuna, C. (1993). *O fio da meada: O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Afrontamento.
- Gomes, N. (2017). "A mulher estrangeira na população residente em Portugal", *Boletim Estatístico OM n°1, Coleção Imigração em Números (coordenação Catarina Reis Oliveira)*. Lisboa: Observatório das Migrações, ACM.
- Gonzalez, L. (1983). "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira". *Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil", IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, (pp. 223-244). Rio de Janeiro.
- Henriques, I. C. (2011). *Os Africanos em Portugal – História e Memória | Séculos XV-XXI*, Comité Português do Projecto Unesco «A Rota do Escravo». .
- hooks, b. (2018). *Não Serei Eu Mulher?*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Hooren, F. V. (2014). "Migrant Care Work in Europe: Variety and Institutional Determinants". Em M. L. (ed.), *The Transformation of Care in European Societies* (pp. 62-83). Palgrave MacMillan.
- Horta, A. P. (2010). "Associativismo Imigrante", *Migrações n°6*. Lisboa: Observatório da Imigração, ACM.
- INE. (30 de Outubro de 2020). *Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local*. Obtido de INE: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354441463&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

- INE. (25 de Setembro de 2020). *Projeções de População Residente: 2018-2080*. Obtido de INE: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=426127543&att_display=n&att_download=y
- INMUNE. (11 de Fevereiro de 2019). Entrevista realizada a INMUNE. (V. Sanhá, Entrevistador)
- Jackson, E. C. (20 de Março de 2019). (1940) *"The Negro Domestic Worker in Relation to Trade Unionism"*. Obtido de ViewPoint Magazine: <https://www.viewpointmag.com/2015/10/31/the-negro-woman-domestic-worker-in-relation-to-trade-unionism-1940/>
- Jerónimo, M. B. (2012). *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, Saberes e Instituições*. Lisboa: Edições 70.
- Jones, C. (2017). (1949) "Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!". *Estudos Feministas Volume 25 nº3*, 1001-1016.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de racismo quotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro.
- King, D. K. (1988). "Multiple Jeopardy, Multiple Consciousness: The Context of a Black Feminist Ideology". *Signs Volume 14*, 42-72.
- Lahon, D. (1999). *O negro no coração do império: uma memória a resgatar: séculos XV-XIX*. Ministério da Educação, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.
- L'Estoile, B. d. (2008). "The past as it lives now: an anthropology of colonial legacies". *Social Anthropology nº6*, 267-279.
- Lutz, W., Sanderson, W., & Scherbov, S. (2008). "The coming acceleration of global population ageing". *Nature Volume 451*, 716-719.
- Machado, F. L. (2009). "Quarenta anos de imigração africana: um balanço". *Dossier: Emigração e Imigração Volume 56*, 135-165.
- Machado, F. L., & Roldão, C. (2010). *Imigrantes idosos. Uma nova face da imigração em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração, ACIDI, IP.
- Malheiros, J., & Baganha, M. (2001). "Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI", *Janus. Janus*, 2-5.
- Malinowski, B. (1997). Os Argonautas do pacífico Ocidental. Em *Ethnologia, Trabalho de Campo (org. de Maria Cardeira da Silva)* (pp. 17-38). Lisboa: Edições Cosmos.
- Mata, I. (2015). *"A Casa dos Estudantes do Império" e o lugar da literatura na consciencialização política*. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.
- McClaurin, I. (2001). "Introduction: Forging a Theory, Politics, Praxis, and Poetics of Black Feminist Anthropology". Em *Black Feminist: Theory, Politics, Praxis, and Poetics* (pp. 1-23). Nova Iorque: Rutgers University Press.
- Monteiro, J. P. (2018). *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado: Um império sob escrutínio (1944-1962)*. Lisboa: Edições 70.
- Nascimento, B. (1976). "A mulher negra no mercado de trabalho". *Jornal Última Hora*, 1-4.

- Nascimento, B. (1990). "A mulher negra e o amor". *Jornal Maioria Falante*.
- OCDE. (20 de Outubro de 2020). *Informal carers*. Obtido de Health at a Glance 2019 : OECD Indicators: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/a80d9f62-en/index.html?itemId=/content/component/a80d9f62-en>
- Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2019). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2019. 1ª ed. (Imigração em Números – Relatórios Anuais 4)*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Peixoto, J. (2006). "Percurso de vida e modos de inserção socioeconómica das Imigrantes". Em J. Peixoto, S. Casaca, A. Figueiredo, M. Gonçalves, A. Floriano, C. Sabino, . . . A. Phizacklea, *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal* (pp. 167-215). Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Peixoto, J. (2009). "New Migrations in Portugal: Labour Markets, Smuggling and Gender Segmentation". *International Migration Vol. 47 (3)*, 185-210.
- Pereira, S. (2010). *Trabalhadores de Origem Africana em Portugal: Impacto das novas vagas de imigração*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pitcher, A. (1993). *Politics in the Portuguese Empire: The State, Industry and Cotton, 1926-1974*. Oxford: Clarendon Press.
- PORDATA. (3 de Outubro de 2020). *Glossário*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/Glossario>
- PORDATA. (25 de Setembro de 2020). *Índice de dependência de idosos*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/Europa/%C3%8Dndice+de+depend%C3%AAncia+de+idosos-1929>
- PORDATA. (25 de Setembro de 2020). *PORDATA*. Obtido de Esperança de vida à nascença: total e por sexo (base: triénio a partir de 2001): [https://www.pordata.pt/Portugal/Esperan%C3%A7a+de+vida+%C3%A0+nascen%C3%A7a+total+e+por+sexo+\(base+tri%C3%A9nio+a+partir+de+2001\)-418](https://www.pordata.pt/Portugal/Esperan%C3%A7a+de+vida+%C3%A0+nascen%C3%A7a+total+e+por+sexo+(base+tri%C3%A9nio+a+partir+de+2001)-418)
- Racismo, S. (19 de Fevereiro de 2019). Entrevista a SOS Racismo. (V. Sanhá, Entrevistador)
- Reed, E. (1969). *Problems of Women's Liberation*,. Nova Iorque: Pathfinder Press.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Robben, A. (2007). "Fieldwork identity: Introduction". Em A. Robben, & J. Sluka, *Ethnographic Fieldwork: An Anthropological reader* (pp. 59-63). Boston: Parker Shipton.
- Rodney, W. (1972). *How Europe Underdeveloped Africa*. Cape Town: Pambazuka Press.
- Rodney, W. (1972 [2012]). *How Europe Underdeveloped Africa*. Cape Town: Pambazuka Press.
- Roldão, C. (18 de Janeiro de 2019). "*Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos*". Obtido de Jornal Público: <https://www.publico.pt/2019/01/18/culturaipsilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contarnos-1857501>

- Romero, M., Preston, V., & Giles, W. (2014). *When care work goes global: locating the social relations of domestic work*. Wey Court East: Ashgate Publishing Limited.
- Rosa, E. (Setembro de 2020). "O 8 de Março de 2020, Dia Internacional Da Mulher, e a dimensão de sobreexploração a que estão sujeitas as mulheres em Portugal devido à desigualdade salarial". Obtido de Eugenio Rosa: <https://www.eugeniorosa.com/shared/docs/2020/03/9-2020-mulheres-8-marco-2020.pdf?ts=1603373896>
- Rosas, F., & Rollo, M. (2010). *História da Primeira República Portuguesa*. Tinta da China: Lisboa.
- Sampaio, L., Carvalho, G., Sanhá, V., Vicente, H., Roldão, C., & Caetano, D. (2019). "Mulheres Negras na Academia: resistindo através de um grupo de leitura". *AfroEuropeans - Black In/Visibilities Contested* (p. 62). Lisboa: CIES, ISCTE-IUL.
- Santana, S., Dias, A., Souza, E., & Rocha, N. (2007). "The Domiciliary Support Service in Portugal and the change of paradigm in care provision". *International Journal of Integrated Care*, 1-11.
- São José, J., & Wall, K. (2006). "Trabalhar e Cuidar de um Idoso Dependente". *Cadernos Sociedade e Trabalho Volume 7*, 119-154.
- Scott, P. B. (1977). "Debunking Sapphire: Toward a Non-Racist and Non-Sexist Social Science". *The Journal of Sociology & Social Welfare Volume 4 nº6*, 864-871.
- Seabra, T., Roldão, C., Mateus, S., & Albuquerque, A. (2016). *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior (Estudos 57)*. Lisboa: Observatório das Migrações, ACM.
- Shutes, I., & Chiatti, C. (2012). "Migrant labour and the marketisation of care for older people: The employment of migrant care workers by families and service providers". *Journal Of European Social Policy, Volume 22 nº4*, 392-405.
- SOLIM, G. L. (3 de Março de 2019). Entrevista a GTO Lx e SOLIM. (V. Sanhá, Entrevistador)
- The World Bank. (25 de Setembro de 2020). <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.65UP.TO.ZS>. Obtido de The World Bank: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.65UP.TO.ZS>
- Tinhorão, J. R. (1988). *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. Alfragide: Caminho.
- Truth, S. (20 de Janeiro de 2019). *Ain't I a Woman?* Obtido de Fordham University: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/sojtruth-woman.asp>
- Truth, S. (20 de Janeiro de 2019). *Ain't I a Woman?* Obtido de Fordham University: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/sojtruth-woman.asp>
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs Population Division. (2020). *World Population Ageing 2019*. Nova Iorque: United Nations.
- Valentim, A. (2000). *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808 - 1975)*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Varela, P., & Pereira, J. (8 de Janeiro de 2019). "As origens do movimento negro e da luta antirracista em Portugal no século XX: a geração de 1911-1933". Obtido de BUALA:

<http://www.buala.org/pt/mukanda/as-origens-do-movimento-negro-e-da-luta-antirracista-em-portugal-no-seculo-xx-a-geracao-de-1>

Wall, K., & Nunes, C. (2010). "Immigration, Welfare and Care in Portugal: Mapping the New Plurality of Female Migration Trajectories". *Social Policy & Society Volume 9 nº3*, 397-408.

Weathers, M. A. (1969). "An Argument for Black Women's Liberation As a Revolutionary Force". *No More Fun Games: A Journal of Female Liberation, Mass: Cell 16. Volume 1 nº 2*.

World Health Organization. (2015). *World report on Ageing and Health*. Génova: World Health Organization.

Yeates, N. (2012). "Global care chains: a state-of-the-art review and future directions in care transnationalization research". *Global Networks Volume 12*, 135–154.

ANEXOS

I. Guião de Entrevistas a Organizações Políticas

- História de como surge a organização e quais as atividades desenvolvidas;

- Qual o contributo da organização para a discussão da temática das mulheres negras em Portugal:
 - Quais as prioridades da organização na esfera política e social?;
 - Tem sido desenvolvido trabalho com os partidos políticos?;
 - Tem estabelecidas relações com movimentos internacionais?;

- Movimento Anti-racista, Movimento Negro, Movimento Associativo Imigrante em Portugal;

- Feminismo Negro em Portugal:
 - Feminismo negro no movimento anti-racista/negro;
 - Relação com as feministas brancas;
 - Os sindicatos e trabalhadoras negras;
 - Feminismo negro, mulheres negras e a academia.

- Quais as grandes questões da mulher negra em Portugal;

- Pessoas, entidades, referências bibliográficas a recomendar.

II. Guião de Entrevistas às Trabalhadoras

Percurso de vida / Vida Familiar:

- Imigrante? (motivo de imigração; inserção no mercado de trabalho/escola);
- Portuguesa: origem?
- Idade com que começou a trabalhar?
- Percurso até ao sector de geriatria (todos os trabalhos, as condições, os motivos que levaram à sua saída de cada um deles)

Condições de trabalho:

- Quais as funções desempenhadas:
 - Existem máquinas que auxiliam?
 - Todos os produtos/materiais necessários para trabalhar são fornecidos pelos patrões?
- Saúde:
 - Exposição a químicos prejudiciais à saúde?
 - Exposição a doenças? é feita prevenção para diminuir esse risco?
 - Problemas de saúde consequência do trabalho? Se sim, quais? E a Entidade Patronal responsabiliza-se pelos gastos de saúde?
 - São feitos check-ups médicos aos trabalhadores no recrutamento e ao longo do tempo?
- Horários / Local de trabalho:
 - Quantas horas por semana trabalha?
 - Rotatividade de horários / Turnos?
 - Em caso de falta justificada/injustificada ou atrasos como procede a EP?
 - Rotatividade do local de trabalho?
- Formações / Progressão na carreira:
 - As trabalhadoras recebem formações sobre saúde (especificamente geriatria) e segurança no trabalho?
 - Trabalhadoras com formação em geriatria recebem mais?
 - Possibilidade de progressão na carreira?

- Relação com os idosos:
 - Situações de racismo? Se viveram nas colónias? Diferença Homens # Mulheres
 - Existem idosos negros: qual a relação com os outros idosos e trabalhadoras?
- Situações desagradáveis com patrões e/ou idosos: assédio moral/ sexual?
- É sindicalizada? Se sim, porquê e como funciona o sindicato? Se não, o porquê. Que outras formas de organização colectivas/individuais?
- Vínculo laboral: CT ou RV?
- Remuneração: Valor? Acha que o salário que recebe corresponde com as suas funções? Quanto acha que o patrão lucra?
- O trabalho interfere na vida familiar? Se sim, como?

Racialização no Sector

- Feminização do sector: São maioritariamente mulheres a trabalhar no sector?
- Racialização do sector:
 - Quantas mulheres negras trabalham na sua empresa?
 - Sabe se existem muitas mulheres negras/imigrantes nesse sector? Porquê?
- Hierarquias/Racismo no local de trabalho:
 - Quantas mulheres brancas? O que fazem?
 - Existem funções diferentes entre trabalhadoras negras e brancas?
 - Quantos homens trabalham na sua empresa? O que fazem?
 - As mulheres negras mais claras têm tratamento diferente?
 - Quem nasce em Portugal tem tratamento diferente?
- Existem situações de racismo no trabalho (chefias, utentes, colegas, horários)? Se sim, qual a reacção das trabalhadoras? Denunciam? Porquê é que acha que este tipo de situação acontece?
- Acha que os homens negros estão expostos aos mesmos problemas que as mulheres negras no mercado de trabalho?

Desumanização dos idosos

- como é lidar com corpos fragilizados e a iminência da morte?
- Qual o impacto que o tratamento de idosos tem a nível emocional/psicológico em si?
- Colocaria um idoso da sua família num lar?
- Se existe a imagem de que as mulheres negras são menos delicadas o porquê de serem as mesmas a desempenharem este trabalho?

Perspetivas

- Quais as medidas que deveriam ser implementadas para melhorar as condições de trabalho das trabalhadoras?
- Que trabalho é que gostaria de fazer?

III. Resumo de comunicação apresentada no AfroEuropeans 2019

Panel 3.1.

Black women speak: resistance, power and activism/Mulheres negras falam: resistência, poder e ativismo

COORDINATORS

Sónia Vaz Borges
The City University of New York

Rosana Albuquerque
Universidade Aberta (CENRI-UAh)

SHORT ABSTRACT

The speeches and struggles of black women are expressions of citizen initiative that challenge and question. We encourage activists and researchers to share speeches, resistances, powers and activism of black women, countering the “danger of the single story”, allowing us to recognize multiple ways of narrating and living the worlds of world we all live.

Mulheres Negras na Academia: resistindo através de um grupo de leitura

Livia Sampaio (ISCTE-IUL), Gilma Carvalho (ISCTE-IUL), Vânia Sanhá (FCSH-UNL), Helena Vicente (ISCTE-IUL), Cristina Roldão (ESENP) and Diandra Caetano (ISCTE-IUL)

A partir da experiência de trabalho coletivo de um grupo de leitura de 6 mulheres negras, pretendemos discutir o silenciamento a que estamos votadas na academia portuguesa enquanto produtoras de conhecimento, mas também formas de resistir a essa invisibilidade. São poucas as professoras, investigadoras e alunas negras no espaço académico português, assim como, ainda mais rara é a presença no currículo escolar dos seus contributos científicos, das perspectivas do feminismo negro e teorias da interseccionalidade. No espaço académico português, estamos praticamente invisibilizadas enquanto sujeitos de conhecimento, seja nos ainda recentes estudos de género, seja nos estudos das migrações (que continuam a apresentar-nos como outsiders), seja pela quase total ausência de um debate sobre a questão racial.

É nas margens da academia, através dos movimentos sociais, das artes e de experiências como a deste grupo de leitura que essas abordagens têm vindo a ganhar espaço. O grupo é composto por mulheres negras, na sua maioria da periferia, estudantes-trabalhadoras e académicas, que se reúne para debater temáticas que as influenciam como mulheres negras na academia e sociedade portuguesa, com o intuito de nos fortalecermos política e teoricamente e assim resistirmos ao isolamento e silenciamento a que estamos sujeitas. Partilhando experiências pessoais e políticas; refletindo sobre as propostas teóricas de académicas negras e do feminismo negro de diferentes contextos nacionais, o grupo é não só um espaço de desenvolvimento académico e político, mas também um “safe space” e um espaço de construção de sororidade/dororidade.